

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA

ANO 8 NÚMERO 14 15 DEZEMBRO DE 1987 ISSN 0100-6932

apah



Editor: Sérgio Odilon Nadalin

Secretário Executivo: Francisco Moraes Paz

**Conselho Editorial: Luis Carlos Ribeiro, Presidente
Mariza Budant Schaaf, Secretária.**

**Ana Maria de Oliveira Burmester, Aymara Ribas, Beatriz Teixeira de
Mello Miranda, Cesar Ramos, Dimas Floriani, Gina Paladino, Jayme
Antonio Cardoso, José Borges Neto, Maria Cristina Colnaghi, Maria
Ignês Mancini de Boni, Marionilde Dias Brepolh de Magalhães, Regina
Rotenberg Gouvêia, Sérgio Odilon Nadalin.**

**Conselho Consultivo: Adalgisa Maria Vieira do Rosário (UNB), Caio
César Boschi (UFMG), Carlos Guilherme Mota (USP), Edgar Salvatori
De Decca (UNICAMP), Iraci Del Nero da Costa (USP), Joana Neves
(UFPb), Sandra Jatahy Pesavento (UFRGS).**

Consultor Especial para este número: Francisco Moraes Paz.

**Publicação semestral da Associação Paranaense de História — APAH
Rua Cruz Machado, 66 — 10.^o
Caixa Postal 1538
80410 Curitiba-PR**

Revisão: Denise Bottmann

Programação visual: Key Imaguire Jr.

CAPA: Mercado Municipal de Curitiba, demolido em 1914 para dar
lugar ao prédio da Prefeitura, atualmente sede do Museu Pa-
ranense. Ano provável da foto: 1905.

Gráfica Vicentina Ltda.

Al. Cabral, 846 — Caixa Postal, 988

Telefone: (041) 222-1057

80410 CURITIBA-PR

História: Questões & Debates
Associação Paranaense de História - APAH
Curitiba — Junho - Dezembro 1987

S U M Á R I O

Brasil Pinheiro Machado — Apresentação	1
 O PARANÁ EM QUESTÃO: TRABALHO E COTIDIANO	
Francisco Moraes Paz — História e cotidiano: a sociedade paranaense do século XIX na perspectiva dos viajantes	3
Maria Ignês Mancini De Boni — Vigilância e punição: o espetáculo da criminalidade na constituição do trabalhador urbano; Curitiba, 1890-1920	45
Luiz Carlos Ribeiro — A memória do cotidiano na história do trabalho	100
 A SOCIEDADE PARANAENSE EM REFLEXÃO: ENSAIOS	
Ara Maria de Oliveira Burmester — Disciplinarização e trabalho: Curitiba, fins do século XVIII, inícios do século XIX	117
Antonio José Gonçalves Jr., Aurélio Sant'Anna, Frederico R.S.B. Carstens, Mário César Costenaro e Rossano Lúcio Fleith — Paranismo, Neo Paranismo, Pós Paranismo, Pós Modernismo	128
 PROJETOS DE PESQUISA	
Sérgio Odilon Nadalin — Uma comunidade de origem germânica em Curitiba: demografia e sociedade	137
 A HISTORIOGRAFIA PARANAENSE EM DEBATE: NOTAS DE LEITURA	
Maria Cristina Colgnaghi — Movimento camponês do Sudoeste do Paraná: aspectos polêmicos	147
Maria Lucia Cidade e Francisco Moraes Paz — O poder em questão: vigilância e punição em Curitiba	160
Luiz Carlos Ribeiro — Messianismo e revolução	173
 DOCUMENTO	
Brasil Pinheiro Machado — Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná	177

A p r e s e n t a ç ã o

Há uma tradição já longa, no Paraná, do que se poderia chamar de *Estudos Paranaenses*, estudos esses desenvolvidos não só por indivíduos como por associações de várias espécies. Nesse conjunto de estudos sempre predominou a História, como se pode verificar pelo número de publicações documentárias e de monografias sobre vários aspectos da história regional.

Ao se elevar a atividade histórica ao nível de disciplina universitária com a fundação do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, esse Departamento marcou como linha principal de pesquisas de suas atividades a História Regional. Não procurou delimitar teoricamente o que se pudesse entender como área de pesquisas. Preferiu ter como ponto de partida a própria tradição dos historiadores regionais praticantes. Apenas como ponto de partida, para não se escravizar às modas que vinham de vários pontos do mundo. Nesse sentido, organizou uma disciplina instrumental, à qual denominou de “modelos de explicação histórica”, pela qual examinava, *criticamente*, propostas teóricas e doutrinárias e métodos propostos por historiadores de várias universidades do mundo. Não só isso, como colocou a ciência histórica (para seu próprio uso) dentro do mercado comum das ciências humanas e das ciências sociais.

Procurando evitar o que poderíamos chamar de orientação “provinciana” na história local que se traduz no culto dos antepassados e em saudosismos poéticos, as pesquisas na área da história regional procuravam elementos que pudessem reconstruir a identidade de uma sociedade, além de procurar constituir *corpis* “coerentes e homogêneos de documentos”.

Na perseguição dessas finalidades, a pesquisa sobre a história regional se desenvolveu criando ou desenvolvendo temas já antigos, como seja, fundamentalmente, a história da ocupação da terra, da mobilização econômica, do assentamento da população, da imigração europeia, das migrações inter-

nas, da adaptação das instituições tradicionais às pressões da colonização de áreas pioneiros, dos aspectos da demografia histórica, e muitos outros.

As modificações das situações da realidade ocasionam transformações no pensamento dos historiadores. Temas que estavam difusos adquirem contornos visíveis e temas que envelhecem se esvaziam de conteúdos significativos e morrem como se a coruja de Minerva tivesse levantado vôo ao anoitecer.

Parece-me que é exatamente isso que está acontecendo no terreno dos nossos estudos de história regional do Paraná.

Neste número, a revista *História: Questões & Debates* juntou alguns trabalhos de historiadores do Departamento de História, ou a ele ligados, como que para mostrar a evolução dos conceitos e das realizações metodológicas nos estudos do regionalismo histórico do Departamento.

Vai desaparecendo para a explicação histórica a concepção holística da sociedade e consequentemente a procura de compreensão do quotidiano, que acontece anteriormente e se desenvolve sem regras conhecidas, vivendo naturalmente no dia a dia — desafia o entendimento no estudo das situações.

Na mesma linha, o esforço de compreender a sociedade histórica não como uma formação da natureza, mas como uma construção que sobrevive pela ação cultural, leva os historiadores às análises mais profundas da realidade social, fazendo voltar à superfície aquele conceito da velha sociologia que se chamava *controle social* e construído à base de três perguntas: — quem controla a sociedade? — com que instrumentos se controla a sociedade? e — em benefício de quem se controla a sociedade?

Brasil Pinheiro Machado

O PARANÁ EM QUESTÃO:

trabalho e cotidiano

HISTÓRIA E COTIDIANO: A SOCIEDADE PARANAENSE DO SÉCULO XIX NA PERSPECTIVA DOS VIAJANTES

FRANCISCO MORAES PAZ

Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá.

Lindas descrições, relatos atraentes dos países que a imaginação entreviu; quadros pintados de modo parcial e inexato, em que a realidade é por vezes deliberadamente falseada, cartas ou informes sedutores e fascinantes de amigos, de parentes; a eficácia de tantos prospectos de propaganda e também, sobretudo, a atividade infatigável dos agentes de emigração mais empenhados em recheiar os bolsos do que em suavizar a existência do pobre... (...) tudo isso e mais alguma coisa contribuiu para que a questão da emigração atingisse um grau verdadeiramente doentio, tornando-se uma legítima febre de emigração que já contaminou muita gente. (...)

Eu próprio fui vítima, em dado momento, da febre de emigrar (T. Davatz, 1858).

RESUMO

Partindo dos relatos de viagens de Auguste de Saint-Hilaire, Robert Avé-Lallémant e Thomas Bigg-Wither, este texto busca levantar elementos do cotidiano paranaense do século XIX. Neles, estão presentes observações atentas sobre a população local — seus hábitos, relações, técnicas...

Mais do que uma simples descrição, tais relatos inventariam a “civilização do mate” em suas múltiplas pulsações, evidenciando o desprezo dos viajantes pela “vida de centauro” dos paranaenses. Evidenciam, também, um profundo encantamento pela natureza, apontando o Paraná como uma terra propícia ao estabelecimento de colonos europeus.

Opondo-se às falsas descrições dos agentes de emigração, os viajantes percorrem terras perdidas, indicando mundos a descobrir. Num discurso político, eles produzem efeitos de verdade... Captá-lo significa, em certa medida, captar uma produção discursiva que aposta e prepara a imigração.

Mestre-escola suíço, Thomaz Davatz veio para o Brasil como colono contratado pelo Senador Vergueiro, para trabalhar na sua fazenda de Ibicaba. Aí chegando, passou a conviver com o trabalho escravo e a perceber que nunca passaria de proletário rural. O sistema de parceria não atendia os interesses dos colonos suíços, vendo-se cada vez mais distantes de seus objetivos ao emigrarem. A sucessão de atritos levou-os à revolta, sendo Davatz um dos *leaders*. Após a intervenção da polícia, obteve permissão para voltar à Suíça, onde publicou suas experiências na América.

Tendo sido vítima da febre de emigrar, Davatz busca denunciar o sistema de “escravidão” que aguardava os colonos e a atividade desonesta dos agentes de emigração, “(...) poupando a muita gente amargas desilusões”¹. Ainda que seja um libelo acusatório de um colono contra o patrão, suas memórias têm uma dupla importância: é um dos raros depoimentos dos colonos europeus que viveram a aventura do Brasil e um contraponto aos discursos dos agentes de emigração que acenavam com a possibilidade de colonos se transformarem em proprietários.

Neste contexto de denúncias e promessas surge um terceiro discurso: o dos viajantes. Homens instruídos e comprometidos com a Ciência, se apresentaram como produtores de uma fala isenta de paixões. Preocupados em desvendar os mistérios das terras distantes, assumiram a responsabilidade de realizar um inventário confiável, capaz de esclarecer o que se dizia e se supunha das terras e dos homens do Novo Mundo.

Deste esforço resultou um conjunto de obras marcadas pelo propósito de descrever, no detalhe, as condições naturais, economia, usos, costumes, crenças... Diante da riqueza destes trabalhos, particularizamos nosso interesse naqueles que se remetem ao Paraná, retomando as informações que possam contribuir na reconstrução do cotidiano ditocentista.

¹ DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*, 1850. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980. p. 50.

Saint-Hilaire, Avé-Lallemant e Bigg-Witter² passam a ser os condutores desse outro inventário, no qual se cruzam os pressupostos e as informações de uma dada narrativa. Não é nosso propósito recuperá-la aparando questões ideológicas ou submetendo-a a critérios de verdade. Isso já está feito, e dentro das condições de produção do discurso.

1 OS RELATOS DE VIAGEM

Tendo em vista a rapidez de editoração dos relatos de viagem e o volume de títulos, é de supor que tais trabalhos tivessem boa aceitação junto aos leitores europeus à sua época. Parecem-nos, no entanto, destinados a um público específico, com significado naquele dado momento. Esse público vinha a ser todo aquele ligado direta ou indiretamente ao movimento populacional europeu, notadamente no século XIX — emigrantes e/ou governantes. Reduzido o processo migratório, é de se supor igual redução de público leitor.

Ainda, considerando o avanço da imprensa e demais formas de comunicação, a narrativa cedeu inteiramente à informação. A notícia vinda de um ponto distante, conforme W. Benjamin, “(. . .) dispunha de uma autoridade que lhe conferia validade, mesmo nos casos onde não era submetida a controle”³. Na era da informação prevalece o interesse pelo imediato e próximo, havendo pouco espaço ao extraordinário ou maravilhoso.

Somados estes pontos, poder-se-ia supor que o mercado consumidor dos relatos de viagem tivesse desaparecido. O movimento editorial de republicação dessas obras, contudo, indica o contrário — inclusive as editoras brasileiras continuam investindo no mesmo sentido⁴. Onde, então, encontrar explicação para tamanho interesse?

² Seus livros foram publicados, respectivamente, em 1851 (Paris), 1859 (Leipzig) e 1878 (Londres). Embora o primeiro seja de uma viagem feita em 1820, Saint-Hilaire atualizou e confrontou suas anotações e dados com os de autores que mais tarde visitaram a região — como Müller (1838) e Villers (1847) —, relatórios de Presidentes de Província e Anuários. Isto, contudo, não invalida que situemos o autor entre aqueles que buscaram inventariar o Brasil, para esclarecer suas possibilidades aos europeus. No conjunto, suas obras cumprem o mesmo objetivo.

³ BENJAMIN, Walter. O narrador. In: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1983. p. 61.

⁴ Referimo-nos, em particular, à Editora Itatiaia e à L&PM. A primeira vem coordenando a coleção “Reconquista do Brasil” em duas séries, onde publicou, por exemplo, Jean de Lery, Daniel Kidder, Pe. Fernão Cardim, Robert Avé-Lallemant,

Partindo da mesma indagação, Daniel Defert, após levantar a hipótese do cansaço pela teoria e dissertação, avalia a existência de duas leis nesse movimento. A primeira vem a ser a “lei do prazer”, vinculada aos prazeres cruzados pelo medo (Hans Staden) ou pela aparente submissão que em verdade prepara a dominação futura. Os relatos formam o cenário de todos os prazeres, uma vez que articulam três figuras do imaginário do leitor — “o selvagem, o poder, o meio ambiente no seu esplendor natural”⁵, antes da penetração europeia.

A segunda é a “lei política” vinculada ao quadro-inventário das forças que constituem as regiões percorridas pelo viajante e ao modelo de relacionamento da Europa com o mundo, no qual ela se apresenta como padrão de uma civilização universal. No entanto, a história mostrou que nem todas as forças estavam devidamente codificadas, e personagens que não tinham sido convocados, se apresentaram para articular-se a ela.

Considerando a descontinuidade dos sentidos e a continuidade do movimento na História; considerando as rupturas impensadas nas quais muitos povos contrariaram ao modelo universalmente, há de se constatar que existem mundos a descobrir, forças a codificar. Aqui está, para Defert, o sentido político oculto de tanto interesse.

Outras possibilidades podem ser levantadas para responder a indagação apresentada como, por exemplo, as possíveis contribuições dos relatos para a compreensão do cotidiano de uma sociedade. Superada a condição de história menor, anedótica ou folclórica, a História do Cotidiano se impôs como uma história séria, dando lugar também aos homens sem qualidade.

Situada no encontro da história com a etnologia, conforme acentua Jacques Le Goff, revelou-se como um dos lugares privilegiados para se prescrever as lutas sociais ou o

Auguste de Saint-Hilaire, Hans Staden e Thomaz Davatz. A segunda, nas séries “A visão do Paraíso”, “Os Conquistadores” e “A Visão dos Vencidos”, vem reeditando Frei Bartolomé de Las Casas, Hernan Cortez, Marco Polo, Américo Vespuíco e Miguel Léon-Portiel, entre outros.

⁵ DEFERT, Daniel. Colônias perdidas, mundos a descobrir. In: DUBY, George et alii. *História e Nova História*. Lisboa, Teorema, 1968, p. 67.

sentimento de duração nas coletividades e nos indivíduos. Ainda, a História do Cotidiano:

(...) é uma visão autêntica da História porque representa uma das melhores formas de abordagem da história global, na medida em que atribui a cada ator e a cada elemento da realidade histórica um papel, no funcionamento dos sistemas, que permite decifrar essa realidade⁶.

Modificando perspectivas cronológicas, recuperando estruturas sociais e promovendo a cultura material, o cotidiano abriu um imenso domínio à curiosidade e imaginação do historiador. Um novo relevo é dado, por exemplo, às técnicas, corpo, habitat, vestuário e tradições.

Além do documento escrito, o historiador passa a buscar na arqueologia e na iconografia os elementos deste cotidiano. Não nas suas formas tradicionais, sim numa arqueologia da vida cotidiana, numa iconografia das mentalidades. Acrescente-se, também, a tradição oral.

O cotidiano, ao invés de se desligar de sistemas históricos mais amplos, completa Le Goff, contribui para explicar seu funcionamento. O percurso de Bloch, Ladurie e, mesmo, Foucault demonstrou isto.

Combinando, portanto, as questões levantadas por Delfert e Le Goff, arriscamos buscar nos relatos dos viajantes — tomados como um discurso político — elementos que elucidem a história cotidiana da sociedade paranaense no século XIX. Uma aventura perigosa, ainda que ligada à lei do prazer...

2 OS VIAJANTES EUROPEUS NO PARANÁ

Duas questões se colocam de imediato: quem são os viajantes e o que vinham fazer no Mundo Novo? Em primeiro lugar, cabe observar que esta é uma designação genérica, a qual reflete, em certa medida, uma atitude de estranheza daquele que recebe em sua casa, fazenda, vila ou cidade um indivíduo de fala, comportamento e hábitos diferentes, inva-

⁶ LE GOFF, Jacques. A história do quotidiano. In: DUBY, p. 82.

riavelmente preso a um caderno de anotações. O visitante é um estranho que passa, preocupado em anotar tudo o que vê, come ou bebe, como se coisas tão corriqueiras fossem dignas de alguma nota numa língua desconhecida. Em verdade, não é o viajante que se destina como tal, sim aquele que recebe um visitante de procedência ou destino muitas vezes desconhecidos dos "homens comuns".

A Europa é uma terra estranha para quem vivia nas matas, situado entre os limites ténues da civilização e barbarie. Uma das poucas referências a esta terra distante era a de ser o antigo lar de mulheres e homens altos, loiros e de olhos azuis que começavam a chegar. Mesmo assim, muitos não sabiam para que lado ficava e chegavam a surpreender os viajantes com as mais variadas perguntas, até "— Pode-se ir para lá a cavalo?"⁷

Visitantes curiosos ou inconvenientes, em verdade eram cientistas e pesquisadores ou técnicos especializados que percorriam longos caminhos na busca de informações sobre flora, fauna, clima, relevo,... usos e costumes das distantes terras tropicais, ou para realizar um determinado serviço (em nome de empresas particulares bem como dos governos). Botânicos, geólogos, médicos ou antropólogos — pouco importa, — não se limitavam ao seu objeto imediato de estudo ou trabalho. Coletando as mais variadas amostras e/ou anotando as informações sobre os elementos físicos e humanos, recolhiam um vasto material a ser apresentado, num futuro imediato, sob a forma de exposições, conferências ou livros, consumidos por várias camadas da população. Tais informações forneciam resposta a diversas indagações, fosse sobre a possibilidade de construção de uma estrada, de estabelecimento de uma empresa ou de uma colônia. Os relatos, em particular, se constituíam num objeto de consumo do porto de embarque de emigrantes à sede de um Governo.

Cabe observar, conforme acentua Defert, que tais viagens se constituíam num episódio obrigatório de diversas

⁷ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná, São Paulo; 1858.* Belo Horizonte, Itatiaia, 1980. p. 269.

carreiras e, por outro lado, como muitos pretendiam que seu trabalho tivesse o reconhecimento da Academia, o levantamento do material deveria obedecer a certos critérios. Caso os resultados fossem apresentados sob a forma de livro, este não poderia ser elaborado como um “romance”, mas como uma publicação científica. Logo, na precisão da informação e no rigor do conteúdo — considerando-se os preceitos da Ciência no século XIX — repousava a autoridade do novo texto a ser examinado e comparado com outros para, então, fazer parte da biblioteca das sociedades científicas e dos iniciados.

Tais preocupações são, por vezes, explicitadas pelo próprio autor. Robert Avé-Lallement, médico alemão que viveu vários anos no Rio de Janeiro, ao emitir sua opinião às jovens senhoras da sociedade curitibana — que chegaram a lhe parecer um “lírio murcho”, — não hesita em dizer que suas considerações são “(...) não só a confissão de um hóspede amavelmente convidado para a festa como também a do viajante que opina com imparcialidade” (p. 276). Está, pois, resguardando sua obra com o rigor do método...

Thomas P. Wither, engenheiro inglês que veio para o Brasil em maio de 1872, com a expedição do Capitão Palm, encarregada de construir uma estrada de ferro entre o Atlântico e o Pacífico, na Nota Introdutória de seu trabalho informa que

(...) nove meses foram gastos em viagens às colônias e acampamentos formados às margens das florestas ainda não devassadas e alguns sacrifícios foram precisos para coligir estas informações de especial interesse ao emigrante ou ao colono, ou melhor a todos que almejam o bem-estar dos excedentes de nossa população espalhada pelo mundo⁸.

Tendo registrado aos seus interlocutores — autoridades inglesas e possíveis emigrantes — a autenticidade do conteúdo na obra, Bigg-Wither acrescenta que, no final, se encontra um mapa dos vales do Tibagi e Ivaí, elaborado a

B. BIGG-WITHER, Thomas P. *Novo caminho no Brasil Meridional; a Província do Paraná: três anos em suas florestas e campos, 1872/1975*. Rio de Janeiro, J.Olympio, 1974. p. xxvii.

partir de levantamentos de competentes e responsáveis engenheiros e com a permissão do Conselho da Royal Geographical Society, que recebera o original. A competência deste Conselho certamente contribuiu para o reconhecimento da obra; na autoridade da Academia o autor ampliou a autoridade de sua fala...

Auguste de Saint-Hilaire, botânico francês que permaneceu no Brasil de 1816 a 1822, também buscou nas sociedades científicas francesas o reconhecimento de seu trabalho. De suas viagens pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e outras regiões, resultou um vasto material apresentado e aclamado pelos seus pares, de modo a impor uma credibilidade maior aos seus livros, os quais representam um dos mais completos levantamentos sobre o Brasil.

Respeitados homens de formações distintas, aclamados pelo público e pela academia, os viajantes acabaram por construir uma determinada visão dos trópicos, marcada por um profundo encantamento com a natureza. Os Campos Gerais foram comparados por Saint-Hilaire ao Paraíso Terrestre brasileiro — “Inegavelmente, são esses campos uma das mais belas regiões por mim percorridas desde que encara à América”⁹.

As matas causavam igual impacto e, por mais difícil que fosse, percorrê-las significava um total entrosamento com a natureza. Cruzando-as, entre Santa Catarina e Paraná, Avé-Lallemant sentiu “algo que o europeu, mesmo a maioria dos viajantes, não pode sentir: tem-se a visão da floresta virgem em sua mais secreta profundidade, em seus últimos recantos” (p. 224). Como se não bastasse a exuberância da vegetação e a variedade de animais e insetos, o relevo reservava seus encantos; ao contemplar o cenário da Baía de Paranaguá, afirma: “(...) quase se poderia comparar o pequeno mar interior com um lago suíço” (p. 305).

Contudo, igual encantamento não se observa na referência aos homens desta terra. Mesmo que Bigg-Wither tenha

⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Comarca de Curitiba*, 1820. São Paulo, Nacional, 1964. p. 10.

se tornando um defensor dos índios, como diz Temístocles Linhares, e Avé-Lallemant tenha pretendido fazer da indulgência uma norma..., não conseguiram esconder o desprezo que muitas vezes sentiram pelos habitantes locais. Um dos traços comuns nos seus discursos vem a ser a crítica à atitude indolente dos homens diante do trabalho¹⁰ — entregues ao ócio, mais lhes pareciam selvagens. Limitavam-se, no geral, a uma pequena lavoura de subsistência, ao extrativismo vegetal ou à pecuária extensiva, ou seja, viviam daquilo que a natureza oferecia. A exceção estava no imigrante, especialmente o alemão.

Da mesma forma, atitudes de desprezo (ou de crítica) se evidenciam nos comentários sobre a ignorância quase generalizada. Saint-Hilaire nem tenta esconder suas dificuldades de convivência, dado que os homens quase não possuíam outras idéias além daquelas ligadas à criação de gado, e os que eram tidos como instruídos, tão somente o eram por saber ler e escrever. Tais evidências o levam ao seguinte comentário:

Por toda parte encontrei pessoas hospitaleiras, boníssimas, que não eram destituídas de inteligência, e, no entanto, de idéias tão pouco desenvolvidas que eu não podia com elas manter conversação por mais de um quarto de hora (p. 15).

Mesmo se referindo aos habitantes nos Campos Gerais, semelhante comentário se aplicava aos de Curitiba. Reunindo-se com diversas pessoas, após conversar sobre Juízo Final, lobisomens, física e astronomia, concluiu: “(...) o que deles ouvi traía completa ausência de conhecimentos os mais rudimentares” (p. 101).

Considerações semelhantes são apresentadas por Avé-Lallemant, após verificar o reduzido número de escolas e registrar sua surpresa ao encontrar, na casa do escrivão Francisco Alves Pereira, uma pequena coleção de livros — “(...) um inesquecível sinal de cultura” (p. 261). Fica-nos,

¹⁰ Sobre esta questão, Ver: PAZ, Francisco. Trabalho e significação: a sociedade paranaense na literatura dos viajantes do Século XIX. In: PR: Cultura e Ideologia. Porto Alegre, Mercado Aberto. No prelo.

pois, a dúvida sobre qual a sua maior maior surpresa: esta coleção ou aquela pergunta sobre as possibilidades de se chegar à Europa a cavalo...

Bigg-Wither também teria suas surpresas. Uma lhe ocorreu quando, dirigindo-se à colônia de Santa Tereza, passou pela fazenda do Sr. Andrade: entrando na casa deste, observou uma porta fechada à chave, porém informado que ali se encontravam homens solteiros, o fazendeiro trocou um olhar de cumplicidade com a esposa para, então, abrir a referida porta. Após a senhora voltou com as filhas, que pareciam tomadas por um desejo histérico de rir. Findas as apresentações,

(...) todas se retiraram de volta ao quarto secreto e o pai mais uma vez as fechou a chaves. Até então ignorávamos o costume, que eu posteriormente vim a saber ser geral nesses lugares mais afastados, de guardar as mulheres, ou melhor, as filhas de família, como feras (...) (p. 122).

Destas observações resultaram as conclusões sobre o atraso generalizado da região, onde dogmas do Cristianismo se confundiam com absurdas extravagâncias, os princípios de educação da mulher datavam de gerações anteriores e os pequenos sinais de cultura se constituíam em objeto de notícias. Ato contínuo é a atitude de resguardo dos viajantes, dado que pessoas tão ignorantes poderiam ser inconvenientes... Saint-Hilaire chega a verificar que não podia conversar livremente com seus camaradas "(...) pois se tornariam confiados e [lhe] faltariam ao respeito" (p. 92). Cuidados semelhantes foram tomados por Avé-Lallement que, após ter sido tomado por comerciante — "Essa gente ou semi-gente não pode compreender que se ande viajando sem fins mercantis, sem ser negociante ambulante" (p. 265), — passou a evitar os contatos com determinadas camadas sociais. Ao chegar em Curitiba, experimentou uma certa tranquilidade pois, "(...) por um feliz acaso [ficou] conhecendo a data social, a "hautée volee" da residência provincial" (p. 274).

Isto posto, retomamos as indagações iniciais sobre os viajantes: cientistas ou técnicos, são indivíduos que, ao bus-

carem informações específicas ou ao realizarem um trabalho, elaboraram um inventário físico e humano das terras percorridas, no propósito de desvendá-las ao mundo civilizado. Este inventário é também político pois, conforme Defert, informa das “forças” que não se encontram articuladas à racionalidade europeia e formam um campo aberto a todas as táticas. Levantando as “diferenças” do Novo Mundo, os relatos colaboram na formação de uma literatura europeia que acaba por construir um modelo de relacionamento da Europa com o resto do mundo, e por articulá-lo aos padrões da cultura ocidental.

Saint-Hilaire, Avé-Lallement e Bigg-Wither, ao tornarem públicos seus relatos, contribuíram para ampliar tais acervos; e, acaso ou não, muitas das terras descritas por eles acabaram atraindo imigrantes europeus. Quanto ao Paraná, em particular, o inventário realizado cobriu diversas regiões, dado que seus percursos foram em sentidos diferentes — porém, intercruzados. Por outro lado, a região foi visitada em tempos diferentes, permitindo uma avaliação das mudanças ocorridas ao longo do século XIX.

Saint-Hilaire chegou ao Paraná — então 5.^a Comarca de São Paulo, denominada Comarca de Curitiba e Paranaguá — em janeiro de 1820, procedente de Sorocaba. Iniciando sua viagem pelos Campos Gerais, cruzou por diversas fazendas até chegar à cidade de Castro, indo para Curitiba. Descendo a Serra do Mar, após Morretes, chegou a Paranaguá. Tomando a direção sul, passou por Caiobá e Guaratuba, atravessando o Saí-Mirim em abril do mesmo ano. Originariamente, este percurso compôs os Capítulos XIV a XXII de **Viagem às Províncias de São Paulo e Santa Catarina**, publicado em 1851.

Avé-Lallement iniciou sua viagem pelas Províncias do Sul, no início de 1858. Desembarcando no porto de Rio Grande, viajou pelo Rio Grande do Sul e Santa Catarina e, no final de agosto, ultrapassou o limite meridional da Província do Paraná. Cruzando a Serra de Joinville, o Campo do Ambrósio e a Paróquia de São José, chegou em Curitiba. Descendo a Serra passou por Antonina e, em setembro, tomou

um barco com direção a São Paulo. Esse roteiro integra o livro *Viagem pelo Sul no Brasil*, publicado em 1859.

Finalmente, Bigg-Wither chegou em Paranaguá em 1872, após algumas semanas no Rio de Janeiro; imediatamente foi para Antonina, iniciando a subida da Serra. Tendo passado por Curitiba e Ponta Grossa, dirigiu-se para a Colônia Teresa, onde ficou sediado seu acampamento. Realizou, então, diversas incursões pela Província, como Colônia do Assungüi, Vale do Ribeira, Colônia de Jataí, e viagens a Palmeira, Curitiba, Ponta Grossa. Em outubro de 1874 iniciou a viagem de retorno à Europa, lá chegando em abril de 1875, após semanas de espera em Antonina, Paranaguá e Rio de Janeiro. Seu relato foi publicado, em 1878, sob o título *Pioneiros no Sul do Brasil*, sendo os três primeiros capítulos referentes à cidade do Rio de Janeiro, nos quais expressou seu descontentamento ao ver-se forçado permanecer numa cidade insalubre, sujeito à febre amarela.

Assim, chegando pelo norte, sul e leste da Província, no início, meio e final do século XIX, estes viajantes conviveram com situações políticas, econômicas e sociais de três gerações distintas. Saint-Hilaire, por exemplo, visitou uma Comarca cujos habitantes manifestavam o desejo “(...) de ver sua terra separada da Província de São Paulo (...)” (p. 187); já Avé-Lallemant conheceu uma jovem província onde ainda conviviam sinais de dois tempos. Curitiba, vista como síntese destes contrastes, é descrita pelo médico alemão como uma cidade onde tudo indicava sua dupla natureza. Lembrando a antiga condição de sede de Comarca, restavam

(...) ruas não calçadas, casas de madeira e toda espécie de desmazelo, cantos sujos e pragas desordenadas, ao lado das quais há muita coisa em ruína e não se pode deixar de reconhecer evidente descendência e atraso (p. 273).

Contudo, ele captou sinais de uma segunda natureza, na qual “(...) expressa-se decisiva regeneração, embora não apareça nenhum grandioso estilo Renascença” (p. 273). Os novos prédios, como Palácio, Cadeia, Quartel-General, Cá-

mara e Tesouro, eram indícios de um recente desenvolvimento. A esses sinais somavam-se outros, indicando as mudanças operadas na Província, tanto pela sua emancipação política, quanto pela abertura de estradas ou estabelecimento de colônias de imigrantes europeus. Enfim, na sucessão dos relatos está presente a dinâmica de uma sociedade que se encaminha para “(...) o ilimitado gozo dos frutos do trabalho”¹¹.

3 O COTIDIANO PARANAENSE NA PERSPECTIVA DOS VIAJANTES

Cheguei como um mensageiro de um mundo melhor (...).
Avé-Lallemant

Acostumados aos benefícios da civilização, os viajantes se deparam com um mundo novo que lhes parece envolto em múltiplas contradições. Por um lado, se apresenta uma natureza exuberante, capaz de propiciar sensações ímpares a um europeu acostumado à insalubridade de suas metrópoles; por outro, múltiplas possibilidades se colocam aos indolentes homens dessa terra, que se limitavam a colher alguns dos possíveis frutos. Ainda, mesmo que a população fosse majoritariamente branca — “(...) não vi em nenhuma parte do Brasil tantos homens verdadeiramente brancos como no distrito de Curitiba”¹², — seus hábitos em muito lembravam os dos selvagens. Os criadores de gado, por exemplo, pouco usufruíam o que a natureza gratuitamente lhes oferecia: o peso que os animais ganhavam nas pastagens era perdido por ocasião das viagens para o mercado, face o péssimo estado de conservação das poucas estradas.

Defrontando-se, pois, com um mundo novo, regido por uma lógica diversas vezes oposta, a curiosidade desses “mensageiros” extrapolava o cenário, voltando-se incessantemente aos personagens, ou seja, a tudo que estivesse ligado ao cotidiano do homem paranaense. Para Bigg-Wither, segundo Temístocles Linhares, são os aspectos

11 AVÉ-LALLEMANT, p. 308.

12 SAINT-HILAIRE, p. 119.

(...) da vida mais cotidiana, da vida humilde do povo que se formava à sombra dos pinheiros ou à lua clara e radiosa dos cémos infados é que mais o seduziam, alimentando toda a sua curiosidade, nunca insensível à grandiosidade e beleza dos panoramas que a natureza de em torno oferecia, como também nunca desatento aos seus malefícios e misérias (p. XVIII).

Observadores atentos das ambigüidades dos seres humanos ou das possibilidades antagônicas da natureza, Saint-Hilaire, Avé-Lallemant e Vigg-Wither não hesitaram em registrar tantas cenas prosaicas. Somando-as, temos um retrato do dia-a-dia da sociedade paranaense do século XIX, seja na sua dupla natureza, seja nos seus ténues limites entre a civilização e a barbárie.

3.1 A SOCIEDADE OITOCENTISTA

Mate, mate e mais mate! Essa a senha do planalto, a senha nas terras baixas, na floresta e no campo. Distritos inteiros, aliás, províncias inteiras, onde a gente desperta com o mate, madraceira o dia com o mate e com o mate adormece. As mulheres entram em trabalho de parto e passam o tempo de resguardo sorvendo o mate e o último olhar do moribundo cai lentamente sobre o mate.

R. Avé-Lallemant

O extrativismo vegetal e a pecuária extensiva constituem as duas principais imagens da economia local fixadas pelos viajantes. Para Avé-Lallemant, percorrer as Províncias do sul mais parece se transpor para uma “civilização do mate”. Os homens, mulheres e crianças que margeam as matas dedicam-se quase que exclusivamente a esta atividade, especialmente entre março e setembro. Contudo, na medida em que os ervais se localizavam no interior das matas — cujo acesso oferecia perigos, — os coletores se organizavam em grupos, penetrando-as com burros e carroças.

Distantes de suas casas, construíam uma cabana, um abrigo temporário para, após, iniciarem o corte. Armados de um facão de mato, decepavam os galhos e retiravam a folhagem, secando-a em fogo brando e moendo-a. O material

obtido era levado a engenhos próprios, sendo reduzido a um pó mais fino possível e colocado em sacos de couro cosidos. A imensa quantidade de fardos de mate era transportada, via Morretes, a Paranaguá, por onde era comercializado.

Percorrendo as estradas e picadas da província, Avé-Lallemant cruzou com várias tropas de mulas carregadas do produto. Aproximadamente dois terços dos burros e mulas eram utilizados desta forma, o que explica, em parte, as dificuldades dos viajantes para encontrar animais de tração à venda¹³.

O mate era o principal meio de sobrevivência dos homens que margeavam as matas; ao mesmo tempo eles eram ávidos consumidores da bebida. Vendo-os numa terra distante, sem jornais ou café, Avé-Lallemant associou tal consumo à personalidade do povo:

O bebedor de mate constrói o seu próprio mundo político e sozinho, diante de sua cuia de mate, é mais feliz do que se estivesse sentado num café (p. 253).

Ao mate soma-se a pecuária, atividade desenvolvida nas extensas fazendas dos Campos Gerais. Beneficiados pelas condições naturais, os proprietários não precisavam dispensar maiores esforços com o gado, pelo contrário, as ricas pastagens permitiam que fosse criado solto. Contudo, com a chegada do inverno, as geadas as queimavam sem que os criadores tomassem alguma providência: “(...) estábulos e forragens são coisas desconhecidas aqui, ninguém quer ter incômodos, ninguém quer trabalhar, preferem deixar o gado morrer”¹⁴.

Além da pouca atenção dedicada aos rebanhos, Saint-Hilaire observou a freqüente ausência dos proprietários — fazendas como Boa Vista, Caxambu, Guartelá, Carambeí, Pitangui e Carrapatos estavam entregues a escravos, filhos ou esposas dos fazendeiros. Estes moravam em outros lugares,

13 Deve-se acrescentar a isto a constatação de que os animais de transporte, principalmente cavalos, eram de uso próprio dos paranaenses. Levando uma “vída de centauro”, expressão de Avé-Lallemant, os homens só se dispunham a vender seus animais ruins — “A todo momento me aborrecia a falta de seriedade num homem, numa firma, numa transação” (1958, p. 283).

14 AVE-LALLEMANT, p. 283.

estavam em viagens ou então tratava-se de uma fazenda de “criar” como era o caso da Fazenda de Boa Vista cujo proprietário, Cel. Luciano Carneiro, mantinha lá alguns escravos administrados pelo mais fiel. De qualquer forma, é surpreendente o grau de absenteísmo dos fazendeiros locais, o que para os viajantes se explicava pelo fato de as atividades pastoris exigirem poucos esforços.

Ainda que magro e sem maiores evidências de quaisquer cuidados, o gado povoava os Campos Gerais, dando-lhes vida. Somavam-se a esse rebanho os cavalos, mulas e burros que, mesmo quando adornados — por ocasião de alguma festa ou cerimônia —, não conseguiam esconder sua magreza e maus tratos. Essenciais na vida da Província, estes animais eram para os homens, segundo Avé-Lallemant, “(...) a sua outra natureza, as metades deles próprios, o segredo do centaurismo nos campos” e, sem seu cavalo ou burro, cada homem “(...) é apenas um homem, um pobre homem, e não um homem-cavalo, um centauro” (p. 285). Aqui se confirma a análise de Saint-Hilaire sobre os habitantes dos Campos Gerais: o mundo se lhes apresenta a partir das montarias; suas idéias se vinculam ao gado; as crianças, desde a mais tenra idade, são iniciadas nas lides da pecuária.

Do profundo entrosamento dos homens com suas montarias, da necessidade de deslocamentos constantes e do íntimo contato com a natureza, acabam se formando alguns traços característicos do homem paranaense. Para os viajantes fica evidente, por exemplo, que a criação de gado era mais “(...) um divertimento que outra coisa”¹⁵, deixando-o livre para galopar pelos campos.

Há de se acrescentar os comentários de Bigg-Wither sobre a estreiteza do espírito empresarial dos paranaenses. A criação de gado requeria pequenos investimentos e assegurava, deduzidas as perdas, um rendimento de cinqüenta por cento ao ano. O comércio propiciava maiores lucros, pois quaisquer mercadorias trazidas do Rio de Janeiro eram revendidas por preços triplicados. Acostumados, pois, aos lucros fáceis e rápidos, raramente se dispunham a fazer novos

15 SAINT-HILAIRE, p. 16.

investimentos. Mesmo a importação de outros animais, para aprimorar ou diversificar os rebanhos, não era usual.

A criação de ovelhas, por exemplo, poderia constituir-se num vantajoso empreendimento, dada a excelência do clima e das pastagens, ao mesmo tempo em que o mercado da lã se ampliava. As autoridades locais perceberam isso e resolveram fazer algumas experiências que resultaram num total fracasso, tanto pelos motivos expostos acima, como pela desonestade dos criadores. Dizendo-se dispostos a criar carneiros, recebiam as levas totalmente pagas pelo governo. Alegavam, porém, que algum animal estava doente e com receio que este contaminasse os demais, optavam por abatê-lo... levando sua carne à mesa... E, assim, sucessivamente.

Investimento não era propósito dos homens de negócio; ampliação da produção era uma hipótese pouco considerada. Nas fazendas havia pequenas lavouras de subsistência, pouco produzindo para o mercado. As pequenas plantações de feijão, arroz e milho que circundavam as vilas e cidades nem sempre eram suficientes, ocasionando sucessivas crises de abastecimento. Diante destas circunstâncias, as autoridades locais reagiam, determinando a quantidade de terras que cada um devia semear e prendendo alguns preguiçosos para atemorizar os demais. Também procuravam estimular a vinda de colonos europeus, assentando-os em terras propícias.

Ocorre que, sendo pequenos proprietários, não dispunham de pastagens para criar animais de transporte. Viam-se, assim, obrigados a vender sua produção aos grandes fazendeiros que definiam os preços. Desestimulados, os colonos precisavam enfrentar ainda os problemas de isolamento e falta de estradas. Aliás, esse era um dos problemas cruciais da Província — e os viajantes o viram de muito perto.

A subida da Serra de Joinville, por Avé-Lallement, é particularmente ilustrativa. Na ausência de um caminho definido, alguns homens iam na frente da expedição, munidos de facão, derrubando o mato. À noite, construíam um abrigo e

áí dormiam, muitas vezes encharcados pela chuva. Há de se acrescentar a essas dificuldades o perigo de um encontro com índios selvagens. Os “bugres” representavam uma constante ameaça e nada parecia amedrontar mais os homens da região do que eles: “Nada — nem a solidão, nem o horror da mata (...), nem os animais ferozes — amedronta estes homens: só a palavra “bugres” os faz estremecer e empalidecer; só pensar neles já os perturba” (p. 241).

O medo demonstrado não era sem sentido; com frequência, eles saíam dos matos, atacando pequenos ranchos, matando e roubando animais. Saint-Hilaire, por exemplo, foi avisado destes assaltos, e para não se aproximar das matas. Ainda observou movimentos de soldados vindos de São Paulo, face à informação de que pouco antes da sua chegada foram avistados alguns índios da tribo dos coroados nas redondezas da Fazenda Jaguariaíba.

Tais ataques chegaram inclusive a frustrar algumas iniciativas de colonização, como ocorreu na Colônia Tereza, fundada pelo Dr. Faivre. Muitos dos colonos que foram para lá acabaram sendo assassinados, e uma mulher e uma criança foram raptadas. Assim, esta tentativa de fixação de colonos franceses acabou fracassando. Não era, pois, sem justo alívio que as estradas eram saudadas com entusiasmo — o barulho da derrubada das matas mais parecia, segundo Avé-Lallémant, “(...) um grito de despertar da civilização que se aproximava” (p. 287). Contudo, construí-las não era o suficiente, permanecia o problema da conservação.

As estradas que cortavam as serras se apresentavam em péssimo estado, embora fossem visíveis os esforços para conservá-las. Ao descer a Serra do Cadeado, Saint-Hilaire constatou que as árvores cobriam a estrada, deixando-a quase totalmente na escuridão; “(...) anda-se por cima de pedras escorregadias e os muares são forçados, a cada instante, a atirar-se para a frente com a sua carga” (p. 143). Bigg-Wither, ao subir a Serra da Graciosa, chegou a acreditar que perderia boa parte dos instrumentos trazidos da Europa, tais eram as condições do percurso:

A realidade é que estava em péssimo estado, excedendo a qualquer descrição que eu tivesse lido a respeito de estrada ruim. Era como se árvores muito grandes tivessem caído a curtos intervalos, atravessadas num mau caminho e os espaços entre uma árvore e outra fossem preenchidos com lama. Através deste caminho atroz os cavalos patinharam e as carroças rangeram durante três horas. Qual o motivo por que elas não se desconjuntaram com tão tremendo esforço e solavancos, sempre será um mistério para mim (p. 42).

O relevo acidentado certamente contribuía para dificultar a construção e conservação das estradas. Contudo, mesmo aquelas que não cortavam as serras, apresentavam idênticas condições, contribuindo para o isolamento da região e de seus habitantes.

O isolamento podia ser percebido de diferentes formas, sendo a falta do serviço postal uma delas. Saint-Hilaire, para enviar sua correspondência, valeu-se do sistema de encaminhamento mensal dos relatórios dos capitães-generais, feito pelos milicianos. Fora isto, as possibilidades de contato com outras regiões eram muito limitadas e irregulares. O atraso da região estava intimamente ligado a esse estado de isolamento: “(. . .) afastadas da benéfica influência da Capital da Província, ficou numa apagada letargia”, diz Avé-Lallemant, ao referir-se à sua anterior condição de Comarca.

Ilhada e com pouca coisa a oferecer, a região não era muito visitada; aqueles que aqui chegavam tinham dificuldades para encontrar acomodações. Em se tratando de algum hóspede ilustre, como Saint-Hilaire, colocava-se à disposição alguma casa, fato ocorrido em Castro e Curitiba. Avé-Lallemant e Bigg-Wither parecem ter passado maiores dificuldades: o primeiro foi obrigado a permanecer no navio, dada a falta de hotéis em Paranaguá; o segundo, chegando em Antonina, foi levado ao único hotel, que dispunha de seis camas para dezessete hóspedes — acabou dormindo sobre a mesa de jantar. Os raros hotéis encontrados em Curitiba e Ponta Grossa pertenciam a imigrantes. O isolamento do paranaense não o dispunha a preparar-se para receber hóspedes.

des; o acampamento em volta de uma fogueira ou o abrigo de um compadre eram suficientes.

O mate e a pecuária pareciam cobrir todo o horizonte da gente da Província; de resto era só suprir as necessidades mínimas de subsistência. Investir ou diversificar a produção, abrir estradas ou preparar-se para os hóspedes, comunicar-se com as outras Províncias eram tarefas pouco preocupantes. Seu sossego só parecia ser perturbado face à ameaça dos índios e animais selvagens. No mais, a natureza encarregava-se de cumprir.

Vista “por fora”, a sociedade paranaense do século XIX se apresentava submetida a uma ordem natural das coisas. Contudo, os viajantes ousaram lançar seu olhar “por dentro”, captando suas pulsações, seus desejos. Ao “mensageiro de um mundo melhor” se impunha a tarefa de transportar as evidências da vida material e atingir os sinais menos explícitos da sociedade local.

3.2 “RETRATOS” DO COTIDIANO

Distantes de seus lares e sujeitos a diversos tipos de privações, os viajantes não deixaram de reconhecer um traço característico do homem paranaense: a **hospitalidade**. Nas cidades, vilas, campos ou matas, foram quase sempre bem recebidos; uma cama ou uma fogueira, uma refeição completa ou um copo de leite estavam sempre à disposição, principalmente quando percorriam áreas pouco povoadas. “Era evidente que, quanto mais nos afastávamos da civilização, tanto maior era a hospitalidade que encontrávamos”, diz Bigg-Wither (p. 116) ao ver recusada sua oferta de pagamento pelos alimentos recebidos numa fazenda do interior. Um presente, como garrafas de cerveja, tinha um significado muito maior nesses lugares distantes, onde os laços de compadrio eram essenciais.

Habituado a ajudar e a receber ajuda, o paranaense se apressava em receber bem os visitantes, dividindo com eles os poucos recursos de que dispusesse. Saint-Hilaire, por exemplo, observou que as mulheres,

(...) sem se esconderem à aproximação dos homens, acolhem os hóspedes com urbanidade simples e graciosa, são amáveis e, conquanto não sejam dotadas da mais rudimentar instrução, conversam encantadoramente (p. 15).

A amabilidade feminina é constatada em diversas ocasiões, mesmo na ausência dos homens da casa. Na Fazenda Xavier da Silva, a proprietária lhe deu permissão para hospedar-se, bem como ofereceu um acolhimento que não recebia desde que saíra de Sorocaba; nas Fazendas de Pirangui e Carambeí, o mesmo se repetiu. Em Curitiba, Avé-Lallemand observou igual postura das mulheres. No geral, independentemente de quem os recebesse, a hospitalidade se repetia.

Após a subida da Serra Geral, vendo-se sem mantimentos, Avé-Lallemand tentou comprá-los no rancho de um caçador; recebeu, isto sim, um convite para compartilhar da refeição familiar. Além disso, quando chegavam nas vilas ou cidades, acabavam recebendo casas e mantimentos, conforme as descrições de Saint-Hilaire (Castro e Curitiba) e Bigg-Wither (Ponta Grossa). Em algumas fazendas tinham igual tratamento, e em outras, quando não havia o mesmo conforto, observavam-se que os moradores se apressavam na intenção de propiciar uma certa comodidade.

Contudo, a simplicidade das pessoas acabava por causar certas situações embaraçosas. Numa estância, Avé-Lallemand foi convidado a pernoitar na casa principal, sendo-lhe dispensado um lugar próximo à fogueira; como eram poucos os recursos, nem pensou encontrar cobertas ou roupa de cama. Na hora de dormir, “(...) a bondosa velha pusera, todavia, como travesseiro, uma porção de saias e outras peças de roupa, cuja emanação me era desagradável” (p. 248).

O costume de visitar os recém-chegados também causava problemas: Saint-Hilaire teve que tolerar certos diálogos, e Bigg-Wither, o “passeio”. Este costume de origem indígena consistia na chegada de diversos indivíduos que ficavam parados e quietos em volta da mesa, enquanto a refeição era feita. Após, se retiravam conservando o mesmo silêncio mantido desde a chegada. Significava uma visita de boas-vindas.

A despeito do quanto as acomodações, hábitos ou alimentação ficassem a desejar, era evidente que a “(...) hospitalidade franca e sincera, dispensada a todos os visitantes”¹⁶, constituía um traço indelével no caráter do povo. Tal hospitalidade em muito contribuiu para que os viajantes tomassem contato com o cotidiano dos paranaenses pois, à medida que estes se dispunham a recebê-los, expunham suas tradições, habitações, técnicas, vestuário, alimentação, doenças, etc.

Não podemos, no entanto, supor que a hospitalidade fosse irrestrita. Algumas vezes os viajantes precisavam valer-se da autoridade das cartas que traziam consigo — nelas, Presidentes de Províncias solicitavam (ou determinavam) que o portador fosse ajudado por quem as lesse. Mesmo acatadas, não surtiam total efeito quando se tratava da venda de animais, conforme referências anteriores; por outro lado, não prevaleciam sobre os laços de compadrio. Avé-Lallemand pôde constatar isto quando tentava comprar alguns animais de Chico de Oliveira: irredutível, este não se dispôs a vender-lhe um cavalo de sela; já para outro visitante que chegou na mesma época, trazendo consigo uma carta de um compadre do fazendeiro, solicitação idêntica foi prontamente atendida. Saint-Hilaire também percebeu a importância de tais laços de solidariedade: muitas das gentilezas recebidas, quando passava pelas propriedades dos Campos Gerais, se deviam ao fato de apresentar-se como hóspede anterior de um vizinho do fazendeiro ora visitado, o qual lhe recomendava.

Numa terra isolada, distantes da ação das autoridades provinciais e expostos às mesmas dificuldades e ameaças, os homens reforçavam mutuamente tais laços¹⁷. Uma solicitação ou uma recomendação deste tipo tinha um peso muito maior do que as determinações de um Presidente de Província. “Entre os homens é o compadre o que é o mate entre as plantas — tudo”, conclui Avé-Lallemand (p. 262).

16 BIGG-WITHER, p. 129.

17 Um exemplo típico desta associação era a Fazenda da Fortaleza: as construções foram erguidas de modo a oferecer resistência aos índios que atacavam os primeiros colonos, tornando-se ponto de reunião dos fazendeiros para ataque ou defesa. Cuidadosamente guardado, este forte resistiu a todas tentativas de destruição. Vendo-se derrotados após duas investidas à fazenda, os índios acabaram abandonando a região, dela não mais se aproximando com intenções hostis, livrando todos os colonos das ameaças de ataques. Ver: BIGG-WITHER, 1974, p. 367-77.

Unidos, pois, para enfrentar um meio hostil, os homens desenvolveram profundos laços de confiança mútua. Certos de poder contar com o apoio dos vizinhos — retribuindo-lhes sempre que necessário —, os fazendeiros se relacionavam partindo de princípios de amizade, os quais se aplicavam até nos seus negócios. As dívidas podiam ser saldadas de formas inusitadas, conforme observou Avé-Lallement ao comprar alimentos de um fazendeiro. Não dispondo de troco, este solicitou ao viajante que fizesse o pagamento na propriedade seguinte pois o vizinho lhe enviaaria oportunamente o dinheiro; caso este também não tivesse troco, deveria prosseguir sua viagem, solicitando o nome de uma pessoa da aldeia seguinte, a quem pudesse deixar a importância devida.

Bigg-Wither, em viagem para a Colônia Tereza, cruzando um rebanho, manifestou seu desejo em dispor de um animal para alimentar seus homens. Um dos empregados se apressou a informar que o proprietário do rebanho era seu amigo e não se sentiria incomodado com o abate de um dos animais; bastaria que o mesmo fosse pago na primeira ocasião. Ou seja, nesta terra “(...) viaja-se um ou dois dias com a sua dívida e paga-a quando aparece oportunidade”¹⁸.

Hospitalidade, confiança e solidariedade são questões fundamentais para a sobrevivência dos habitantes da Província. A ameaça dos “bugres” impunha uma dura lei do mato — atacar para não ser atacado, matar para não ser morto. Unir-se, portanto, era a saída possível para vencer as dificuldades e afastar os elementos hostis. Este propósito parece ser atingido, pois se observa que os índios — isto é, os elementos hostis — foram empurrados para o interior, refugiando-se nas matas. Poucas foram as tentativas de aproximação e, quando ocorreram, foram frustradas.

Um exemplo disto nos é relatado por Bigg-Wither: buscando superar a falta de mão-de-obra, aproximou-se de alguns índios pensando em civilizá-los. Os adultos trazidos ao acampamento foram banhados, penteados e vestidos; pouco depois abandonaram as roupas, revelando sua indisposição aos novos hábitos. Resolveu, então, ensinar as crianças; po-

18 AVÉ-LALLEMANT, p. 262.

rém, uma epidemia disentérica acabou matando todos os índios, frustrando os planos de contar com os selvagens nos trabalhos da expedição.

O índio, contudo, parece não compor a população — poucos são os comentários sobre sua existência; limitam-se a apontá-lo como uma ameaça às populações do interior ou como membros de alguma aldeia perdida e atrasada do litoral, como Guaratuba¹⁹. A população da Província é tomada a partir dos brancos, negros e mulatos.

Referindo-se aos paranaenses, Saint-Hilaire definiu-os como a população “mais branca” encontrada no Brasil, dado que a economia da região não demandava (ou dispensava) a mão-de-obra escrava. Ao exemplo de uma fazenda entregue aos cuidados de escravos²⁰ se contrapõe outro, o da Fazenda da Fortaleza²¹, onde uma centena de escravos havia dado lugar a oito.

Comparando a população de Curitiba com a de Paranaguá, o botânico francês²² ressaltou que, nesta, a presença de negros era maior, o que poderia ser explicado tanto pelas difíceis condições de trabalho no litoral como pelo fato de, sendo um importante centro comercial, haver uma disponibilidade maior de recursos. Pelos dados populacionais apresentados²³ vê-se em primeiro lugar que a composição da população livre e escrava de Curitiba, entre 1818 e 1838, sofreu uma pequena variação, cabendo à população branca a maior taxa de crescimento. Em segundo lugar, em Paranaguá os

19 Ver: SAINT-HILAIRE, 1964. /Especialmente Capítulo IX p. 172-89/.

20 Referimo-nos à Fazenda de Boa Vista, de propriedade do Cel. Luciano Carneiro, citada por SAINT HILAIRE (p. 42) e já referida no texto.

21 Citada por Saint-Hilaire e BIGG-WITHER, sendo o comentário em questão, da autoria deste último (p. 369-70).

22 Ver: SAINT-HILAIRE, p. 116 e 163.

23 Quadro comparativo da população de Curitiba e Paranaguá, nos anos de 1818 e 1838, segundo números apresentados por SAINT-HILAIRE.

	1818	1838	
	Curitiba	Paranaguá	Curitiba
			Paranaguá
Brancos	55,7	65,9	60,7
Mulatos livres	27,6	9,3	25,5
Negros Livres	2,3	6,3	1,8
População Livre	85,6	81,5	88,0
Mulatos escravos	4,9	6,7	4,4
Negros escravos	9,5	11,8	7,6
População escrava	14,4	18,5	12,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0

percentuais de população livre e escrava se mantiveram quase que inalterados; contudo o percentual de mulatos livres apresentou uma enorme variação, ao mesmo tempo em que o de brancos e negros livres caiu.

Atento a estas composições e variações, para Saint-Hilaire ficou evidente o seguinte:

(...) há menos libertinagem em Curitiba que em Paranaguá, porto de mar e região muito quente, onde o número de homens casados é de menos de um terço, devendo ser, por conseguinte, nesta última cidade, as uniões ilegítimas de brancos com mulatas muito mais frequentes que na primeira (p. 163).

Na sua perspectiva, a imoralidade está na razão direta do número de escravos e, nesse sentido, a cidade de Curitiba foi favorecida; muito escravo era sinônimo de pouco casamento. O inverso foi constatado por Avé-Lallemant, ao ser apresentado à sociedade da capital:

As amáveis curitibanas que se achavam nos salões eram quase todas senhoras casadas. Senhoritas havia muito poucas. Casam-se logo que são núbis, antes de deixarem a escola, e acabam de crescer com os seus filhos (p. 275).

Tais casamentos, entretanto, recebem uma dupla censura do viajante: realizando-os antes que tivessem abandonado completamente a infância, as jovens senhoras mais pareciam um “lírio murcho”; por outro lado, eles revelam uma “profunda desmoralização”. Aliás, outras críticas são feitas sobre determinados costumes ligados aos casamentos como, por exemplo, as de Bigg-Wither quando descobriu que filhas de certas famílias eram guardadas à chave. Confirmada a suspeita de que elas não saíam, foi informado que aprendiam a cavalgar quando crianças e depois eram trancadas até a chegada de um marido. Na verdade, isto mais lhe pareceu um sistema ciumento de criar as “mães da nação” (p. 124), seguido pelos fazendeiros menos esclarecidos.

O fato de muitos pais não trancarem suas filhas não significava que estivessem desatentos aos seus casamentos,

nem que as deixassem livres. Qualquer aproximação entre jovens de sexos diferentes era coibida. Comparecendo a um “fandango”, Bigg-Wither lá encontrou um grupo de rapazes de chapéu na cabeça, fumando e conversando distraidamente — nem parecia que estavam na presença de moças. Começada a música, os rapazes se dirigiram a elas, distribuindo-se em círculo; concluída a dança, se retiraram sem uma palavra, ou melhor, sem esboçarem qualquer gesto de cortesia. Contudo, “(...) essa desatenção não procedia de nenhuma indiferença ou falta de galanteria da parte dos homens, mas sim do costume forçado que parecia proibir mesmo a mais ligeira intimidade entre os sexos” (p. 153).

Embora permanecendo um longo tempo na Colônia Terreza, Bigg-Wither não chegou a ter certeza sobre a eficácia destas normas, porém, “na falta de um padrão mais alto de educação para as mulheres, acredita que tais normas eram sem dúvida necessárias” (p. 154). Igualmente incerto ficou Avé-Lallemant quanto à existência de laços matrimoniais em alguns ranchos: homens e mulheres, brancos e mestiços se misturavam de forma pouco precisa; as muitas crianças lhe deixaram antever a formação de casais cujas relações não lhe eram claras. Em suma, para ele, “nos confins da civilização não é fácil passar a limpo essas relações (...) e tudo entre eles parecia em condomínio” (p. 245).

Para as populações mais afastadas dos centros urbanos faltava quase tudo, inclusive assistência religiosa. Assim, unir-se sem a bênção de um padre, sem um registro de casamento, não era uma hipótese distante. A paróquia de São José, por exemplo, na metade do século XIX, compreendia toda a parte sudoeste da Província até uma distância de 15 a 20 léguas, o que tornava impossível levar a todos a bênção da igreja e o “aperfeiçoamento moral”. Mesmo que muitos casais buscassem esta bênção, nem sempre era possível retornar com freqüência, sequer por causa de cada filho que lhes nascesse — “talvez voltem depois de anos com três ou quatro filhos de uma vez para batizá-los por atacado”, diz Avé-Lallemant (p. 268), ao cruzar com um cortejo nupcial que saía da igreja.

Contribuindo para agravar este quadro, temos outro comentário de Saint-Hilaire, desta feita sobre as **prostitutas**. Como se não bastasse serem encontradas em todas as vilas, a ponto de alguns donos de tropas acamparem em lugares afastados para seus empregados não deixarem com elas o fruto do seu trabalho, tomavam para si a educação de crianças sem família, levando-as ao vício e à corrupção. Privados de instrução moral e religiosa, segundo sua nota, “(...) os brasileiros de classe inferior (...) raramente são virtuosos” (p. 82).

Negras e prostitutas, filhos bastardos e uniões irregulares, casamentos precoces e filhas trancadas à chave, enfim padrões morais duvidosos ou inexistentes se apresentavam aos viajantes. As atitudes severas se contrapunham poucas virtudes, logo “passar um serão com duas mulheres honestas e amáveis foi para Saint-Hilaire — uma deliciosa novidade” (p. 85), depois de um longo percurso entre Sorocaba e Curitiba.

Isto posto, fica evidente que apesar de a população ser majoritariamente branca, ela ainda se encontrava afastada de um ideal de civilização. Na medida em que os relatos avançam, outras questões são apresentadas como evidências sólidas daquela conclusão, basta prosseguir nos comentários relativos aos cuidados com o corpo: **saúde e alimentação**. Os moradores dos Campos Gerais, favorecidos pelo clima, são apresentados por Saint-Hilaire como sadios e robustos, “(...) geralmente de alta estatura e boa compleição, corados e de cabelos castanhos” (p. 14), havendo um elevado número de pessoas idosas. Contudo, a higiene ficava a desejar — as baratas não eram raras e nunca vira tão grande quantidade de pulgas. As doenças mais comuns eram o defluxo, a asma e as hemorróidas, além das doenças venéreas, tão comuns como no resto do Brasil. Já no litoral este quadro se modifica.

Em Paranaguá, ficou surpreendido “(...) com o aspecto doentio e a cor amarelada da gente do povo e das crianças” (p. 169); os moradores de Guaratuba apresentavam as mesmas características doentias. Localizada numa região insalu-

bre, aquela cidade se apresenta também para Bigg-Wither como uma ameaça à saúde:

Com melhor conhecimento da cidade, eu diria que ela não podia ser muito sadia, cercada de brejos como se acha, e não é só, pois, quando a maré baixa, vêem-se grandes extensões de lama em frente à cidade, expostas a um sol abrasador. (...) Enquanto cada cidadão puder ganhar o seu dinheiro e livrar-se da febre amarela, ele se contentará em persuadir a si mesmo que vive num verdadeiro paraíso de saúde (p. 34).

Apresentando as mesmas características do relevo do Rio de Janeiro, caso chegassem a atingir igual tamanho, concluía, seria um foco de doença semelhante. Há de se acrescentar que os hábitos alimentares do litoral em nada contribuíam para reverter as péssimas condições de saúde. Como se não bastasse a falta de opções alimentares — no geral, reduzidas a peixe seco e farinha de mandioca —, Saint Hilaire registrou o péssimo costume de comer terra, especificamente quando tirada dos ninhos de cupim... Aqueles que tinham esse vício, tinham uma cor amarelada, suas vísceras ficavam obstruídas e acabavam morrendo. Outros preferiam pedaços de louça de barro, principalmente das procedentes da Bahia... Aliás, os cuidados com alimentação não eram comuns na Província.

Mesmo convidados muitas vezes para uma mesa farta, os viajantes não deixaram de registrar outros embaraços. Em primeiro lugar, é curioso observar que numa terra famosa pelos seus rebanhos se consumisse uma manteiga velha e rancosa, vinda da Inglaterra; o queijo fosse da Holanda; a carne e o leite, caros, os ovos, raros. As hortas não eram habituais e, em certos lugares, uma refeição podia ser à base de um único alimento, como o arroz — “(...) sopa de arroz, frango com arroz, carne com arroz, narceja com arroz, pato com arroz, feijão com arroz e arroz puro e simples”, foi o cardápio servido a Bigg-Wither (p. 53) em Curitiba.

Avé-Lallemant constatou que os homens das matas podiam dispor de variados recursos oferecidos pela natureza: na cabana de Francisco Bueno Gomes foi servido de pedaços

assados de porco do mato e carne seca de anta — que “tinha o gosto perfeito de carne defumada hamburguesa” (p. 243) — seguidos de pinhão cozido e bolos de milho. Porém, nem todos pareciam interessados nestes recursos naturais. Bigg-Wither, surpreso com as disponibilidades da caça, viu que os “(. . .) tropeiros e nativos se contentavam com viver comendo a gordurosa mistura de feijão com farinha, passa ano e mais ano”, bem como “com a indiferença com que eles olhavam as pequenas riquezas que nos rodeavam e que ali estavam para todos, sem distinção” (p. 102). Mesmo nas fazendas as refeições pouco variavam: após ser servido de um “caldo”, na casa dos Andrade, viu que o “(. . .) segundo prato consistia em feijão preto, igualmente nadando em um ‘caldo’ gorduroso. Couves cortadas em tiras finas constituíam o terceiro prato, enquanto a farinha passou de mão em mão para cada prato individual, com o fim de absorver o líquido gorduroso, facilitando-nos, assim, levá-lo à boca” (p. 128). Mais lhe pareceu que os homens eram dotados de estômago de avestruz. . .

Portanto, não era de surpreender o aspecto doentio dos habitantes da Província, dados os hábitos alimentares e as condições de higiene. Embora o clima oferecesse condições para o cultivo de hortas ou árvores frutíferas, e a natureza, uma variedade de carnes, poucos estavam atentos a estas possibilidades. As refeições eram, no geral, pobres e destituídas de gosto, como tantas outras coisas observadas na Província. Desatentos ao comer, também o eram ao morar.

Certamente algumas casas e fazendas revelavam o cuidado de seus donos. A Fazenda de Caxambu, por exemplo, foi comparada por Saint-Hilaire a uma propriedade européia:

(. . .) campos cercados por largos fossos, estacas bem feitas, muros bem conservados, caiados e cobertos com telhas: era o prenúncio da fazenda mais agradável e mais bem cuidada que eu iria ver depois da de Ubá (. . .) tinha agora sob os meus olhos uma vivenda encantadora, cuja entrada lembrava a de certas casas de campo dos arredores de Paris (p. 50-51).

A casa do proprietário ficava afastada das demais construções — inclusive da dos escravos —, sendo todas bem

construídas e conservadas, cobertas de telhas e voltadas para um jardim murado. Flores, árvores frutíferas, horta, canais de irrigação, pastos artificiais e estrebarias completavam o cenário. Porém, tal conjunto aparece como uma exceção na região, visto que seus habitantes “são preguiçosos e destituídos de gosto” (p. 54). Face a tamanha raridade, o viajante faz longas observações pois, “(...) neste país tudo que revela cuidado e regularidade deverá ser registrado como coisa maravilhosa” (p. 53).

No geral, as casas das fazendas eram de madeira, com soalho de terra batida e sem janelas, o que não impedia que o sol (e a chuva) entrasse por todas as frestas das paredes e do telhado; os objetos de trabalho ficavam pendurados nessas mesmas paredes. As “salas de visitas” eram mobiliadas com uma mesa e bancos de pau, não havia toalhas nem serviço regular de mesa; pequenas tábua serviam de prato; na falta de talheres, comiam com as mãos. Poucas eram as casas que apresentavam algum conforto e, segundo Saint-Hilaire, era nas guarnições de cama que se encontrava um certo luxo — “(...) os lençóis são de fazenda finíssima e bordados em volta” (p. 16). Nestas residências, o chá podia ser servido com queijo, biscoitos e doces, “(...) em lindas bandejas envernizadas, luxo esse em contraste com a singular penúria da casa” (p. 16).

Avé-Lallémant, saindo das matas e chegando à capital da Província, sentiu-se novamente na civilização. Convidado para um baile, do qual participavam as principais figuras da sociedade local, foi levado ao novo prédio do Liceu:

Diante da casa, grinaldas, guardas e iluminação! Nas bonitas salas do Liceu, vestidos de seda, diamantes, músicas, bastante luz! (...) na verdade quem chega da Serra Geral e só em Curitiba encontra uma cama em ordem — não pode eximir-se a alegre espanto ao ver desfilar ante seus olhos esses “machonim” de grandeza mundana e elegância (p. 274).

No dia seguinte, encontrou a praça da matriz em festa e a igreja tão cheia de gente que se contentou em olhá-la de fora. Porém, estes eram dias especiais: o baile fora em ho-

menagem ao aniversário da Independência; a festa na matriz, em comemoração à padroeira da cidade. Eram, respectivamente, 7 e 8 de setembro e muita gente vinha dos arredores para as festas. Passando os eventos, voltariam aos campos e a cidade retornaria ao seu ritmo normal, vazia como as demais.

Os **núcleos urbanos**, conforme acentuam os viajantes, eram pequenos e com poucos habitantes; no geral, ficavam nos campos, presos às tarefas da lavoura ou pecuária, só voltando nos finais de semana ou por ocasião das festas. Podia ser, ainda, que estivessem escondidos nos matos, fugindo dos arregimentadores de homens para as tropas ou construção de estradas. Ao chegar em Castro, Saint-Hilaire encontrou uma população aflita com a presença de funcionários do Governo na região, encarregados de preencher os claros da milícia local. Os homens buscavam isentar-se do serviço, alegando enfermidade ou pobreza — todos sabiam do estado de miséria em que ficaram as famílias daqueles que foram combater Artigas (há dois anos). Igual pavor causou a notícia da convocação de homens para a construção da estrada de Guarapuava:

Quando se propalou a notícia, todas as famílias ficaram aflitas, tendo a maioria dos habitantes preferido fugir, a embrenhar-se novamente no sertão infestado de índios, a trabalhar quase de graça, longe de suas mulheres e de seus filhos, a ser tratados com excessivo rigor por um chefe habituado à severidade da disciplina militar (p. 72).

Por ocasião de sua viagem (1820), Castro tinha cerca de 5.000 habitantes, sendo 500 escravos. As casas, em número de 100, eram de pau-a-pique e quase sem móveis; distribuídas ao longo de três ruas, apresentavam péssimo estado de conservação. A igreja de Santo Amaro, pequena e despida de ornamentos, estava em igual estado; outras duas foram abandonadas em meio à construção. A população permanente era formada de poucos comerciantes, prostitutas e alguns artífices — principalmente selleiros.

Curitiba, não “(...) menos deserta, durante a semana, que a maioria das cidades do interior do Brasil” (p. 108),

tinham 220 casas, pequenas e cobertas com telhas; em geral de um pavimento e muitas construídas de pedra. Suas ruas eram largas e bem traçadas, algumas calçadas, outras somente defronte às casas. Tinha três igrejas, sendo a de Nossa Senhora da Luz a mais importante — era uma construção simples, em pedra, sem torre nem campanário; seus três altares eram ornados e as paredes, limpas. Havia algumas lojas bem sortidas, porém raras eram as pessoas abastadas. Mesmo estas moravam em casas simples, com paredes caídas e mobiliário mínimo: as salas de visitas constavam também de uma mesa e alguns bancos.

A situação da cidade parece não se modificar muito com sua elevação à categoria de capital provincial. Quando visitada por Avé-Lallemant, tinha uns 5.000 habitantes e apresentava algumas construções novas como o Palácio do Governo, um “simples rés-do-chão”. Porém, pouco impressiona o visitante — “(...) nela nada se encontra de grande ou de grandioso” (p. 273). Bigg-Wither, por sua vez, também não ficou impressionado ao vê-la; pelo contrário, lembrou-se de um acampamento militar:

Quase que se podia classificá-la de aglomerado de tendas e cabanas, formando o campo de um exército na expectativa de receber ordens de partir para outra localidade. O costume, quase universal, de pintar as casas de branco fortalece esta semelhança (p. 51).

Torna-se desnecessário dizer que as cidades do litoral — Antonina e Paranaguá — não inspiraram melhores comentários aos viajantes. Paranaguá, antiga sede de Comarca, contrariando a tradição de cidades e vilas brasileiras, não tinha uma praça pública. As ruas, conforme descrição de Saint-Hilaire, corriam paralelas ao rio, sendo cortadas por outras menores. Mesmo sem calçamento, não eram enlameadas pois o terreno era arenoso. As casas e edifícios públicos eram de pedra e apresentavam-se em bom estado.

Antonina, outra pequena cidade desenvolvida ao longo de uma rua principal, — por ocasião da viagem de Bigg-Wither — tinha talvez 1.200 habitantes. A igreja era o prédio principal, porém formada de quatro paredes e um telhado;

parecia que nenhum outro elemento integrava sua arquitetura. As casas eram construídas com pedras trazidas como lastro de navios, cobertas de argamassa e cal; as janelas não tinham vidro.

Resta ainda a descrição do engenheiro inglês sobre Ponta Grossa, surpreso ao encontrá-la num lugar tão afastado. Vindo do litoral, não consegue entender de imediato as razões de sua localização — “(...) parecera-nos tão curioso e incongruente quanto o aparecimento de uma aldeia florescente no meio das planícies áridas do deserto do Saara” (p. 87). De resto, as anotações se repetem: a habitual praça central, com uma igreja caiada numa de suas extremidades; casas térreas; ruas sem calçamento. Tinha, na época, 4.000 habitantes.

Somadas estas anotações, vemos que também nas formas de morar a sociedade paranaense encontrava-se muito distante dos padrões europeus, ou seja, do modelo de civilização. O que era chamado de cidade, como Antonina, mais parecia uma aldeia para os viajantes. Os sinais de transformação, como a “dupla natureza” de Curitiba, não eram suficientes para modificar suas avaliações: distantes no tempo, as descrições reproduzem as mesmas impressões sobre os hábitos alimentares e os padrões de moradia e urbanização. Passado mais de meio século entre a primeira e a última viagem consideradas, muito pouco havia se modificado na Província. O mesmo é válido na questão das técnicas.

A “queimada” se mantém como a forma utilizada pelos homens dos Campos Gerais para limpar as pastagens, de modo a possibilitar o nascimento de capim novo para os rebanhos. Técnica herdada dos indígenas, as “queimadas” foram observadas tanto por Saint-Hilaire como por Bigg-Wither. Realizadas geralmente no mês de agosto, a cada dois ou três anos, chegaram a surpreender esse inglês pela sua extensão: vendo-as à distância, produziam tons avermelhados em todo o horizonte e impregnavam o ar com seu cheiro e cinzas.

Os rebanhos eram criados à solta, alimentando-se deste capim novo e do sal derramado no solo próximo de algum

ribeiro. Este, aliás, era um dos poucos cuidados dos criadores, realizado a cada dois ou três meses; a domesticidade dos animais, segundo Saint-Hilaire, devia ser atribuída a este hábito. Também eram retirados os vermes dos bezerros, numa operação difícil, pois as vacas pariam em lugares afastados e ocultos. Pela extensão das fazendas, ficava difícil localizá-los e, feito isto, eram levados com as mães para um determinado lugar — só aí se aproveitava para tirar o leite. Na realidade, nascia uma grande quantidade de novilhos, porém muitos eram vitimados por doenças ou devoradas pelos animais ferozes.

A castração dos touros era feita com toque de selvageria — inclusive com fortes pauladas nos escrotos do animal preso. Nesta ocasião, os vizinhos se reuniam para ajudar o criador, levando os filhos e as mulheres; tal reunião poderia ser motivo para uma festa, no entanto, como diz Saint-Hilaire, “(...) aqui, todo prazer se limitava a verem castrar os touros” (p. 39).

A reprodução do gado e cavalos igualmente revela o desconhecimento (ou descaso) das técnicas de aprimoramento das raças. Ela é feita, conforme Bigg-Wither, “em promiscuidade na fazenda”, e os proprietários:

Não cuidam de melhorar a raça de nenhum, pela seleção prudente dos machos e das éguas. Jamais sangue novo é introduzido na tropa ou rebanho, sendo a degeneração por conseguinte certa e efetiva, especialmente nos cavalos, porque as tropas destes são geralmente pequenas e, assim, mais sujeitas a sofrerem os efeitos da constante inter-reprodução (p. 127-8).

Nos ervais, também as técnicas são bastante rudimentares. A produção da erva-mate é descrita por Avé-Lallemand como muito simples: colhidas as folhas, são colocadas junto ao fogo para secarem e piladas em cestas de bambu. Levadas a um moinho, são trituradas até produzirem um pó muito fino. Bigg-Wither teve oportunidade de visitar, em Palmeira, um engenho movido a força d’água — energia desconhecida na vizinha Ponta Grossa.

Este engenho particular tinha dois pilões de madeira, que funcionavam de maneira habitual, por meio de dentes ou pernas, em espiral, ao redor da circunferência de um cilindro giratório. A força motriz — acrescenta — era produzida pela água de um pequeno reservatório, proveniente de um riacho, cuja água caía sobre uma estreitíssima roda hidráulica de dezesseis pés de diâmetro e apenas seis polegadas de largura. (p. 322).

Mesmo sendo um aparelho deficiente, era capaz de produzir mais de duas toneladas de mate/dia e lucros de cem por cento.

Referindo-se, ainda, às lavouras, os viajantes não observaram nenhum avanço técnico sensível: a lavoura comercial não era praticada, e a de subsistência estava limitada à produção de feijão preto, milho e arroz. Pelo que foram informados, as melhores terras eram as das matas que, além de estarem mais afastadas dos centros de comercialização, exigiam um grande esforço para limpá-las. As campinas eram tidas como boas somente para pastagem, dado que os agricultores limitavam-se às culturas referidas. Contudo, visitando a propriedade de Mr. Edenborovan — um inglês estabelecido nas proximidades de Ponta Grossa —, Bigg-Wither foi informado das possibilidades de introdução do trigo, centeio, aveia e cevada. Visitando a propriedade de seu compatriota, viu a primeira tentativa de cultivo da campina:

Uma área de cerca de dois acres em frente da casa, cercada por um fosso, ostentava vegetação verde e brilhante em refrescante contraste com o castanho sem vida do prado circunvizinho. Era uma plantação de centeio ainda nova e o terreno em que estava feita fora preparado e arado à moda inglesa (p. 91).

A partir desta nota, temos dois pontos a considerar: a existência de um fosso e a utilização do arado. O primeiro é uma decorrência das “queimadas” que tornavam inadmissível o uso de cercas de madeira. Não estando cercadas, as terras não tinham valor para fins agrícolas; cercá-las, com o fosso, poderia significar um investimento maior que o feito na compra das terras...

O segundo ponto considerado, a utilização do arado, tinha também suas implicações. Tornar arável uma terra de campina não era tarefa fácil: cada moita de capim, com profundas raízes, precisava ser arrancada à mão. Não fora, pois, fora de propósito a surpresa de Avé-Lallemant, ao encontrar dois bois encangados, atrelados a um arado e guiados por um homem segundo as regras da arte: “(. . .) era a primeira vez, em minha vida americana de muitos anos, que via um arado trabalhando (. . .)” (p. 260).

Combinados todos estes elementos — inexistência de lavoura comercial, custos elevados das instalações, impropriedades do solo — com a natureza “pródiga” e a “indolência” dos homens, não é de se esperar o desenvolvimento das técnicas. Limitados à cultura de subsistência, ao extrativismo do mate e à pecuária extensiva, tornava-se desnecessário investir na introdução de novas culturas, na modernização dos engenhos ou no aprimoramento das raças. Parece aos viajantes que os homens da província optaram por recolher o pinhão ao invés de cultivar o trigo . . .

Antes de concluir este “percurso” pelo Paraná do século XIX, cabe indagar sobre as relações que os homens mantinham entre si. Diante de sua cuia, acentua Avé-Lallemant, cada homem construía seu próprio mundo político, no qual o sistema de compadrio aparece como o traço mais marcante. A fidelidade devida a um compadre parece mais forte que a dedicada aos partidos políticos. Arrogantes e apaixonados, flutuam entre os partidos e envolvem-se em sangrentos conflitos; embrutecidos pela vida que levavam, “(. . .) os habitantes dos campos do Paraná combatem às vezes com mais êxito os animais selvagens do que as suas próprias paixões” (p. 284). Nas eleições para o Senado e para a Câmara dos Deputados, anteriores à chegada de Avé-Lallemant, por exemplo, ocorreram dez assassinatos.

Igualmente tensas eram as relações entre os fazendeiros e caboclos, sendo estes submetidos a uma espécie de “escravidão branca”. Ao investigar os motivos que levavam os homens a se negarem a trabalhar junto à expedição inglesa, mesmo sendo bem remunerados, Bigg-Wither descobriu que

os fazendeiros da região haviam espalhado boatos sobre a ameaça de doenças e índios a que se submetiam aqueles que aceitavam o trabalho. Buscando as razões da atitude dos fazendeiros, descobriu que na verdade eles temiam os resultados deste contato: com o salário recebido, os caboclos poderiam se libertar da “escravidão branca”. Como estavam freqüentemente numa situação de penúria, os caboclos viam-se obrigados a fazer empréstimos com eles, em troca de trabalho temporário. Após um certo tempo, o devedor era dispensado, voltando para sua terra e aguardando uma nova solicitação; ao voltar, era informado que os juros corridos nesse intervalo o haviam deixado com o mesmo débito anterior. Como sua lavoura era de subsistência, não dispunha de dinheiro para saldar toda sua dívida; como não dispunha de animais de transporte para levar seu possível “excedente” ao mercado, era obrigado a vendê-lo ao fazendeiro mais próximo por um preço que esse determinava; como os juros corriam entre um período e outro de trabalho na fazenda do seu credor, sua dívida nunca era amortizada.

Chegando ao Vale da Ribeira, por ocasião do término da colheita, Bigg-Wither presenciou o “puxirão”, uma espécie de festa — com muita cachaça — da qual as mulheres não participavam. Mais do que uma reunião festiva, esta era uma oportunidade anual de encontro do fazendeiro com todos seus caboclos; nesta ocasião,

Contas são ajustadas, débitos pagos ou transferidos para o semestre seguinte. Ou então novos débitos são contraídos por algum caboclo tonto que está se entregando ao cativeiro, e o dia termina finalmente com o contentamento de todos (p. 343).

Certamente o contentamento maior será do fazendeiro, pois numa ocasião única tem a possibilidade de manter e ampliar seus devedores e assegurar, consequentemente, uma farra mão-de-obra a baixo custo. Considerando-se as características da economia regional e os limites de importação de escravos, há de se avaliar a importância de tais acordos para os fazendeiros, ainda que reduzindo os caboclos à condição de “escravos brancos”.

“Fandango”, “passeio” e “puxirão”, três situações distintas de encontro dos homens da sociedade paranaense do século XIX, seja para dançar, visitar ou negociar; três situações que evidenciam certos costumes de uma sociedade distante da civilização. Rapazes e moças eram mantidos à distância, a hospitalidade podia ser acompanhada por um inconveniente silêncio, as mulheres ficavam excluídas de determinadas relações comerciais. Isto, contudo, não significa que a vida destes homens fosse inteiramente destituída de sensibilidade e de gosto: a música e a dança faziam parte de suas existências e, em algumas festas, trechos de poesia eram recitados e farsas, representadas — para surpresa de Saint-Hilaire — “(. . .) apesar de a sociedade ser composta de operários e lavradores” (p. 82).

No geral, a vida da Província evidencia uma série de limitações, contudo não é em torno destas limitações que o discurso dos viajantes se estrutura. Portadores da autoridade da distância, realizam mais do que um inventário das condições locais de existência; combinadas, suas falas apontam para as possibilidades futuras das terras meridionais.

4 CONCLUSÕES

Até agora foi a natureza que tudo criou e preparou; a realização pelo trabalho e arte fica para as gerações vindouras.

R. Avé-Lallemand

Os relatos de Saint-Hilaire, Avé-Lallemand e Bigg-Wither, como vimos, se constituem num detalhado inventário do cotidiano paranaense do século XIX: técnicas, habitat, alimentação, doenças, sexualidade, entre outras, são questões privilegiadas em suas anotações. Embora diferenciados geográfica e cronologicamente, eles se aproximam em diversos pontos, seja na postura do emissor, seja no caráter político de seus discursos.

Enquanto emissores, os viajantes buscam uma atitude de distanciamento das coisas que os cercam, de modo a elaborar um discurso isento de paixões. Eles buscam partir de

um “olhar” neutro para construir um texto informativo, capaz de instruir seus leitores com dados precisos. Contudo, eles são homens de seu tempo, procedentes de um mundo industrializado, urbanizado, pensado a partir de uma nova moral do trabalho e, indubitavelmente, estes elementos se constituem em marcos de avaliação, em lentes do “olhar”. Eles não se pretendem brasileiros, pois não o são; nem europeus, já que estão a serviço de uma causa maior, a Ciência. É como cientistas que se colocam frente a um mundo a descobrir. Assim, Avé-Lallemant diz que seus comentários não são os de um hóspede gentilmente recebido, sim de um viajante imparcial: ele está além das agradáveis sensações causadas pela hospitalidade. Bigg-Wither, mesmo sendo inglês, não omite que seus conterrâneos são tidos por beberões, nem que o mau temperamento de muitos contribuiu para o fracasso da Colônia de Assungüi.

Por outro lado, não deixaram de se anunciar como mensageiros de um mundo melhor, nem de propor determinadas saídas para o desenvolvimento da Província, numa atitude muitas vezes preconceituosa. A chegada de Bigg-Wither em Antonina nos parece um exemplo claro da forma como pretendia se apresentar: sendo noite, a expedição estourou diversas caixas de fogos de artifício enquanto o navio atraçava no cais, para anunciar a chegada da expedição — “Assim, mais uma vez, triunfalmente, desembarcamos nas costas do Brasil” (p. 35) ... Saint-Hilaire, ao ser informado da superioridade dos índios coroados e ver os Campos Gerais despovoados, propôs como saída o casamento entre eles e os colonos pobres; estes, afinal, “(...) não poderão envergonhar-se do sangue indígena, uma vez que há longos anos ele corre em suas veias” (p. 61). Ainda, sua proposta envolvia tão somente índios de inteligência superior e brancos pobres...

Aos exemplos acima podem ser somados outros — inclusive alguns já referidos neste texto — que evidenciam igual postura dos emissores. O que se lhes apresentava, era, até então, obra da natureza: a combinação de clima, relevo, vegetação criava um ambiente natural quase perfeito e muito

parecido com o europeu. Mesmo que a terra fosse boa, suas possibilidades se colocavam no futuro: havia uma agricultura por acontecer e, principalmente, um trabalhador por chegar.

Chegamos aqui ao segundo e talvez mais importante ponto de aproximação do discurso dos viajantes — seu caráter político. Inclusive a distância cronológica deles contribui para este entendimento, pois correspondem a momentos distintos do processo de ocupação de terras da Província. Saint-Hilaire, em 1820, aponta tão somente possibilidades futuras: “Dentre as regiões do império até então por mim percorridas, não existe outra em que se poderia estabelecer com melhor resultado uma colônia de agricultores europeus” (p. 31). Encontrariam um clima temperado, ar puro e árvores frutíferas; poderiam criar gado, com o esterco fertilizariam a terra e com o leite fariam queijo e manteiga. Em troca, povoariam uma terra ameaçada por índios e ensinariam modernas técnicas de agricultura aos moradores da região. Em suma,

Felizes em sua nova pátria, cujo aspecto em certas paragens lhes evocaria os lugares em que nasceram, eles descreveriam o Brasil aos seus compatriotas com mais belas cores e esta parte do Império adquiriria uma população ativa e vigorosa (p. 33).

Passadas três décadas, Avé-Lallemant teve oportunidade de presenciar os primeiros resultados da imigração européia e, em particular, alemã. Segundo ele, o trabalho destes colonos vinha despertando muita atenção e, agora, “todos os filhos bem intencionados da nova província desejam ardenteamente que eles venham para cá!” (p. 277). Parece que o discurso de Saint-Hilaire ganhara novos adeptos e um novo tempo estava sendo preparado. Os primeiros colonos alemães estabelecidos nas proximidades de Curitiba estavam cultivando a terra, abastecendo-a satisfatoriamente. Outros, com menos recursos, fixavam-se temporariamente na capital como jornaleiros; juntando suas economias, adquiriam terras para iniciarem suas lavouras.

Laboriosos, os colonos não se deixavam abater pelas dificuldades iniciais, contudo seu sucesso dependia das condições oferecidas pelas autoridades. O próprio Presidente da Província parecia empenhado em dar condições aos imigrantes — Avé-Lallemant soube do início dos trabalhos de medição das terras do Assungüi.

Seguindo o discurso de Saint-Hilaire e as iniciativas descritas por Avé-Lallemant, chegamos aos resultados maiores verificados por Bigg-Wither, onde tudo parece se materializar numa idéia: “(...) se você enxergar um homem trabalhando com uma pá ou picareta (...) pode dirigir-se a ele em alemão” (p. 55). Todas as transformações, todos os “sinais inequívocos de processo” estão ligados aos imigrantes. Os novos hotéis, a importação de reprodutores, a introdução de diversas culturas, os serviços de transporte, a multiplicação das lojas, enfim, tudo aquilo que representa um esforço sistemático está ligado ao trabalhador europeu. Parece, pois, confirmada a conclusão de Avé-Lallemant: o que viu, fora da natureza. Bigg-Wither já encontrou a realização pelo trabalho e arte das gerações seguintes, qual seja, dos imigrantes.

Tomando-se, portanto, o discurso dos viajantes temos um duplo percurso, no qual se coloca a “dupla natureza” da Província e dos homens: de um lado, natureza e o barbarismo, de outro, o trabalho e a civilização. Seus inventários partem da natureza dos homens às possibilidades de inserção de um novo homem na natureza.

Percorrendo “colônias perdidas”, Auguste de Saint-Hilaire, Robert Avé-Lallemant e Thomas Bigg-Wither apontam “mundos a descobrir”. Seus discursos, acima de qualquer coisa, se dirigem ao imigrante — nele parece se materializar a utopia da civilização, do progresso e do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*; 1858. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980. 356 p.
- 2 BENJAMIN, W. O narrador. In: OS PENSADORES. São Paulo, Abril Cultural, 1983. p.57-75.

- 3 BIGG-WITHER, Thomas P. **Novo caminho no Brasil Meridional;** a Província do Paraná: três anos em suas florestas e campos, 1872/1875. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1974. 418 p.
- 4 DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**, 1850. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980. 299 p.
- 5 DUBY, George et alii. **História e nova história.** Lisboa, Teorema, 1986. 96 p.
- 6 LE GOFF, Jacques. O historiador e o homem do quotidiano. In: _____. **O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval.** Lisboa, Ed. 70, 1985. p. 185-99.
- 7 PARANÁ: cultura e ideologia. Porto Alegre, Mercado Aberto. No prelo.
- 8 SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Comarca de Curitiba**, 1820. São Paulo, Nacional, 1964. 189 p.

VIGILANCIA E PUNIÇÃO: O ESPAÇO DA CRIMINALIDADE NA CONSTITUIÇÃO DO TRABALHADOR URBANO CURITIBA 1890-1920 *

MARIA IGNÉS MANCINI DE BONI

Professor Adjunto do Departamento de História da
Universidade Federal do Paraná.

RESUMO

A questão da vigilância passa pela redefinição da ordem social, o que implica em reformas de leis penais, em uma concepção abrangente de crime, em investidas contra manifestações da cultura popular e principalmente na formação de um corpo de polícia científicamente criado, encarregado de controlar os comportamentos inadequados à idéia de civilização.

Curitiba, no final do século XIX e início do século XX, insere-se nesta conjuntura de redefinição liberal da ordem pública, donde emerge um novo paradigma de subordinação e disciplina social.

Este texto aborda a constituição do trabalhador urbano em Curitiba, através da disciplinarização que foi exercida tanto através das prisões correcionais e cruzadas moralizadoras como nos ambientes de seqüestro e confinamento através da vigilância, do controle do tempo e da educação para o trabalho.

INTRODUÇÃO

Reportando-nos a estudos sobre classes perigosas, sobre disciplina e sobre policiamento das cidades no século XIX, constatamos que uma série de mudanças ocorreram nas sociedades que se industrializavam, visando estabelecer uma nova definição de ordem social.

Sob o prisma de redefinição de ordem social, entende-se as reformas de leis penais, o nascimento da prisão com pro-

* Este texto resume colocações desenvolvidas na Parte II “A Vigilância em cena” do trabalho **O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba 1890-1920**. Curitiba, 1985. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.

vas, uma concepção abrangente de crime, as investidas contra as manifestações da cultura popular e, principalmente, a implantação da Polícia sob a forma de um aparelho de Estado.

Crime e questão criminal passam a figurar no centro das preocupações das classes dirigentes, bem como passam a ser tema de abundante literatura e de pesquisas de caráter social.

A redefinição de elementos constituintes de ordem social leva em conta, principalmente, fatores determinantes de uma ordem urbana, pequenos crimes, divertimentos populares, brigas e desordens urbanas, como também comportamentos antes tolerados e tidos como suportáveis, serão tolhidos, vigiados e controlados, por nocivos ou ameaçadores de “colapso social iminente”.

No olhar que procurará circunscrever e classificar as “ameaças sociais” refletir-se-á em primeiro plano a classe pobre, cujos componentes serão cada vez mais vistos como rebeldes e selvagens, potencialmente perigosos, prontos a qualquer momento a fazer explodir sua violência e abalar as estruturas da sociedade. Refletir-se-á, também, e individualmente, uma figura que se denominará “delinquente”, não propriamente pelo que fez, mas pelo que é e poderá fazer.

No Brasil, o projeto político da classe dominante — com base na ideologia liberal — vê na manutenção da paz e preservação da ordem elementos indispensáveis para se atingir o objetivo último do Progresso, e legítima a existência de um órgão supervisionador encarregado de controlar os comportamentos inadequados à idéia da Civilização.

Curitiba, no final do século XIX e início do século XX, insere-se nesta conjuntura de redefinição liberal da ordem pública, donde emerge um novo paradigma de subordinação e disciplina social.

Embora o Paraná não se caracterize por uma economia de base escravista, não se pode dizer que não tenha tido uma sociedade escravocrata, e a emergência do trabalho livre, representado pelo grande afluxo de imigrantes, trouxe con-sigo, não apenas uma redefinição do conceito de ordem, mas

principalmente um conceito reelaborado e redefinido de crime:

A falsa mendicidade, a embriaguez habitual, o meretrício escandaloso, a vadiagem, os levantes freqüentes dos agitadores perigosos, a infância desprotegida e abandonada, a progressão do jogo, as sociedades operárias, perturbadas muitas vezes pelos indivíduos imbuídos das leituras de doutrinas subversivas, as várias modalidades de ataques ao direito de propriedade, as casas de tolerância, a censura às representações teatrais, a repressão do lenocínio e tantos outros, são os problemas fundamentais que o policial tem de encarar de frente, para impedir que a sociedade honesta seja esmagada e vencida pelo vício¹.

Crime deixa de ser a “violação imputável e culposa da lei”, se confunde com contravenção e principalmente com “comportamentos” que alterem a ordem social.

A manutenção da “ordem pública” informa a prática da classe dominante, como meio de atingir o objetivo mais amplo, qual seja, o “progresso” da região.

Assim, os Relatórios de Chefes de Polícia — fonte principal deste estudo — trazem invariavelmente, ao prestar contas de sua atuação, informações a respeito da “manutenção da ordem”, insuficiência do sistema policial e judiciário; estatísticas policiais e formas de racionalizar e aperfeiçoar a polícia, que procuram “prevenir” e não apenas “reprimir” o crime.

1. “A BOA POLÍTICA”

1.1. O Aparelho e o aparelhamento policial

Partindo da idéia de que “a polícia é para a sociedade o que a ordem é para a família”... e de que “o policiamento é excelente meio prophilático contra a relinquiência”, os Relatórios policiais apresentam enunciados a respeito da organização policial e do papel da polícia como mantenedora da ordem.

A falta de pessoal e a necessidade de reformas na organização policial e nas leis permeiam grande número de Rela-

¹ Relatório do Delegado de Polícia Antenor Coelho, ao Chefe de Polícia do Estado do Paraná, 1920. p. 21-22.

tórios. Busca-se a racionalidade e a eficiência como “elemento de ordem e garantias para a sociedade”².

Comparando o contingente policial da cidade com o de outras, o Chefe de Polícia Manoel B. V. Cavalcanti conclui que, com uma guarda composta de 92 homens, dos quais nem todos cumprem trabalho de policiamento, Curitiba tem uma guarda para 2.083 habitantes, sendo que Londres possui um guarda para cada 333 habitantes, Nova York, um para cada 489 habitantes, e Paris, um para cada 332 habitantes, e proclama a reforma do Aparelho Policial pois “passou a época em que fazer polícia era simplesmente efectuar prisões”³.

A par da necessidade de pessoal, a de reformas do aparelho policial será constantemente referenciada em busca da almejada presteza e eficiência. Nelas incluem-se a organização policial do Estado, a reformulação de Leis, as prisões, a criação de um corpo de agentes, a instituição da polícia de carreira.

No quadro de “reformas”, que poderíamos chamar de “modernização da polícia”, inclui-se também o cuidado com a identificação dos criminosos através do uso de métodos aperfeiçoados, como os Gabinetes de Identificação e Estatística, de Medicina Legal, Laboratórios de Análises e Necrotério, tornando “científica” a atividade policial.

A preocupação em modernizar e racionalizar a atuação policial — preocupação que não atingia apenas o Estado do Paraná — leva os diversos Estados a se reunirem no Primeiro Congresso Policial Brasileiro, em abril de 1912, na cidade de São Paulo.

As propostas apresentadas pelos delegados do Paraná deixam evidentes os objetivos que norteavam a prática policial do Estado: ter um aparelho administrativo composto por um conjunto de regras racionais e postas em funcionamento por indivíduos qualificados, e a especialização do trabalho policial como decorrência do “progresso” das diversas atividades humanas, e inclusive das formas de se

2 Relatório do Chefe de Polícia, 1896, p. 14.

3 Relatório do Chefe de Polícia, 1912, p. 12.

perpetuar os crimes. Por conseguinte, as modificações, a serem inscritas na prática policial, deveriam ser premidas pelas próprias circunstâncias do momento, para que se adequassem às necessidades de seu tempo.

Essa adequação às necessidades de seu tempo leva os participantes do “Convênio Policial” a se comprometerem a:

Permutar, directamente entre os respectivos serviços de identificação, (...) os antecedentes dos indivíduos considerados perigosos à sociedade, e informações sobre as pessoas honestas que as solicitarem espontaneamente para prova de identidade ou de bons antecedentes⁴.

Zelosos de seu “direito de punir”⁵, em defesa da sociedade, os convencionais se encarregam de definir quais indivíduos eram considerados “perigosos”:

a — os deportados e expulsos do território nacional e os que exercerem o lenocínio e o abigeato;

b — os envolvidos em delitos graves contra a pessoa ou contra a propriedade;

c — os envolvidos em delitos de falsificação de moeda nacional ou estrangeira, títulos ou valores de fé pública, fórmulas fiscaes ou postaes de qualquer natureza e de qualquer paíz;

d — os incitadores de greves, motins, etc., quer pela imprensa, quer em reuniões públicas, de sociedade ou mesmo particulares, ou meetings com o fim de subverter a ordem social e perturbar o trabalho livre. (grifo meu)

§ único — Fica excluído de permuta tudo quanto se referir ao passado político dos indivíduos considerados perigosos⁶.

Assim, como salvaguarda da ordem preconizada pelo Estado Liberal, as autoridades policiais assumem a idéia

⁴ Relatório do Dr. Mário de Castro Nascimento sobre o 1.º Convênio Policial Brasileiro, 1912. p. 17.

⁵ Cf. Memória apresentada pelo representante do Paraná no I Congresso Policial Brasileiro, Dr. Mário de Castro Nascimento, 1912. p. 25.

Nenhum interesse é mais considerável para a sociedade do que prevenir e reprimir os delitos, pois dahi decorrem (...) asseguranças de vida e de propriedade. É justamente a polícia a guarda avançada destas garantias, considerada no seu duplo aspecto administrativo ou preventivo e judiciário (...) Incontestavelmente a polícia tem relações muito íntimas com o direito de punir (...) (grifo meu)

⁶ Relatório do Dr. Mário de Castro Nascimento sobre o 1.º Convênio Policial Brasileiro, 1912. p. 18.

de que a elas cabia a prática administrativa que incorporava o controle e a direção da vida social.

Para melhor exercerem tal controle, necessitavam diferenciar o homem honesto, trabalhador, do marginal, vagabundo, subversivo, como também estabelecer o grau de temibilidade dos indiciados em processos.

Objetivando racionalizar a diferenciação, os convencionais determinam a “identificação” de todas as pessoas detidas, independentemente de idade, sexo ou condição social, sem exceção de crimes, contravenções e motivos, como também determinam que “identificariam” as pessoas que necessitassem provar seus bons antecedentes. Incluem-se aí, desde logo, os trabalhadores dos transportes coletivos. No caso de Curitiba, estes tiveram interesse em obter o “registro” como forma de legitimar sua condição de trabalhador⁷.

No entender dos convencionais, “identificar-se” como trabalhador era obter cidadania, sendo que o passado político não tornava o indivíduo necessariamente perigoso, donde sua exclusão de permuta. Isto, no entanto, não significava que se pudesse anular registro ou queixa. Neste ponto, o enunciado do art. 10º da Convenção é meridiano:

Todavia os gabinetes jamais cancelarão qualquer nota, registro ou assento a respeito dos indivíduos identificados, por qualquer motivo que seja, mesmo visivelmente, pois a identificação não constitue pena ou vexame, mas é apenas um instituto de segura informação pessoal, indispensável nas administrações policiais, em garantia da própria segurança individual⁸.

Assim, as pessoas não teriam o que temer, pois para os honestos era garantia de segurança individual, e para os acusados de algum delito, se absolvidos, garantia do silêncio sobre o fato delituoso. E como se tratava de um Convênio “puramente administrativa”, haveria absoluta reserva sobre os antecedentes permutados, restritos exclusivamente para uso de fins policiais e judiciaários.

⁷ Cf. informações de RIBEIRO, L.C. *Memória, resistência e trabalho em Curitiba*. São Paulo, 1985. Dissertação, Mestrado, Universidade de São Paulo.

⁸ Relatório do Dr. Mário de Castro Nascimento, sobre o 1º Convênio Policial Brasileiro, 1912. p. 19.

Como medida de exemplo (para a população), as polícias signatárias procederiam à identificação de todos os seus funcionários, ou autoridades civis e militares. Tornou-se obrigatório o atestado de “bons antecedentes” aos candidatos às Forças Armadas. Como o objetivo era garantir a segurança dos cidadãos, esse procedimento foi se estendendo progressivamente a toda a população.

As diversas propostas aprovadas pelo 1.º Convênio Policial Brasileiro encontraram, na Polícia paranaense, a entidade pronta a pô-las em prática, ou melhorar as que já ensaiava praticar.

Assim é que, ainda em 1912, o Relatório do Chefe de Polícia informa sobre a adoção de “métodos modernos” já há algum tempo, pelos Gabinetes Médico Legal e de Estatística, e propõe que a medida de identificação se estendesse a todo funcionalismo no Município, como também aos “homens de trabalho” como cocheiros, carreteiros, mensageiros, etc., argumentando que **“a Polícia, para bem desempenhar sua missão, necessita conhecer todas as pessoas boas ou más que constituem meio em que há de executar sua ação, observando-as, impedir seus attentados ou erros”**⁹.

1.2. Punir de forma civilizada

Vigiar e reprimir o crime era importante para a segurança e a ordem da população. Importante, também, era punir os criminosos e, quando isso ocorria, necessário se fazia recuperar o delinquente para que se tornasse útil à sociedade, de cujo convívio fora privado por ter infringido as normas legais.

Sob esse prisma, ou seja, a pena como privação da liberdade mas também reeducação do criminoso, alinha-se o discurso das autoridades policiais com referência às “prisões públicas” e instituição do “regimen penitenciário”.

Sendo a prisão a “**pena das sociedades civilizadas**”¹⁰, o projeto de civilização da nossa sociedade deveria levar em

⁹ Cf. citação Relatório do Chefe de Polícia, 1912, p. 14.

¹⁰ Cf. citação de FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1977, p. 207.

conta a qualidade dos instrumentos de aplicação dessa pena. Tal preocupação fica bem refletida nas queixas formuladas pelas autoridades policiais quanto ao estado das prisões e à necessidade da existência de estabelecimentos nos quais se pudesse aplicar pelo menos o instituído pelo Código Penal. Este estabelecia o sistema penal de diferenciação de pena que, no caso paranaense, por inexistência de condições, era convertida em prisão simples com aumento de tempo de prisão em um sexto, cumprindo na cadeia da Capital.

As principais queixas concentravam-se na falta de segurança das “cadeias”, na inadequabilidade do espaço, localizados que estavam em prédios impróprios, que colocavam em convívio diário em “cellulas apertadas” simples presos correcionais, com criminosos de várias naturezas, menores, em ambiente de “perversão moral”, e “promiscuidade”, “sem ar”, “sem luz”, sem as mínimas condições de higiene¹¹.

A pena cumprida em tal condição circunscrevia-se à “simples reclusão” e, ao invés de “corrigir” e “emendar” o criminoso, “desenvolve-lhe e aguça-lhe os maus instintos”.

“Corrigir” e “emendar”, na visão desses homens, passava pela dedicação ao “trabalho” que “aparenta a disciplina e por outro lado moraliza e educa o caráter do homem”. Mas as condições das “cadeias públicas” inviabilizava o fim mais importante da pena, “a correção moral do indivíduo, sua regeneração social”.

Urgia assim a construção de uma Penitenciária, ou a adaptação de um prédio, onde os criminosos pudessem cumprir a pena de acordo com o instituído pelo Código Penal, ou seja, “prisão com trabalho”, e assim desenvolver à sociedade indivíduos “corrigidos”.

Sensibilizado pelas justificativas do regime penitenciário onde, ao lado da “humanização”, se pregava a necessidade de coibir a ociosidade e fazer o detento se “afeiçoar ao trabalho”, alegando-se que não haveria “regeneração possível sem um regime bem aplicado de trabalho”¹², feitas pelas autoridades policiais e pela imprensa, o governo do Estado

11 Expressão entre aspas, cf. Relatórios, 1895, 1896, 1900, 1904, 1906, 1907, 1908.

12 Diário da Tarde, Curitiba, 24 set. 1908.

adquire o prédio do Asylo de Alienados e passa a adaptá-lo à instalação da Penitenciária.

Estamos pois diante de homens que, como autoridades policiais ou judiciárias, estão perfeitamente atualizados com os “modelos” da penalologia moderna, principalmente com o acesso à humanização da pena, representada pela prisão, “detenção legal encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação da liberdade permite fazer funcionar no sistema legal” ou seja, “a privação da liberdade e a transformação técnica dos indivíduos”¹³.

Numa sociedade que prega a “liberdade” como supremo direito de todos os cidadãos, a pena assume a característica de privação da liberdade, ou seja, afastamento da sociedade, do indivíduo que se desviou das normas de comportamento previstas e legais.

O grau de reparação que a sociedade merece pela ofensa recebida na perpetração de crimes, estatui a duração da privação da liberdade do indivíduo infrator. Maior ou menor duração da pena, no entanto, não devolve à sociedade indivíduos “recuperados” em sua cidadania, aptos a lhe serem úteis. E, nessa sociedade, cidadão é o indivíduo útil pelo trabalho.

Portanto, assim como a prisão se torna “dona” da liberdade e do tempo do indivíduo, cabe-lhe a tarefa de, através da disciplina, realizar a educação para o trabalho.

O trabalho penal deve ser concebido como sendo por si mesmo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade. A prisão não é uma oficina; ela é, ela tem que ser em si mesma uma máquina de que os detentos-operários são ao mesmo tempo as engrenagens e os produtos; ela os ocupa...¹⁴.

A penitenciária de Curitiba foi finalmente instalada em 1909, no bairro do Ahú, subúrbio da Capital, com diversas oficinas de trabalho — marcenaria, sapataria, alfaiataria e,

13 FOUCAULT, p. 207.

14 FOUCAULT, 216.

principalmente, tipografia —, saudada por autoridades e imprensa como “atestado vivo de progresso do Paraná”¹⁵.

O modelo de Auburn, que prescrevia cela individual durante a noite, trabalho e refeições em comum, mas em silêncio absoluto, podendo os detentos se comunicarem apenas com os guardas, foi adotado. Segundo seus defensores, esse regime, composto de regras bem determinadas, deveria re-qualificar o criminoso como indivíduo social, treiná-lo para uma “atividade útil e resignada e devolver-lhe hábitos de sociabilidade”¹⁶.

Apesar de bastante festejada, a instalação da Penitenciária logo traria às autoridades problemas difíceis de solucionar.

Inicialmente, a seleção dos presos transferíveis para este estabelecimento face ao maior número de detentos que de acomodações. Os não alojados na penitenciária continuavam nas “detenções”, em cárceres coletivos “numa promiscuidade revoltante — criminosos pronunciados, conjuntamente com mulheres, presas correcionais e até menores, sujeitos ao contágio, na ociosidade da prisão, tornando-se a tuberculose social”¹⁷.

Por outro lado, a Penitenciária, se prestava bons serviços na regeneração dos presos, através da atividade nas diversas oficinas como também através da instrução (regular e religiosa), ressentiu-se, logo de início, da necessidade de ampliação para o bom termo de seus objetivos.

Com capacidade para apenas cinqüenta e dois presos, capacidade esta logo excedida — oficinas funcionando, mas não com a regularidade necessária, fica comprometido o modelo de regime adotado, como também deixa-se de atingir a principal finalidade da pena, a regeneração. Mas somente em 1926 se iniciaram as obras de ampliação.

2.0. Vigiar é necessário... Resistir é preciso...

O discurso das autoridades curitibanas nos demonstra sua atualização face à moderna penaloga, mas esbarra nas

15 Relatório Procurador Geral da Justiça do Estado, 1910. p. 49.

16 Modelo Auburn. Cf. Relatórios Procuradores Gerais do Estado, 1909, 1910 e FOUCAULT, p. 213.

17 Relatório Procurador Geral da Justiça do Estado, 1911. p. 1.

precárias condições de se cumprir **in totum** as prescrições da ciência jurídica. Prisões inadequadas, anti-higiênicas,seguras e, principalmente, superlotadas, que dificultavam o controle de recuperação dos delinqüentes, e que punham em perigo a própria segurança da sociedade.

Essa contradição entre discurso e prática penal vai propiciar à Polícia agir com redobrada atenção na vigilância da população, principalmente no controle de comportamentos considerados inadequados ou causadores de delitos. Isso fica explícito quer na estatística de prisões, quer nas determinações e práticas de controle das “causas” de distúrbios da ordem e da prática de crimes.

Vigilância constante, patrulhamento efetivo, conhecimento de todos os espaços públicos e acontecimentos, levavam a polícia a atingir o cotidiano da cidade, principalmente das classes pobres, no seu trabalho ou lazer.

Fiscalização de bares, bailes, **picnics**, controle da mendicância, repressão à vagabundagem, ao jogo, à prostituição, prisão de bêbados e “perturbadores” de todos os tipos, atenção à infância abandonada, estiveram no centro da ação policial, no cumprimento de seu papel de “limitar, circunscrever e regular”, e de tentar “**impôr um padrão de disciplina urbana e decoro público**”¹⁸, ou seja, de agente do controle social.

A polícia se atribui o papel de “guarda avançada da vida e da propriedade” e vê sua atividade intimamente ligada ao “direito de punir”. Utiliza-se para isso, principalmente, das prisões correcionais, e de determinações de posturas que explicitam sua atuação no sentido de controle do social.

Utilizando a estatística¹⁹ como um recorte dessa atividade policial, podemos inferir que a intensa preocupação por contravenção ou “para averiguações” excede sempre, em boa proporção, o de prisões por crimes.

18 STORCH, Robert. O policiamento do cotidiano na Cidade Vitoriana. **Revista Brasileira de História**, 5 (8/9):15. 1984/1985.

19 Os dados estatísticos utilizados servirão apenas para corroborar os dados qualitativos quanto à atuação do policiamento na cidade, ou seja, procuraremos através de alguns dados de prisão, verificar como se punha em prática os meios de combate ao crime.

Tomemos como exemplo alguns anos possíveis de comparação:

TABELA I

Proporção de prisões por crimes e contravenção

Motivo	1894*-1898	(%)	1904-1908	(%)	1916-1920	(%)
Crimes	226	(21,6)	517	(14,7)	788	(12,0)
Contravenções	817	(78,4)	2.995	(85,3)	5.749	(88,0)
TOTAL	1.043	(100%)	3.751	(100%)	6.537	(100%)

Fonte: R.S.J.C.P.

Reconhecendo-se que as prisões por contravenções são majoritárias em todo o mundo, os dados aqui trazidos, apesar da descontinuidade, permitem constatar a preocupação da polícia com a “ordem pública”.

As prisões por contravenções, na sua esmagadora maioria correcionais, pois poucos são os casos da continuidade dos processos, permitem constatar na prática a natureza das preocupações policiais.

O Código Penal de 1890 classifica como contravenção o jogo, apostas, loterias não-oficiais, fabrico e uso de armas, mendigar e se embriagar, vadiagem e capoeiragem, entre outros.

Essa classificação coincide, em grande parte, com as “causas da criminalidade” expressas nos Relatórios Oficiais. Daí a atuação para reprimir tais comportamentos, que poderiam levar a condutas criminosas.

Falamos em “comportamentos”, pois ao analisar, de maneira global, as prisões por contravenção, salienta-se o grande número de prisões por desordens ou embriaguez — que estão mais ligadas ao comportamento das pessoas em público, sem contudo caracterizar conduta criminosa — seguido das prisões para “averiguações”. As prisões motivadas por outras contravenções, embora objeto constante dos

* Os dados foram computados a partir do segundo semestre de 1894, pois durante o primeiro semestre deste ano, Curitiba esteve ocupada por tropas federalistas. Não encontramos registros de prisões deixadas pelos maragatos. Apenas o Chefe de Polícia inicia seu relatório no segundo semestre/1894, acusando a soltura de vários presos, por essas tropas.

Relatórios Policiais e de medidas repressoras das autoridades, são em bem menor número.

Assim, desordens, embriaguez e a combinação embriaguez e desordem, comparecem como grandes motivadoras de prisões.

TABELA II*

**Prisões segundo as principais Contravenções
1894-1920**

CONTRAVENÇÕES	PRISÕES	%
Desordens	3.066	31,8
Embriaguez	3.235	33,6
Embriaguez e desordem	2.751	28,4
Vadiagem	603	6,2
TOTAL	9.655	100,0

Fonte: R.S.J.C.P.

2.1. Vadios e mendigos

“Por toda parte, como pela imprensa, clama-se com muita razão, contra os indivíduos sem ocupação honesta e que se incumbem de avolumar a relação dos criminosos na estatística policial”²⁰.

No final do século XIX, a vadiagem é apresentada como uma das principais causas contra a segurança da vida e da propriedade.

Avultado é o número de indivíduos que sem ocupação honesta e proveitosa, sem família e sem domicílio, entregam-se a vagabundagem e ociosidade, importantes factores nas causas dos crimes contra a segurança individual, contra a propriedade e contra a liberdade pública²¹.

Uma explicação de como a vadiagem concorre como causa de criminalidade é do chefe de polícia, Antonio Augusto de Carvalho Chaves, que assim se expressa:

* Na elaboração desta tabela foram utilizados todos os dados disponíveis, apesar das lacunas. Os dados são para os anos de 1894/98-1900-1904-08-1912-1916-20.

²⁰ Relatório do Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Caetano Alberto Munhoz, 1895. p. 7.

²¹ Relatório Chefe de Polícia, 1894. p. 6.

A vagabundagem, essa classe que infelizmente é numerosa em nosso Paiz, concorre também poderosamente, com seu contingente, para o aumento da nossa estatística criminal pela difficuldade que há em sugeitar os vagabundos ao cumprimento das penas estatuidas nos artigos 399 e 401 do Código Penal²².

A vagabundagem ou vadiagem é, na verdade, ligada à ausência de “ocupação honesta e proveitosa”, ausência de família e de “domicílio”, mas principalmente, à ociosidade, pecado infinitamente mortal, numa sociedade dedicada ao trabalho.

O pensamento liberal, que norteava a elite dirigente em sua crença no progresso e na ciência, não podia admitir a existência de pessoas que vivessem sem se dedicar ao trabalho. Permitia-se, sim, outro tipo de “ocioso”, aquele que possuía “família” e dos bens desta auferia sua sobrevivência, mas ao homem pobre, não, este deveria dedicar-se a alguma ocupação honesta e não viver como peso para a sociedade.

Nesse ponto, vadiagem confundia-se, muitas vezes, com mendicância, também condenada pela sociedade, e cuja prática era passível de punição, prevista no Código Penal (art. 391 a 395).

A preocupação com a vadiagem/mendicância, expressa nos Relatórios oficiais ou na imprensa, prende-se ao fato de que mais do que um comportamento individual (como a embriaguez, ou mesmo a desordem), potencializador de delitos, é um modo de ser delinquente que investe contra a “lei suprema do trabalho”.

Vadios seriam, portanto e principalmente, “aqueles que se recusam ao trabalho: vagabundos, mendigos, inválidos, jogadores, caftens, meretrizes, etc.”, como se evidencia na colocação do Chefe de Polícia, Benedito Carrão: “**Como n'esta Capital, em todo Estado se encontra indivíduos que, tendo pronunciada negação para o trabalho productivo, occupão-se na exploração de meios criminosos, que lhes garantem o necessário para sua subsistência**”²³.

22 Relatório Chefe de Polícia, 1894, p. 6.

23 Relatório Chefe de Polícia, 1894, p. 6.

Era preciso, então, que se fizesse alguma coisa para evitar esse mal.

É uma das mais palpítantes necessidades, ver-se o meio pratico mais efficaz e pronto, de achar-se ao trabalho regular, a enorme quantidade de individuos ociozos, que sem a menor applicação passeião por todo Estado, e muito principalmente n'esta capital, constituindo um elemento prejudicial à ordem e tranquilidade publica. Neste sentido esta chefatura tem feito repetidas recomendações às autoridades do Estado, aconselhando-as mesmo a por em ação os meios corretivos à seu alcance, a fim de isentar a sociedade deste mal que acarreta sempre para ella desagradaeis consequencias²⁴.

Dentre esses meios corretivos estavam as prisões, dado que a determinação do Código — a assinatura de termos de bem viver — não trazia resultados satisfatórios, e era objeto de reclamação das autoridades.

Sabeis de quanta garantia é cercado o individuo sujeito a um processo de termo de bem viver, de que quase sempre é absolvido, depois de um trabalho prolongado, penoso, infructífero e em que a autoridade processante gaste tempo e sacrifícios em pura perda²⁵.

Assim, o controle social dos vadios era feito através de prisões correcionais e, eventualmente, de processos, o que denota uma preocupação mais a nível ideológico a respeito da vadiagem do que empenho das autoridades em realmente processar os implicados.

A insuficiênciа de dados não nos permite conclusões muito seguras, mas a pequena amostra (ver tabela II) da relação entre prisões nas principais contravenções e mesmo quanto aos processos — 8 (oito) num total de 572 prisões — nos aproxima à comprovação da hipótese de que, mais que a existência de grande número de vadios perambulando pela cidade, a preocupação da elite dirigente, numa cidade que “caminhava resoluta em direção ao progresso”, era a renúncia ao trabalho, a “ociosidade”.

24 Relatório Chefe de Polícia, 1895. p. 7.

25 Relatório Chefe de Polícia, 1895, p. 7.

Incumbia-se então a polícia da tarefa de aplicar os meios de chamar esses vadios ao trabalho regular, encaminhando-os convenientemente, de modo a se tornarem úteis à sociedade.

Mas, esbarravam as autoridades em várias dificuldades: a ineficiência da assinatura de termos de bem viver; as precárias condições do aparelho policial, com falta regular de policiamento, devido à limitação do corpo policial, e com registros ineficientes, e principalmente devido à falta de estabelecimentos disciplinares onde pudessem ser corrigidos os infratores.

Outro problema: a necessidade de se distinguir o pobre desempregado do vagabundo e do mendigo. A solução encontrada foi a adoção de medidas de controle direto, ou seja, os mendigos deveriam munir-se de atestados fornecidos pelo Médico Legista, que lhes comprovasse a impossibilidade de trabalho, e também de uma licença fornecida pela polícia para mendigar.

Essa era, pois, uma maneira de exercer vigilância direta sobre esse contingente que vivia da caridade alheia.

“O Sr. Dr. Chefe de Polícia expediu hoje, ordens no sentido de serem apresentados todos os mendigos que forem encontrados nas ruas ou que não estejam munidos do respectivo atestado do médico legista, Dr. Victor do Amaral”²⁶.

A vigilância direta será a forma pela qual, na impossibilidade de se eliminar esses e outros problemas, como por exemplo a prostituição, a polícia se voltará no sentido de “controlar” a população.

Mas a questão não era tão fácil de se resolver. Apesar desse “controle”, através de certificados, a imprensa torna-se porta-voz dos reclamos de trabalhadores pobres, que argumentavam sua honestidade, e acusavam terem sido presos como vadios, como também será porta-voz da reclamação contra a proliferação da mendicidade nas ruas da cidade.

O mendigo profissional, eis o que nos atormenta. Compõe-se esta categoria de mulheres que andam pelas ruas com filhinhos nos braços proclamando misérias para inspirar a

²⁶ Diário da Tarde, Curitiba, 10 fev. 1900.

caridade publica. E não só dessas mulheres, mas de moças, rapagões e crianças que affectando desgraças param diante de cada porta ou janela a pedir a esmola quotidiana. A abundancia é tal principalmente nos sabbados que já estavam solicitando as vistas da polícia.

Foi o que sucedeu:

Ordenou o Sr. Chefe de Polícia que fossem levados até a Repartição Central todos os mendigos e ahi syndicando das desgraças de cada um, esta concedeu aos incapazes de ganhar a subsistencia, licença para valerem-se da caridade publica. Quanto aos vagabundos, a polícia vai proceder de modo a que tomem melhor meio de vida. É uma boa providência²⁷.

A repressão à mendicidade esbarrava também na inexistência de asilos e albergues onde pudessem ser alojados esses contraventores, aperfeiçoando o controle social.

A solução, parece, tinha seu encaminhamento concreto com a inauguração do Hospício Nossa Senhora da Luz, onde existiria uma sessão destinada ao recolhimento dos indígenas. Assim a cidade se veria livre dessa presença, incômoda e desagradável de alienados e mendigos perambulando pela cidade.

A crença na solução era tal que o próprio Chefe de Polícia mandou suspender o fornecimento de licença para mendigar, pois “estes infelizes” teriam “enfim um teto protetor contra o frio e a fome”.

Mas a instituição não consegue dar solução aos problemas e, passados alguns meses, o procurador do Asylo justifica o não-cumprimento efetivo das suas funções por causa das dificuldades financeiras. Loucos e mendigos continuam a perambular pelas ruas!

As autoridades demonstram em seus Relatórios a preocupação em se criar instituições que atendam não só às reivindicações da população, como também que lhes permitem exercer, com maior rigor, controle sobre a população “vadia”. Como prender todos os mendigos e limpar a cidade,

27 Diário da Tarde, 10 abr. 1899.

se no “Asylo” não há lugar para todos? Deveria o Estado, a bem da civilização e da salvaguarda da vida e propriedade de seus cidadãos, assumir a responsabilidade das reformas necessárias (dentre elas a construção de um hospital), e atender aos reclames da população.

Seria bom que a polícia posesse termo à exploração torpe que certos indivíduos fazem por ahí illudindo a piedade publica. Quase todos os dias, à hora crepuscular, esses indivíduos batem às portas das casas e allegando pobreza e morte de pessoas da família, imploram esmolas ou offerecem a venda anéis e outras joias. Este abuso precisa de medidas que o cohibam²⁸.

O Estado subvenciona o Asylo, cuja preferência deveria recair sobre os doentes, os realmente inválidos. É, pelo menos, o que pensa o promotor público.

Este estabelecimento (...) está actualmente com 218 alienados e 68 mendigos. É lastimável que o asylo necessitando, como necessita, de maior espaço, visto ser apenas três compartimentos, servindo cada um para 50 pessoas, de forma a só poder receber 150 alienados, contendo entretanto 218 devido a boa vontade das suas dignas dirigentes e aos preciosos sentimentos altruísticos do illustre clinico Dr. Rodolpho Pereira Lemos, seja transformado em asylo de mendigos e até em reclusão de vagabundos que lá vivem em promiscuidade com os doentes²⁹ (grifo meu).

Da queixa da autoridade judiciária transparece a falta de capacidade do Estado de cuidar devidamente dos interesses da população mascarando-a com a transformação do asilo de alienados em albergue para mendigos e vadios. Como a subvenção estadual é insuficiente para a manutenção da “instituição de caridade”, dá-se à sociedade civil a responsabilidade de auxiliar a ação policial, ante a ausência do Estado em constituir instrumentos mais eficientes de controle social.

28 Diário da Tarde, Curitiba, 4 jun. 1907.

29 Relatório do Promotor Público, Eneas Marques dos Santos, 1911. p. V.

Apelo a caridade pública: atendendo às exigências da polícia, o asylo Nossa Senhora da Luz está recolhendo em suas dependências os mendigos, e como os senhores comerciantes não precisam ter preocupações dos mesmos nas suas portas, solicita-lhes contribuam para com o asylo³⁰.

A ação policial contra a vadiagem e a mendicidade, e o apelo à caridade pública ocultam, na verdade, as contradições vividas numa sociedade, que se quer liberal e descentralizada mas que, ao mesmo tempo, reivindica uma ação eficiente do Estado no combate a seus males, objetivando a garantia de seus privilégios. Ou seja: o trabalhador pobre, que antes ficava oculto sob a tutela do senhor, na emergência do trabalho livre, e principalmente urbano, torna-se visível, mas desagradável aos olhos de uma elite que se pretende “civilizada”.

Tornam-se, então, necessárias “ações eficientes”, mesmo que não muito democráticas, como o fato de vigiar e controlar a população, ainda mais que experiências radicais de centros maiores, como Rio de Janeiro e, principalmente, São Paulo, atingirão diretamente Curitiba.

Por “ações eficientes” entenda-se a prática de “deportar” para centros menores os indivíduos indesejáveis, como demonstram as notas de janeiro de 1913.

Há dias noticiamos haver a polícia de São Paulo soltado, em território paranaense, diversos caftens gatunos e desordeiros, com passagem paga até Curitiba e que enchiam as suas prisões. Esse abuso inqualificável da parte das autoridades policiais de São Paulo, encheu de pavor a todos quantos estão habituados a viver garantidos pela paz que reina neste Estado, cujo número de desordeiros e ladrões é diminuto (...) Hontem à noite, o comissário Muricy, (...) foi ao encontro dos mesmos effectuando nove prisões. Esses indivíduos que passaram, hoje, pelo gabinete de identificação, declararam terem vindo de São Paulo cuja polícia os soltou em território paranaense, com a condição de lá não mais voltarem³¹.

30 Diário da Tarde, Curitiba, 15 maio 1911.

31 Diário da Tarde, Curitiba, 29 jan. 1913.

E novamente em 1916:

Foram hoje recambiados para Pauliceia dois batedores de carteira que aqui surgiram espantados pela activa polícia d'ali. Merece louvores esse acto das autoridades policiais curitibanas, enxotando de nossa "urbs" adventícios perniciosos que abusivamente nos são mandados de mão beijada.

Descariamos, entretanto, que o Sr. Desembargador Chefe de Polícia, estendesse um pouco mais de sua acção nesse sentido, livrando-se de uma chusma de lunáticos, ébrios e mendigos que perambulam pelas nossas ruas em proveito da capital paulista, d'onde provieram "exportados" pela polícia d'ali.

Os nossos lunáticos, ébrios e mendigos, que cumpram a triste sina aqui mesmo, entre nós, agora o que não é justo é que vejamos a nossa cidade atulhada de elementos deletérios que devem "cavar" a vida em São Paulo, de onde vieram e onde nasceram ou se inutilizaram³².

Secundando exemplos de "ações eficientes", o Delegado Bernardo Moreira Garcez, enquanto Chefe de Polícia Intérino, o adotará para Curitiba sob o argumento de "limpar a cidade" de maus elementos e, principalmente, de regenerá-los no trabalho nos campos.

Como medida de saneamento moral e com o intuito de cooperar para a intensificação do trabalho tão necessário no momento histórico que atravessamos, em que todos os brasileiros devem applicar a sua actividade em prol da grandeza econômica e militar, ordenei fossem apprehendidos e enviados para a zona agrícola do Norte do Estado, os muitos indivíduos desocupados, que perambulavam nas ruas e praças desta Capital e nas principais cidades do interior, fornecendo-lhes passagem de segunda classe e algum numerário, para socorrer às primeiras despezas, nos pontos de destino³³.

A imprensa aplaude a iniciativa. A cidade ficaria livre de elementos perniciosos, causadores dos sobressaltos da população e de constantes tumultos e, ao mesmo tempo,

32 Diário da Tarde, Curitiba, 31 jan. 1916.

33 Relatório do Delegado Auxiliar Bernardo Moreira Garcez, 1917. p. 34.

medida tão drástica tinha seu lado “civilizado”, pois a expulsão de elementos perniciosos não apenas limpava a cidade e livraria a sociedade de sua presença incômoda, mas também, e principalmente, faria a regeneração dos desviados através do trabalho sadio e proveitoso a eles e à sociedade.

O manto justificatório da regeneração amparava a prática da exclusão dos elementos não enquadrados na sociedade e ao trabalho. Retomando hábitos proveitosos, transformar-se-iam em “cidadãos úteis”, reavendo a cidadania.

Tão meritória medida, no entanto e na prática, funcionou mesmo como medida paliativa e de limpeza do espaço urbano, pois a “educação pelo trabalho” no interior não chegou a bom termo por causa da falta de meios eficazes de controle sobre esses deportados, no entender da imprensa, “pois nem bem chegavam ao lugar que lhes era determinado para a lide rural, já os vadios rebelavam-se e davam de volta para a sua costumeira ociosidade”³⁴.

Assim não pensava o autor da medida, parecendo-lhes satisfatório o resultado, a julgar pelo entusiasmo na continuação do relato.

Hoje, é inegável, notarmos a nossa urbs livre daquelles muitos typos característicos das ruas, contumases vagabundos que diariamente infestavam os xadreses das detenções, ou aliás, tomavam por completo o banco das praças, aguardando a passagem de caridosos transeuntes a quem estendiam a mão humilhada, suplicando uma esmola³⁵.

Além da deportação, o otimista Chefe de Polícia Interno adotou outras medidas de repressão à vadiagem, especificamente para os que ficaram na cidade, restringindo o número — “então considerável” — de vendedores ambulantes de bilhetes de loteria, e permitindo esse comércio somente “aos indivíduos reconhecidamente inválidos”, de acordo com o respectivo atestado.

Tal medida trouxe, segundo ele, duplo efeito pois:

³⁴ Diário da Tarde, Curitiba, 28 ago. 1916.

³⁵ Relatório do Delegado Auxiliar Bernardo Moreira Garcez, 1917. p. 34-5.

Contribuiu para arredar os homens válidos que se davam a esse comercio indo estes exercer a sua atividade em outro mister mais util à sociedade, e, ao mesmo tempo, concorreu para diminuir o número de mendigos, pois alguns destes, encontraram na venda de bilhetes lotéricos, um bom recurso para manter a sua subsistencia, em vista da menor concorrencia, sendo-lhes poupado o sacrificio de mendicância³⁶.

Desse otimismo não compartilha, no entanto, o titular da Chefia de Polícia ao reassumir seu posto. Seu relatório é marcado por veladas críticas, reafirmadas necessidades e recomendações precisas.

O principal argumento é o desaparelhamento da Polícia em relação aos meios eficazes de repressão.

Como reprimir a vagabundagem, se o Estado não dispõe de uma colonia correcional, onde os vagabundos possam produzir e adquirir hábitos de trabalho? Processal-os para que cumpram a pena em um Posto Policial, seria conduzil-os a maior inercia e degradação e onerar inutilmente os cofres do estado³⁷.

O mesmo se aplica à mendicidade:

Dispõndo o nosso Código Penal que a mendicidade dos individuos inhabeis para o trabalho só é punivel nos logares onde existam hospicios e asylos para mendigos, e não havendo neste estado nenhum estabelecimento desse gênero, segue-se que a mendicidade dos invalidos não pode ser reprimida³⁸.

As soluções paliativas passavam por encaminhar os desocupados aos centros agrícolas e para turmas de construção de estradas-de-ferro, no Norte do Estado, e por submeter a exame médico os mendigos, para distinguir os aptos ao trabalho dos inválidos, e permitir somente aos últimos exercer a mendicância.

Portanto, sem colônias correcionais e sem asilos, ficava difícil à Polícia exercer “uma enérgica ação repressora, e

36 Relatório do Delegado Auxiliar, p. 35.

37 Relatório Chefe de Polícia, 1917. p. 18.

38 Relatório Chefe de Polícia, 1917, p. 18

impedir o contristador espetáculo de dezenas de indivíduos vagarem continuamente pela cidade”³⁹.

A solução do problema parece bastante clara ao eminente cidadão: “**É preciso que, quanto antes, cuide o Estado desse assumpto, que é de capital importância social, procurando dar-lhe solução radical**”. E propõe:

Para isso faz-se mister, por parte do Estado, a criação da Colonia Correcional, e, por iniciativa particular, a instituição: 1.º de “estaão de alimentação, onde fornece-se alimentação em troco de trabalho, a trabalhadores errantes e assim habilitam-se aos que procuram trabalho, seguir viagem”; 2.º “colonias de trabalhadores, destinadas à recepção de pessoas aptas para o trabalho, mas provisoriamente desoccupadas”; 3.º “escriptorios para indicação de trabalhos”⁴⁰.

E quanto à mendicidade: “**seria de grande benemerencia a criação de uma assistencia aos mendigos, o que poderia ser instituído pela ‘IRMANDADE DE MISERICÓRDIA’, com uma subvenção do Estado”⁴¹.**

Apesar das soluções propostas, a questão da vadiagem e mendicância continuará, na prática, ocupando espaço nas preocupações e relatos das autoridades policiais, culminando no final do período pesquisado com o maior cuidado das autoridades em não apenas prender correccionalmente, mas iniciar realmente processos por vadiagem, procurando, assim, aplicar os dispositivos legais da punição.

2.2. Bêbados e Desordeiros

A maior percentagem das prisões encontram-se nas rubricas embriaguez e desordem (ver tabela II).

Apesar das determinações do Código Penal, 1890, arts. 396 e 398, as prisões por essas contravenções se faziam, via de regra, correccionalmente, ou seja, prisão por 24 horas, ou no máximo 48 horas, e raras vezes foram registrados processos nestas rubricas, e mais raras ainda foram as conde-

39 Relatório Chefe de Polícia, 1917, p. 18.

40 Relatório Chefe de Polícia, 1917, p. 18.

41 Relatório Chefe de Polícia, 1917, p. 18.

nações. Localizamos para o período em estudo nove processos e, destes, apenas três condenações.

Nos relatórios policiais, no entanto, a embriaguez é tida como uma das principais causas da criminalidade. Não o ato de embriagar-se em si, mas ligado a outros males, como o uso de armas, o jogo, os bailes, onde os indivíduos, sob o efeito do álcool, perdem a razão e são levados à “perpetração de crimes semibárbaros”. **“O álcool representa no desenvolvimento desse mal social (crimes contra a integridade physica) o papel saliente de agente preponderante”**.⁴²

Examinando os mapas de prisões por contravenções, apesar das dúvidas que as opções classificatórias possam suscitar, podemos, juntamente com notas de ocorrências publicadas na imprensa, tentar uma análise pelo menos aproximativa.

Nestes mapas aparecem as classificações “turbulência”, “desordem”, “embriaguez” e “embriaguez e desordem”.

Na realidade, um grande número dos indivíduos presos como desordeiros estão também embriagados. As notícias de prisões informam que indivíduos foram “recolhidos ao xadrez, por estarem embriagados promovendo desordens”, e difícil se torna, em alguns anos, separar nessas notas as desordens dos ébrios habituais.

Inferimos então que, até determinado momento (mais precisamente 1908), o próprio aparelho repressor não fazia muita distinção entre as duas classificações “embriaguez e desordem”. A partir daí, com novo item classificatório “embriaguez e desordem” principalmente a “desordem” ganha contornos mais definidos, ou seja, indivíduos que estejam praticando atos contrários à ordem, mas não influenciados pelos efeitos do álcool.

Embriaguez se restringe aos indivíduos encontrados perambulando pelas ruas visivelmente embriagados, ou “dormindo” sob efeitos etílicos nos bancos das praças, ou caídos nas sarjetas e, sob rótulo de ébrio e desordeiro, os indivíduos que, sob efeitos inebriantes, provoquem alterações nas ruas, bares, bailes, ou “perturbem o sossego alheio”.

42 Relatório Promotor Público, Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, 1909. p. 51.

Tanto os índices de prisões correcionais, como o de crimes contra a segurança das pessoas, principalmente os crimes de lesões corporais cometidos sob efeitos do álcool, preocupam as autoridades policiais, que em seus relatórios passam a tecer considerações e a propor meios de combate a tão nefando hábito.

Neste enunciado, como nos que tratam de outros problemas referentes à segurança de vida, da propriedade e da ordem pública, buscam-se remédios para reprimir comportamentos individuais.

Como os momentos de crise são, na maior parte das vezes, vistos como “doenças”, sabida a causa, se encontrará facilmente o remédio.

É sabido com efeito, que os ferimentos leves resultam, na quasi totalidade das vezes, de conflitos ou rusgas em que intervêm muitas pessoas. As causas de tais brigas não são difíceis de ser lobjigadas: os bailes publicos as reuniões em que o ambiente se satura, das emanacões do álcool, os bordéis, etc....⁴³ (grifo meu).

Por sua vez, os meios de repressão de que se têm utilizando as autoridades não são eficazes, pois dentre as causas e origens de desordens inúmeras e contínuas está “o alcoolismo pela prática de detenção temporária actualmente em uso, porquanto, o alcoolatra apenas sahido do xadrez volta novamente à bebedice para reencetar o círculo vicioso da nova entrada e nova saída”⁴⁴.

Quanto às desordens, os dados disponíveis merecem um pouco mais de reflexão.

No início do período estudado (1896-1900) aparece nos mapas a classificação “turbulento”. Em dados brutos significam em 1894 — 29 das 37 prisões contravenccionais registradas; 1895 — 125 das 189 prisões registradas; em 1896 — 75 das 201 prisões e em 1900 apenas 4 das 250 prisões correcionais.

Nos anos posteriores não está consignado como motivo de prisão.

43 Relatório Chefe de Polícia, 1916. p. 282.

44 Relatório Chefe de Polícia, 1917. p. 359.

O Código Penal (1890), ao conceituar as contravenções, se refere apenas no art. 402 e parágrafo “fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecido pela denominação capoeiragem; andar em correiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens...”

É considerada circunstância agravante “pertencer o capoeira a alguma banda ou malta”.

Para Curitiba, encontramos na imprensa apenas uma referência a “Capoeiras” com a conotação de desordem, e não consta que os indivíduos tenham sido presos. Uma ou outra referência a essa categoria aparece no decorrer do período, sem contudo ter significação de prisão.

Nos relatórios oficiais, a não ser as classificações nos mapas de prisão, nenhuma outra referência consta que possa esclarecer o termo “turbulentos”, e inclusive, na descrição das “ocorrências policiais”, principalmente nos anos em questão, quando são relatados “conflitos”, estes se referem ao interior do Estado, ou “correrias de índios”.

Nos enunciados “segurança individual e de propriedade” há referências a uso de armas proibidas, embriaguez, jogo e vagabundagem como elementos preponderantes na ocorrência de crimes.

Há referências aos elementos de desordem quando se enunciam os atributos da população e consequências da “ocupação da cidade por revoltosos”, segundo informe do Chefe de Polícia de 1895: “maus hábitos implantados no povo paranaense, desviando-se do caminho do dever e do respeito à autoridade, mal que lhe trouxeram os caudilhos da invasão de 1895...⁴⁵ ou, “as classes inferidas da sociedade, onde ainda não conseguirão penetrar de modo aproveitável, o respeito e a dignidade pessoal, são as que se incumbem de fornecer crescido número de elementos de perturbação e desordem”⁴⁶.

Que tipo de comportamento estaria sendo rotulado como “turbulento”, levando-se em conta que, na imprensa, no

45 Relatório Chefe de Polícia, 1895. p. 1.

46 Relatório Chefe de Polícia, 1895. p. 5.

decorrer de todo o período estudado, muitos desordeiros são qualificados como turbulentos, classificação incluída paralela e concomitantemente à de desordem, a partir de 1895?

Outra indagação que se afigura importante: qual o motivo do decréscimo tão significativo das prisões por turbulência?

A explicação pode ser simples, se encarada apenas como um elemento classificatório de um comportamento desordenado, tumultuoso, onde o infrator ou infratores se envolviam em rixas ou “conflictos”⁴⁷.

Por outro lado, Curitiba acabava de viver uma “ocupação” de revoltosos, cujo comportamento nem sempre condizia com o normalmente tolerado em público, os quais por necessidade de efetivos, abriram as portas das prisões a quem quisesse engajar-se no exército revolucionário.

A reação, após a volta à legalidade, pode ter utilizado como classificação de comportamento a ser corrigido, o vocábulo que mais se aproximava ao comportamento dos “invasores”.

Passado o “trauma” da revolução, as prisões correcionais são registradas nas rubricas de embriaguez ou de desordem, sendo que quase sempre o desordeiro agia sob efeito do álcool.

A explicação pode ser mais simples ainda, se lembrarmos o despreparo dos agentes policiais e principalmente dos guardas que faziam o policiamento, eles próprios em grande parte também ebrios ou desordeiros, como atestam os reclamos da imprensa e as contínuas expulsões do Regimento de elementos mal-comportados.

Como já afirmamos anteriormente, até determinado momento dos registros policiais, melhor dizendo, até o início da modernização da Polícia, os comportamentos se confundem na especificação das rubricas, sendo considerado “desordem”, desde rixas e alterações em bares ou outros locais

⁴⁷ Ocorrências policiais. In: Relatório Chefe de Polícia, 1908. p. 48.
— Novembro, 1908.

“Nesta Capital, no Alto do Cemitério, na tarde de 1.º deste mês, estabeleceu-se um conflito entre os desordeiros Simão Bialé, Praxedes José de Ramos, Jayme Fernandes da Cunha e outros, resultando saírem feridos os dois primeiros.

Os turbulentos foram presos.”

públicos, até jogar pedras em vidraças, mexer com transeuntes, ou fazer serenatas.

Exemplo dessa indefinição de classificação no momento da prisão foi o popular boêmio Simão Bialê que foi hóspede recordista da estatística policial e das notícias da imprensa. Bialê foi classificado como “turbulento” em 1894; 1985 e 1986; como “desordeiro” em 1900; como ebrio em 1904 (comparece 5 vezes no mesmo mapa), como ebrio e desordeiro ao mesmo tempo ou alternadamente em 1905; 1906, 1907 e 1908, em prisões correcionais, além de um processo e prisão de 3 meses e 15 dias, em 1904, por desordem e ferimentos leves, e outra prisão por 11 dias por ter promovido desordens no Teatro Guayra durante um espetáculo em 1905. Também no ano de 1904 (para o qual não localizamos os mapas de prisões) a imprensa registra nove prisões do “incorrigível” Bialê, por desordens, embriaguez, alarido, entre os meses de abril a dezembro. Ao todo anotamos 29 registros de prisão do mesmo personagem.

Numa curiosa descrição da boêmia curitibana, assim comparece o simpático “baderneiro”:

Nesta de serenatas e madrugadas ficou famoso, em Curitiba, o Simão Bialê, tipo popularíssimo, que costumava fazer formidáveis acompanhamentos com sua gaitinha. Enfurecido, só Dona Chica Chapeleira, a raquítica senhora sua mãe, podia acalmá-lo. Um desfalcamento inteiro das milícias não podia com ele, quando inventava de se fazer indócil (depois de uma e outras). Sua morte aconteceu num domingo de carnaval, em 1913, enquanto Curitiba corria atrás do Zé Pereira. Os boêmios se entristerceram, mas não o suficiente para guardar silêncio. Na mesma noite houve seresta, em homenagem a Simão⁴⁸.

Portanto, para o primeiro momento de nossa análise dos motivos de prisões correcionais, parece confirmada a hipótese de que a polícia está mais preocupada com a manutenção de um padrão básico de ordem urbana efetuando um controle severo sobre os comportamentos considerados desviantes desse padrão.

⁴⁸ MACEDO, Rafael V.G. As meias, ligas e espartilhos que sufocaram nossos avós. *Boletim Casa da Memória*. Fundação Cultural de Curitiba, s.d. p. 27.

Para o segundo momento de nossa análise, as rubricas classificatórias nos parecem melhor definidas. A embriaguez, e a sua junção à desordem, continuam sendo reprimidas sob a fachada de “prevenir” a prática de crimes, mascarando o efetivo controle dos comportamentos inaceitáveis em público. Já a rubrica desordem adquire, pelo menos num determinado momento, uma redefinição de comportamento desviante, como uma subversão da ordem pública.

As prisões correcionais por “desordens” crescem a partir de 1912, até 1920, quando novamente começam a decrescer.

O período de 1912 a 1916 marca a remodelação da cidade, e com ela a reação de algumas camadas da população contra imposições da Prefeitura ou da repartição de higiene. No período de 1916 a 1920, Curitiba assistirá a duas greves operárias e reações de tom nacionalista quando do torpedeamento do Vapor Paraná pelas forças alemãs, e grande parte das prisões ocorridas nos episódios obedecerão à rubrica “desordem”.

A análise dos percentuais de prisões na referida rubrica, comparados às informações dos dados conjunturais, nos levam a concordar com Ligia Silva quando afirma que:

Classificando alguns desses comportamentos (desde a reusa do trabalho até uma reputação de uma determinada ordem social) de “desordens”, o que as classes dominantes fazem (através de seus organismos repressivos e de controle social) é difundir uma visão bastante hipócrita da sociedade, fingindo não enxergar motivos para desajustes sociais e classificando todos os episódios como desajustes sociais passageiros⁴⁹.

Vejamos, com maiores detalhes, como o Delegado Auxiliar Bernardo Moreira Garcez viu o movimento de 1917, ano que optamos em utilizar como exemplo: “**foram dias e noites de vigílias, aguardando os acontecimentos e providenciando sobre as medidas resolvidas; uma fase em que todos nós estávamos sob a ameaça dos inúmeros grevistas e a população urbana e suburbana tomada de verdadeiro terror**”⁵⁰.

49 SILVA, Ligia: Comentários a Controle Social e Criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924) de Boris Fausto. In: Pinheiro, P.S. org. **Crime, Violência e Poder. São Paulo, Brasiliense, 1983.** p. 212.

50 Relatório Delegado de Polícia, Bernardo Moreira Garcez, 1917. p. 32-33.

Segue fazendo considerações sobre o direito das “clases proletárias” em fazer movimentos paredistas para reivindicar seus direitos quando se julga prejudicada, e que isto “produz impressão de *sympatia à collectividade*”, quando a atitude dos grevistas se mantém no limite de paralisação do trabalho, dentro das normas de respeito às leis e aos direitos alheios. Mas, segundo ele, não foi o que houve em Curitiba.

O que houve nesta Capital, não foi, entretanto, esse gesto de repulsa *collectiva* de uma classe, contra os seus opressores e sim uma manifestação de ideais anarquistas, franklymente proclamados por indivíduos adeptos, que procuraram explorar as classes operárias, arrastando-as aos meetings, onde a palavra dos ardorosos defensores dos princípios, era ouvida com verdadeira surpresa por aqueles espíritos acanhados, affeitos tão somente ao seu métier, nas fábricas e oficinas⁵¹.

Continua seu relato comentando as deliberações tomadas em praça pública onde prevalecia, “**como soe acontecer nas multidões não a vontade collectiva**”, mas, a vontade dos mais fortes, ou que melhor saibam se impor. Os operários aderiram “por espírito de imitação” ou “receio de desgostarem a maioria”. Adveio a paralisação completa “**agravada pela prática de violencias a propriedade e ameaças à segurança individual**”. O Chefe de Polícia que, de início, estava como mediador da questão, diante da “feição de desordem” assumida pela greve, toma medidas drásticas, dentre elas a “**captura dos agitadores, que dirigiam o movimento**”. Foram presos Octavio Prado “o principal responsável” e mais “dous conhecidos companheiros”. A seguir foram presos também “outros mais exaltados”.

E prossegue o Sr. Delegado em seu relato:

Muitas outras detenções pessoais, foram realizadas nas restantes horas desse dia e da noite seguinte, acabando por esta forma com a prepotencia dos grevistas (...) tendo todos se entregue à prisão sem a menor resistencia. Com o emprego dessas medidas e de outras foi extinta a

51 Relatório Delegado de Polícia, 1917, p. 32-3.

agitação provocada por maos elementos sociaes, disfarçados em greve operária, tendo a cidade voltado à sua vida ordinária⁵² (gripo meu).

A idéia de que o movimento foi uma agitação provocada por “maos elementos sociaes”, disfarçada em greve operária, não era exclusiva do Sr. Delegado Auxiliar. Ela era respaldada por quase todos os empresários da cidade, que declaravam “que seus empregados não se encontravam em greve, mas sim tinham sido dispensados do trabalho apenas para evitar conflitos, e se declaravam satisfeitos e não tinham exigencias de caráter a fazer”, conforme nos informam Luiz Carlos Ribeiro, em seu estudo sobre a Memória, Resistência e Trabalho⁵³, e a grande imprensa, principalmente o “velho e responsável órgão” **A República**⁵⁴.

Ou seja, autoridades, classes dirigentes e grande imprensa concluem pela “inexistência de greve”, e sim, desordem provocada por “agitadores” de “orientação subversiva”, tomando “feição sedicosa”.

Com tal suporte, a polícia passa, então, a prender os grevistas e principalmente os líderes do operariado. Alguns deles, como o já citado Octavio Prado, foram enviados à prisão da Força Pública e desaparecem do cenário curitibano (talvez extraditados).

Outros “menos perigosos”, mas compondo as lideranças, são presos correcionalmente, e identificados no Gabinete de Identificação e Estatística como “desordeiros”, como o comprova o mapa daquele Gabinete para o 3.º Trimestre de 1917. Neste mapa, 41,2% das identificações são na rubrica “desordem”, e realizadas nos dias 21-24 e 25 de julho, os dias de maior agitação do movimento grevista. Dentro os identificados nesta categoria estão Reynaldo Parodi e Amaro Santa Ritta, dois líderes operários, sendo que o se-

52 Relatório Delegado de Polícia, 1917, p. 32-3.

53 RIBEIRO, p. 186.

54 A República enfatiza a “falta de ordem nas idéias que presidião o movimento”, e o “tal estado de desordem a que chegou o movimento operário em nosso meio”.

O Diário da Tarde discorda da versão de inexistência de greve, mas propõe diálogo entre as diversas categorias de trabalhadores, representadas por comissões, para que se tirasse a greve das ruas “crporiada nessa massa que percorria as ruas e já cometia até predações”.

gundo deles chegou a integrar a Comissão Operária que tratava dos assuntos da greve.

Preso no dia 25/07, Santa Ritta foi identificado como “desordeiro”, e como no momento estava desempregado, recebe, por parte da imprensa, a pecha de “desocupado”.

Amaro Santa Ritta, ex-empregado da Estrada de Ferro, há muito que anda desocupado, isto é “trabalhando no desvio”. Estourando o movimento grevista, Amaro julgou scr-lhe conveniente tomar parte ativa entre o operariado e nesse propósito aliou-se aos cabecilhas, com os quais andou explorando os verdadeiros homens prejudicados no trabalho⁵⁵.

Temos assim confirmada, mais uma vez, a ocultação que as classes dominantes fazem, através do seu discurso, das contradições por que passa a sociedade. No entanto, omitir ou “não enxergar” os desajustes sociais não significa resolvê-los, e se alguns são tratados como “passageiros”, outros se apresentam como crônicos e de difícil solução, necessitando a aplicação constante de “remédios”, os mais eficazes que se apresentem, dada a qualidade do “morbo social” que lhes é atribuída.

Trata-se do combate ao jogo, à prostituição e da atenção à “infância abandonada”.

2.3. Jogadores

Diferentemente das contravenções embriaguez e desordem, cuja repressão atinge basicamente as classes pobres ou elementos subversivos — a prática do “jogo” merecerá comentários das autoridades e da imprensa, envolvendo todas as classes sociais, ainda que seu combate atinja preferencialmente as classes inferiores.

O jogo é visto como “hábito detestável”, “negócio escandaloso”, uma espécie de vadiagem, que degenera a sociedade e “perde” o indivíduo para o trabalho, além de produzir “uma certa ebriedade levando muitas vezes seus adeptos à perpetração de crimes⁵⁶.

55 Diário da Tarde, Curitiba, 26 jul. 1917.

56 Relatório Chefe de Polícia, 1896. p. 29.

E o pior nesta “doença” social é que ataca indistintamente tanto as “camadas inferiores” como a alta sociedade, esta que deveria dar àquela o exemplo de boa moral e bons costumes.

Mesmo “atacando” toda a sociedade, a ação policial se fará preferencialmente contra as modalidades de jogos mais populares — dentre eles, o “jogo do bicho” — e no combate às “casas de tavolagem”. Esporadicamente visitará os “clubes elegantes” na busca de indícios comprometedores. É certo, no entanto, que muita atividade repressora da polícia e dos clamores da imprensa esbarra necessariamente na corrupção policial, o que explica as alternâncias de períodos relativamente calmos com outros onde não se medem esforços na “moralizadora pugna”.

Esses períodos são facilmente identificados pelos registros de prisões, notícias na imprensa ou comentários policiais, número de inquéritos e de indiciados.

Entre 1899 e 1920 foram efetuadas por volta de 150 prisões por jogo e, dessas, foram instaurados 32 processos. Esse número de prisões provavelmente é inexato pois, em alguns anos, encontramos, na imprensa, referências a “prisões de diversas pessoas que se encontravam negociando bichos”, sem contudo, localizar essas prisões nos respectivos mapas.

A importância da observação avulta quando do cotejo das notícias dos jornais com as estatísticas policiais de 1904 e 1906. Para 1904, os jornais acusam prisões de diversas pessoas, não encontradas nem nos mapas de prisões correcionais, nem no de presos indiciados. Para 1906, localizamos nas notas da imprensa 11 prisões correcionais e 14 prisões, cujos infratores foram indiciados e julgados, e nenhuma referência na estatística policial. Deficiência estatística ou corrupção policial? Difícil dizer.

Embora o Código Penal (1890) prescreva como contravenção todos os “jogos de azar”, e alguma repressão se tenha feito a jogos diversos e “casas de tavolagem”, o grande visado será o “jogo do bicho”.

A terrível praga do jogo do bicho, que jamais extingui-se na Capital, apesar de estar fora da lei, de novo assume

as gigantescas proporções, invadindo sorrateiramente e criminosamente todas as camadas sociais. Quando no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Bahia, e em outras capitais a polícia age com a máxima energia na perseguição dos especuladores (...) aqui vemos o vergonhoso mal adquirir o maior incremento com enorme sacrifício para as classes pobres da sociedade.

(...)

Parece que vai raiando uma nova era de ganho e de fortuna para os bicheiros... (que) vão penetrando no seio das famílias, nas oficinas, por toda parte, oferecendo os seus bilhetes. Pedimos, em nome do povo ao ilustre Sr. Dr. Chefe de Polícia, que não de tréguas a esses coveiros da ruina publica⁵⁷.

Alguns meses depois, ainda em 1910, o Diário da Tarde retorna ao “malfadado assunto”, cobrando da Polícia uma ação enérgica contra a “jogatina desenfreada”, antes que Curitiba retorne aos “tempos nefastos em que o jogo do bicho resumia em si a maior preocupação da população curitibana”, e propõe “guerra ao jogo do bicho”, conclamando a polícia a “cumprir o seu dever”⁵⁸. E, na continuidade da crítica à inoperância policial, insinua “alguma proteção indebita a algum bicheiro mor”⁵⁹.

A polícia reage a essas críticas efetuando algumas prisões e promovendo “cerco” a diversas casas suspeitas de serem de “tavolagem”, e apreendendo material de jogo.

Passada essa contenda entre imprensa e polícia, o jogo se torna objeto de referências esporádicas à prisão ou apreensão de material, o que não quer dizer que tenha sido extinto ou que sua prática tenha diminuído. Ao contrário, continuam operando não só os “negociantes de bichos”, como também joga-se nas casas de tavolagem e mesmo nos clubes elegantes.

Nova “cruzada” “visando extinguir o jogo neste Estado” é desencadeada, em 1904. Sob os aplausos da imprensa, a polícia investe contra jogadores de cartas, dados, víspera, apreende material, fecha casas de jogo, “onde também prolifera a prostituição”, aprisiona e processa jogadores e pro-

57 Diário da Tarde, Curitiba, 29 jan. 1901.

58 Diário da Tarde, Curitiba, 08 mar. 1901.

59 Diário da Tarde, Curitiba, 12 mar. 1901.

prietários, apreende utensílios de jogo, e principalmente investe com cerrada vigilância e repressão contra os que se dedicam ao “indecroso meio de vida” que é o jogo do bicho.

Segundo a imprensa, essa campanha colhe “belos resultados” pois, “receiosos da severa punição”, “numerosos bicheiros deixaram esta Capital”, “outros ocultaram-se”, diversos “continuam presos”⁶⁰.

A “cruzada” continua, pois “Consta-nos que a ação da polícia vae se fazer sentir também em associações e clubes existentes nesta Capital, e onde existem também jogos proibidos”⁶¹.

Não se deixe de consignar, por ser bastante elucidativo sob o ponto de vista da preocupação com as elites que, nas “visitas” ao Clube Curitybano para verificar “se alli ainda jogavam jogos de azar”, e ao edifício do Jockey Club Paranaense os comissários nada encontram de “suspeitas”⁶².

Se o jogo devia ser perseguido, pois era um meio de perdição, de vadiagem inaceitável numa “sociedade de trabalho”, a venda de bilhetes constituía, para alguns segmentos mais pobres da população (inclusive menores), a única forma de sobrevivência, e uma determinada forma de aposta (as brigas de galo) era um dos poucos lazeres dos segmentos pobres, moradores nos arrabaldes da cidade.

As brigas de galo, ou rinhas, eram tradicionais e largamente difundidas, havendo já se constituído em Associação, o Club Rinhadeiro Curitybano; não se enquadravam no artigo 370 do Código Penal, que prescrevia os jogos de azar, eis que, à semelhança das corridas (a pé ou a cavalo), o ganho ou a perda nas apostas não dependia exclusivamente da sorte.

No entanto, considerando esse divertimento “ajuntamento de gente perniciosa” e os rinhadeiros “jogadores de vícios deformadores dos sentimentos bons da população”⁶³, o vereador Romário Martins apresentou à Câmara, em 1905, projeto que proibia a briga de galo.

60 Todas as informações sobre a ação policial em repressão ao jogo foram extraídas das notas dos jornais *Diário da Tarde* e *A República*, 1906, 1907 e 1908.

61 *Diário da Tarde*, Curitiba, 05 e 07 out. 1907.

62 *Diário da Tarde*, Curitiba, 19 out. 1905.

63 *Diário da Tarde*, Curitiba, 19 out. 1905.

Os rinhadeiros protestam contra a pecha de “gente perniciosa”, contra o elitismo e contra a injustiça do vereador em querer tirar-lhes “o divertimento barato, dos Domingos, únicos dias que tem para desabafar da atmosfera mafiosa das oficinas, para se distrairem das agruras dos trabalhos diários do ganha pão”⁶⁴, e afinal não estavam cometendo crime.

Argumentam ainda, que ao invés de querer ensinar moralidade aos “bárbaros”, “mal-educados”, o representante do povo deveria voltar suas “moralizadoras vistos” ao jogo do bicho, à roleta e a outros que corriam nos Clubes.

A argumentação dos rinhadeiros com referência aos jogos praticados nos Clubes, ou pela camada mais alta da sociedade, reaparecerá em outros momentos, principalmente como crítica à polícia pela sua “atuação” nos chamados “meios elegantes”,

Não há razões de ordem sociológica que mandem encarcerar os pequenos jogadores deixando livre os grandes (...) (...) falta à polícia a coragem precisa para exercer a justiça completa (...) assinalando com os parágrafos do Código Penal todos os jogadores, indistintamente, de qualquer categoria, de casaca ou andaina, recamados de brilhantes ou maltrapilhos. A família é uma só e das mais sórdidas e funestas⁶⁵.

ou ainda, em denúncias de corrupção policial, feitas através de cartas publicadas pela imprensa, como esta, na qual

Um admirador e assíduo leitor desse jornal que há dias combate a desenfreada jogatina que lavra em Curitiba, solicita a publicação do seguinte: No American Club, sociedade constituída de jogadores e que tem sua sede social numa das principais ruas da nossa capital, deu-se ante-hontem, à noite, um incidente entre dois indivíduos que se entretevam jogando com muitos outros companheiros. Esse incidente, que teve origem num desacordo no jogo, poderia ter fatais consequências (...) Armas entraram em ação, e os chefes, (...) na impossibilidade de acalmar os animos exaltados (...), pediram auxílio da polícia.

64 Diário da Tarde, Curitiba, 19 out. 1905.

65 Diário da Tarde, Curitiba, 31 jul. 1909.

Esta lá esteve e nada fez em atenção a pedidos que lhe foram feitos. Entretanto o caso demonstra gravidade, e é preciso que o Sr. Chefe de Polícia, deixando de parte os interesses, proceda energicamente contra aquella autoridade, que deixa de cumprir os seus deveres em desabono da sociedade e da justiça, para fazer amigos e angariar sympathias. Aguardamos uma providência qualquer da parte do Sr. Chefe de Polícia do Estado⁶⁶.

As reclamações contra a não-atuação da polícia na repressão da classe alta estão mais ligadas ao exemplo que ela devia dar aos menos favorecidos, afinal ela é o paradigma da civilização e, como tal, deve ser imitada. Ao se entregar a hábitos condenados pela sua própria moral, não tem como justificar as tentativas de moralizar as classes inferiores. Já bastavam, segundo essas consciências, os jogos de loteria, cuja venda de bilhetes infestava a cidade de desocupados, mendigos e menores, que se entregavam a esse mister.

As loterias eram legais e não se podia impedir a venda de bilhetes. A polícia, ante a impossibilidade legal de erradicar os ambulantes vendedores de bilhetes, tomará uma série de providências para, pelo menos, contratá-los.

Uma das primeiras dessas medidas foi a organização de um registro geral de vendedores de bilhetes. Ou seja: a pessoa deveria registrar-se como cambista, para receber a licença de vendedor. Assim se distinguiria o trabalhador do desocupado. Outra providência foi a tentativa de impedir que menores exercessem essa atividade, considerada pelo Chefe de Polícia como exploração. A Câmara de Vereadores veta projeto nesse sentido, no intuito de garantir a liberdade de trabalho aos menores de 14 para mais⁶⁷. Para a polícia essa era uma atividade “imprópria à idade e compreensão (sic) física dos menores” e conclama as agências a não fornecerem às crianças os tais bilhetes⁶⁸.

Alguns anos mais tarde, a venda de bilhetes ficará restrita aos inválidos⁶⁹.

66 Diário da Tarde, Curitiba, 15 set. 1913.

67 Relatório Chefe de Polícia, 1911.

68 Diário da Tarde, Curitiba, 13 maio e 02 dez. 1911.

69 Relatório Delegado Bernardo M. Garecz, 1917.

Como se não bastassem os jogos já disseminados entre a população, aparecem em Curitiba as “machinas caça-nickeis”, mais um meio de explorar as “pessoas ingenuas” e crianças. A primeira delas é apreendida em 1914, mas a imprensa adverte: “na cidade existem muitas”⁷⁰.

Os anos finais do período pesquisado marcam nova “querra do jogo”, encetada pela polícia. Nova onda de prisões, fechamento de casas de tavolagem, fechamento de agências de loterias disforçadas para venda de bilhetes de bicho.

Os resultados, em 1917, são considerados positivos, mas são passageiros. Voltam as autoridades policiais a se referirem a novo surto do vício (o jogo), ao mesmo tempo em que o jogo do bicho “alastra-se como planta daninha”⁷¹. A imprensa volta a noticiar conflitos em casas de tavolagem, ou motivados por jogo, prisões, fechamento de casas de jogos, etc.

E afinal, o Chefe de Polícia admite:

Quanto à contravenção do jogo são bem conhecidas as dificuldades que se antepõem à ação repressiva da Polícia; são inúmeras e poderosas, começando desde a interpretação e praticabilidade das leis, agravadas ultimamente pela concessão de licenças para sorteios e loterias, que são meros disfarces ou embustes, redundando todas elas em verdadeiro e franco jogo, chamado do “Bicho”⁷².

2.4. Meretrizes

O lenocínio, assim como a vadiagem, era considerado uma das formas de resistência à integração ao sistema econômico e político.

Classificado entre os crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias*, sua prática e em especial seu objeto de exploração — as meretrizes — serão alvo da atenção das autoridades, da imprensa ou de meros cidadãos, em defesa da moralidade pública.

70 Diário da Tarde, Curitiba, 16 maio 1914.

71 Relatório Delegado de Polícia 1.º Distrito, 1918. p. 45.

72 Relatório Chefe de Polícia, 1920. p. 11.

Sob essa justificativa — defesa da moralidade pública — atuará a Polícia, ao longo do período pesquisado, seja vigiando e reprimindo ambientes de sociabilidade, seja afastando as meretrizes das ruas consideradas mais movimentadas e tentando também localizar a zona do meretrício.

Na prática repressiva a questão do lenocínio — prostituição — foi tratada sob diferentes enfoques e, tal qual o jogo, passou por diversos momentos de controle e cruzadas de moralização. Cáftens e meretrizes, apesar da estreita vinculação, sofreram diferentes sanções dos agentes controladores.

Agentes controladores, neste caso, foram as autoridades policiais, as autoridades sanitárias, as autoridades religiosas, como também foi a própria sociedade que, através de denúncias pela imprensa, solicitava a ação do aparelho policial para coibir os atos “atentatórios à moral e aos bons costumes”.

A ênfase ou retração do controle ao fenômeno podem ser detectadas no conjunto da documentação analisada. A exemplo da repressão ao jogo, o relato do combate ao lenocínio é transmitido segundo os interesses do momento.

Os Relatórios policiais refletem uma ação primeiramente pontual, que culmina com uma grande cruzada de “moralização e saneamento social”, encetada nos últimos anos pesquisados. Já as notas de imprensa refletem seu papel de norteadora do coletivo, apresentando denúncias, críticas à inércia da polícia ou aplausos às ações moralizadoras, de acordo com seu posicionamento na ordem política.

Se tomarmos as estatísticas policiais ou judiciárias como parâmetro da repressão ao caftismo e ao meretrício, podemos chegar à conclusão que, em Curitiba, muito pouco se atentava contra a moral pública, pois abstraídas as prisões e processos sobre raptos e defloramentos — que merecem uma análise à parte — não encontramos grande percentual de prisões nas rubricas “atentado ao pudor” ou “ofensa aos bons costumes”. Positivamente, não chegam a 1.000 as prisões assim classificadas, como também é diminuto o número de indiciados por crime de lenocínio — 4 processos, 2 inquéritos e 2 prisões por suspeita.

Sendo as mulheres, em regra geral, o principal alvo das figuras penais que punem crimes ligados à moral, vejamos como se distribuem, proporcionalmente, entre as diversas rubricas classificatórias, as prisões por elas sofridas (Tabela III).

TABELA III

Prisões de mulheres segundo o tipo de infração

Infrações	1894-1898	1804-1908	1916-1920
Turbulência	24,8	—	—
Desordens	36,8	22,0	20,6
Embriaguez	20,0	44,0	14,4
Embriaguez e desordem	—	2,9	30,5
Vadiagem	—	7,0	3,4
Ofensa à Moral	—	0,5	2,7
Averiguações	—	1,8	3,8
Outros*	18,4	21,8	24,6
	100,0	100,0	100,0

Fonte: R.S.J.C.P.

Defrontamo-nos novamente com a imprecisão classificatória de comportamentos no momento da prisão, como também, e principalmente, com a dissimulação do que realmente se está reprimindo.

Os maiores percentuais de prisões concentram-se nas rubricas embriaguez e desordem e na classificação que combina as duas contravenções. Segundo informações da imprensa, essas prisões ocorriam em bailes, em reuniões e bares "suspeitos", freqüentados por indivíduos "declassificados", "caftens", "vagabundos" e "mulheres depravadas". Rotulando essas mulheres como ébrias, ou quando muito, desordeiras, o que as autoridades policiais fazem, é mascarar uma realidade social sob comportamentos individuais, mas de caráter passageiro, e que, afinal, não constitui conduta criminosa. Acaba-se com o "baile", prendem-se os embriagados e os que estão provocando desordens e dá-se por cumprida a missão.

* Compreende gatunagem, furtos, rixas, lesões corporais, infanticídio, homicídio, jogo e prisões por motivos não especificados.

Em contrapartida, ao nos determos na leitura dos diferentes discursos oficiais ou veiculados pela imprensa, sobre a prostituição nos deparamos com uma outra realidade.

Devemos de início, ao realizar a leitura sobre a prostituição, ter em conta a diferença entre o exercício desta e a exploração do lenocínio. Assim poderemos melhor entender as estratégias de controle e vigilância utilizadas com referência às meretrizes.

As pessoas que vivem de explorar o meretrício, comumente conhecidas como “cáftens”, embora passíveis de sofrerem penalidades previstas no Código Penal — por exercerem tal especulação — são vistas, nessa sociedade de trabalho, como uma espécie de vadios, desclassificados, que se recusam a “tomar ocupação honesta” e vivem na ociosidade, auferindo lucros de um comércio infame”.

Mais que um crime, o caftismo é tido como um modo de ser delinqüente e pernicioso, e contra tal “atividade” se voltam os olhos dos cidadãos competentes encarregados de zelar pela saúde moral da sociedade.

Em 1899, o jornal Diário da Tarde trazia a seguinte notícia:

Será possível?

Disseram-nos hoje que há nesta cidade várias casas de caftismo exercido por mulheres. Nessas casas pernoitam creadas que são assim exploradas pelas caftinas. É mesmo devido em grande parte a isso, disseram-nos “que a maioria das creadas recuza-se a tomar commodo em casa dos patrões”.

Registrados a notícia e entregamos à polícia o conhecimento do que nisso possa haver de verdade⁷³.

Embora os Relatórios não façam, no início do período estudado, referências expressas aos cáftens, mas sim aos “bordeis e picheruns”, e poucos processos foram instaurados contra a prática do lenocínio (conforme já exposto quando nos referimos à estatística), as medidas controladoras e punitivas intentadas num determinado momento — 1912-1913 — demonstram a apreensão dos poderes constituídos com esta figura penal.

73 Diário da Tarde, Curitiba, 04 jul. 1899.

Como medida controladora, a identificação, convencionada pelos Policiais em 1912, nivela o grau de periculosidade social dos praticantes do lenocínio, aos deportados e expulsos do país e aos abigeos⁷⁴. Como medida punitiva, o projeto de “ pena de chicote” para os caftens, apresentado a Câmara dos Deputados, conforme noticia a imprensa:

Na Camara dos Deputados foi apresentado um projeto estabelecendo a pena do chicote para os caftens. Esse castigo já existe na Inglaterra desde há muitos annos. Apesar da sua selvageria não se coadunar com o espírito dos tempos modernos talvez só mesmo perseguindo-os a rebenque, sem tréguas, consiga-se algum resultado, na campanha contra os negregandos mercadores de carne branca. Seja para legislar a discutível e, talvez, inadmissível pena das vergastadas, seja para adoptar medidas mais suaves, o certo é que o nosso parlamento não deve cruzar os braços diante da invasão de rufiões. Diversas vezes temos nos referido nestas colunas à lei Palacios que conseguiu fossem expulsos da Argentina mais de 20 mil caftens. Somos um paiz de imitadores e não será demais que copiemos a Argentina já que o nosso sentimentalismo de meridionaes não tolera o rigor do castigo corporal para a classe de crimes perpetrados pelos caftens⁷⁵.

Diferentemente do caftismo, cuja prática é passível de ação penal, o ser prostituta não constitui ação criminosa da qual a pessoa deva arrepender-se e “ dedicar-se à outra profissão”.

Mais que um modo de delinqüência, a prostituição é classificada pelo saber médio policial como um vício, uma “chaga que corroe a nossa sociedade, morbo digno de estudo nas suas causas, nas suas modalidades e nos seus consecutários”⁷⁶.

Considerada o oposto do ideal de mulher honesta, recatada, dedicada ao lar e aos filhos, submissa, a meretriz será vista como mulher pública, depravada, que rejeita o casamento e a maternidade, preferindo gastar suas horas em busca

⁷⁴ Convênio Policial Brasileiro, cf. relatório do Delegado Dr. Mario de Castro Nascimento, 1912, p. 18.

⁷⁵ Diário da Tarde, Curitiba, 11 nov. 1913.

⁷⁶ Relatório Delegado de Policia Antonio Rodrigues de Paula, 1917. p. 358.

do prazer. Seu modo de ser extravagante, nas vestes, nos gestos, seu gosto pelo álcool e pelo fumo, pela música, pela algazarra, afrontam e ofendem⁷⁷. No entanto, a existência da meretriz “é uma necessidade vital, (...) uma válvula de segurança social”⁷⁸ no dizer do saber médico.

Mesmo tendo-se em conta a “necessidade” da prostituição, mas atributo natural ou vício do ser prostituta, reproduz-se, na pequena Curitiba, a exemplo de outras cidades maiores, a estratégia médico/policial de vigilância e controle da prostituição em termos sanitários e morais.

A ação da polícia que se fazia de modo pontual, através do policiamento noturno da cidade, e de “visitas” aos locais onde se realizavam “ajuntamentos suspeitos”, proibindo bailes e reuniões ao “som de gaitas e violões” — locais onde quase sempre “surgem conflitos” — e de prender correcionalmente embriagadas e desordeiras, passa a ser mais dirigida visando conhecer o mundo da prostituição, para melhor reprimir ofensas à moral e aos bons costumes.

Conhecer o mundo da prostituição significaria registrar as meretrizes e inspecionar os locais onde viviam.

Com tal objetivo, o Chefe de Polícia Dr. Vieira Cavalcanti adota, sob aplausos da imprensa, medidas eficazes de controle: “todas as meretrizes residentes nesta capital serão identificadas e fotografadas no Gabinete de Identificação, organizando-se assim um registro geral com todas as indicações possíveis; ainda mais, os bordéis, as casas de tolerância, as casas suspeitas, serão rigorosamente inspecionadas, ficando sob as vistas da polícia”⁷⁹.

Além do registro no Gabinete de Identificação, deveriam as meretrizes, obrigatoriamente “tirar carteira no serviço de hygiene policial”⁸⁰.

A polícia queria as casas de tolerância sob suas vistas, mas de forma a não constranger a população, que circulava pela cidade. A solução é expulsá-las do centro da cidade.

77 Cf. estudo de RAGO, L. M. **Sem Fé, Sem Lei, Sem Rei**; liberalismo e experiência anarquista na República. Cap. II. Colonização da mulher, em especial, parte 4. O sequestro da sexualidade insubmissa. Campinas, 1984. Dissertação, Mestrado, Unicamp.

78 FERRAZ DE MACEDO, cf. citação de RAGO, p. 136.

79 Diário da Tarde, Curitiba, 18 ago. 1914.

80 Diário da Tarde, Curitiba, 18 ago. 1914.

Como medida preventiva e de moralidade pública, determinei pela Portaria n.º 34, de 16 de março deste anno (1916), a mudança das meretrizes que residiam nas ruas mais movimentadas da Capital para outras menos centrais e por onde não fosse forçado o transito da maioria da população⁸¹.

A expulsão das meretrizes do centro da cidade marca o início da ação policial no intuito de controlar a circulação e circunscrever o espaço das mulheres de “má vida”, ao mesmo tempo que as exclui da “visibilidade” da população.

Ao mesmo tempo, intensifica-se o combate ao lenocínio através de rigorosa fiscalização às casas suspeitas, fechamento de pensões-bordéis, “proibição de mais de duas mulheres morarem na mesma casa”⁸².

As tentativas de resistência às determinações da Polícia esbarraram na violência policial, que cerca as casas interditadas impedindo a entrada de pessoas estranhas, e inclusive na Justiça, pois esta decide, ao julgar uma apelação, “que a polícia, no exercício de suas funções pode localizar o merecício para evitar a violação do art. 282 do Código Penal”⁸³.

O ano de 1919 marca o ápice da cruzada de repressão ao lenocínio, quando a Polícia investe novamente sua ação contra o “proxenitismo, praticado escandalosamente em nossa capital”⁸⁴. A imprensa acompanha a comitiva policial em suas visitas às casas luxuosas ou bordéis baratos, e em sugestivas reportagens cujos títulos anunciam: “os abismos da moral”: — A polícia saneadora: ou “Nas regiões do vício”: — a Campanha saneadora, se prodigaliza em descrições dos ambientes e das entrevistas, e em elogios à autoridade “cometida de zelar pela garantia material e moral de seus jurisdiccionados”⁸⁵.

Por sua vez, a autoridade sanitária redobra seus cuidados no combate à sífilis. Diante do descumprimento de interdições, determina:

81 Relatório Chefe de Polícia, 1916. p. 8.

82 Relatório Delegado Antonio Rodrigues de Paula, 1918. p. 45.

83 Relatório Procurador Geral da Justiça, Clóátorio de Macedo Portugal, 1916. p. 5.

84 Diário da Tarde, Curitiba, 31 jul. 1919.

85 Diário da Tarde, Curitiba, 31 jul. 1919 e 02 ago. 1919.

De hoje em diante serão affixados boletins informando quaes as mulheres doentes, os quaes boletins serão collocados a traz da porta da rua de todos os prostíbulos. Estes boletins serão assignados pelo director do Dispensario, e por meio delles o publico masculino poderá fiscalizar a efficiência dos serviços de prophylaxia da syphylis, concorrendo também para ella⁸⁶.

Apesar dessas medidas, no ano seguinte um delegado registra: “parece incrível, mais vai aumentando de modo assustador o numero de mulheres que se entregam à prostituição”⁸⁷ e alguns anos mais tarde, o Chefe de Polícia volta a se referir que

Por insufficiencia de habitações, em bairros determinados desta Capital, não é possível localisar o meretrício. Isso dificulta uma vigilancia rigorosa a que devia elle ser submetido. Contudo a Polícia tem trabalhado no sentido de evitar que as meretrizes se conservem pelas portas e janelas de suas casas e que perturbem o socego das famílias com algazzaras nocturnas⁸⁸.

2.5. Menores abandonados, menores delinqüentes

Tal qual a “falsa mendicidade, a embriaguez habitual, o meretrício escandaloso, a vadiagem, os levantes freqüentes e perigosos, a infância desprotegida e abandonada” (grifo meu) constituía-se um dos “problemas fundamentais que o Policial tem de encarar de frente, para impedir que a sociedade honesta seja esmagada e vencida pelo vício”⁸⁹.

A exemplo do poder médico, que constitui a infância num objeto privilegiado da convergência de suas práticas, pela qual procuram legitimar a necessidade de sua intervenção na sociedade, como orientadores das famílias ou como conselheiros governamentais⁹⁰, o olhar disciplinador do policial detém-se na figura do menor desprotegido — a fim de evitar que “fiquem entregues à miséria e ao vício”⁹¹ — e do menor

86 Diário da Tarde, Curitiba, 15 out. 1919.

87 Relatório Delegado Antenor Coelho. 1920. p. 27.

88 Relatório Chefe de Polícia, 1926. p. XII.

89 Relatório Delegado Antenor Coelho, 1920. p. 21.

90 Cf. RAGO, p. 189.

91 Relatório Promotor Enéas Marques dos Santos, 1911. p. V.

delinqüente — procurando neles “incutir hábitos de trabalho e educar”⁹² — justificando dessa forma sua interferência na sociedade.

O Código Penal de 1890 estabelecia a responsabilidade penal aos menores a partir de 9 anos completos. Esses menores, quando inculpados e condenados, “por terem agido com discernimento”, se numa faixa de idade entre 9 e 14 anos, deveriam ser recolhidos a estabelecimentos industriais ou de regeneração. O cumprimento da pena disciplinar poderia se estender até os 21 anos, caso o menor fosse considerado vadio.

Essa determinação reflete o encaminhamento que se dá à construção da “sociedade civilizada” intimamente ligada à idéia de progresso e de trabalho, e se ajusta à realidade da emergência do trabalho livre, quando crianças, ainda em pouca idade, passam a fazer parte da força de trabalho nas fábricas e oficinas.

Determinando que o menor infrator fosse “corrigido” através de pena disciplinar de trabalho, a lei deixa implícita a preocupação de seus autores com os “meninos pobres” e sua inserção na sociedade, embora como força de trabalho desqualificada.

A preocupação com o trabalho informa também a correlação que se estabelece entre menoridade e desrespeito às normas sociais, pois são freqüentes as referências, desde o século XIX, a “menores vadios”, “ratoneiros”, “viciosos”, “meninas prostitutas”, “desordens provocadas por meninos e meninas desocupados, entregues à vida desenvolta e prejudicial”⁹³.

Diferentemente da idéia de adolescência, demonstrada por Philippe Ariés, no Brasil aparece a figura do “menor” que no dizer de Boris Fausto “só na aparência (se aproxima) do adolescente, e aplica-se em toda a extensão aos meninos pobres”⁹⁴.

Em Curitiba, a questão dos menores abandonados ou delinqüentes perpassa todo o período analisado.

92 Objetivos inscritos na Lei de Criação do Instituto Disciplinar, E.P. 1902.

93 Cf. notas de imprensa e registros policiais — 1885 e 1886.

94 ARIES, Philippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien Régime*. Paris, Seuil, 1960. p. 19. FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano*. São Paulo, Brasiliense, 1984. p. 80.

Havia na cidade dois orfanatos mantidos por Irmãs de Caridade, subvencionados pelo Estado. O orfanato do Cajuru, para meninas, e o São Luis para meninos. No entanto, eram instituições bastante modestas e cujas instalações não podiam abrigar grande número de crianças.

As autoridades enunciam constantemente a necessidade da criação de Institutos Assistenciais que pudessem dar conta tanto da recuperação de delinqüentes, como de atender crianças órfãs, abandonadas, mendigos e pequenos vadios. Aos primeiros propunha-se um Instituto Disciplinar, aos segundos, Colônias Infantis, ao exemplo das **Ragged Schools** inglesas, destinadas

as creanças desvalidas, que, desde a idade de 7 anos, nella poderão entrar e conservar-se até os 18 annos sob a protecção do poder publico, que lhes ministra não só os meios de subsistência, como a educação physica, moral e civica, e, sobretudo, o ensino profissional na agricultura e na industria⁹⁵.

Por sua vez, a imprensa noticia constantemente prisões de menores, por estarem quebrando vidraças, danificando árvores, mendigando sem licença, cometendo pequenos furtos, provocando desordens e, principalmente, agindo na estação ferroviária, assaltando passageiros descuidados.

Também através da imprensa, a população encaminha reclamações e solicita ação policial contra meninos que fazem algazarras, provocam transeuntes, ou praticam atos de “vandalismo”.

Pedem-nos, para chamar a atenção da polícia sobre um grupo de meninos belicosos que situam-se ordinariamente à noitinha na esquina das ruas Riachuelo e Serrito, dirigindo chufas aos transeuntes adultos e agredindo os outros rapazes de sua mesma idade.

Isso não seria ainda tão censurável, si fosse o caso de uma educação a moda de Esparta, afim de preparar desse modo futuros guerreiros.

No Brasil, infelizmente, só formam-se assim malta de capoeiras que convém pois a polícia reprimir em tempo⁹⁶.

95 Relatório Procurador Geral, Conrado Caetano Erichsen, 1911. p. 16.

96 Diário da Tarde, Curitiba, 02 fev. 1901.

Apesar de autorizada pela lei n.º 887 de 12 de abril de 1909, a criação de uma Colônia Infantil — Disciplinar e Premunitória, — durante toda a década seguinte, as autoridades reclamam a ineficácia de sua ação na repressão aos delinqüentes, uma vez que realizavam prisões correcionais, ou enviam os menores à Escola de Aprendizes de Marinheiros, de onde muitos desertavam, e não podiam efetivamente “corrigir” esses delinqüentes sem um estabelecimento próprio para sua reclusão.

Para a “infância desvalida e moralmente abandonada”, conclamavam a instalação de uma Escola Premunitória, onde o menor fosse assistido pelo poder público: “**no próprio interesse do Estado de evitar que perambulem pela via pública pequenos mendigos, que cedo ou tarde penetrarão nas trevas da delinquencia, começando pelos pequenos crimes até chegarem à degradação maxima**”⁹⁷.

Justificava-se a autoridade policial da ineficácia de sua ação, frente ao crescimento da “criminalidade” do menor, pela falta de instrumentos eficazes que lhe dessem ocasião de realizar a “ortopedia social” de adestrar e controlar um contingente marginalizado e potencialmente perigoso da população. Necessitava-se portanto e urgentemente cuidar da “educação”.

Crianças impelidas pelo desejo de revelar sua natural fraqueza, sua inclinação nativa para o mal, e mesmo sem terem amadurecido sufficientemente o seu discernimento, agarram-se fatalmente ao mal, ao vicio como unica tabôa de salvação. E mesmo ficou provado, apôs grandes investigações feitas pelos famosos sabios sociologos da vitoriosa escola Positiva ou Anthropologica, que a creança sempre mostrou tendencias bem caracterisadas para o mal, tendencias essas que são contrariadas lentamente pela educação, (...) (...) Que não succederia aos desamparados, sem educação e sem instrucçao?

Fatalmente seriam criminosos na sua maioria, obedecendo aos instictos naturalmente perversos do homem selvagem. O mesmo, porém, já não aconteceria (...) quando houvesse um instituto disciplinar: os sentimentos maleficos

97 Relatório Chefe de Polícia, 1912. p. 10.

transitorios que são inerentes às creanças, vão pouco a pouco desapparecendo. Ao contrario esses mesmos sentimento accentuar-se-ão para o mal, a ponto de em grão já bem adeantado tornarem-se habitos bem arraigados, constituindo-os em elementos deleterios, em pustulas tão raramente duraveis e constituindo ao mesmo tempo um elemento de desordem e perigo social. Tornar-se-ão inadaptaveis à sociedade⁹⁸.

Desassistidos, os menores cometem crimes. As autoridades e a população ficam alarmadas. “A criminalidade infantil no Paraná, principalmente na Capital, tem augmentado sensivelmente”⁹⁹, alerta o Chefe de Polícia. Somente em 1917 e 1918, passaram pelo Gabinete de Identificação e Estatística 168 menores, muitos deles reincidentes 3, 4 e até 6 vezes.

A maior incidência de prisões verifica-se na rubrica furtos e roubos, compreendendo desde “gatunagem”, pequenos furtos, realizados contra vendedores ambulantes, ou do mercado, até furtos maiores, em dinheiro e jóias, e arrombamentos. As autoridades acusam a existência de “uma quadrilha, perfeitamente organisada, composta de menores gatunos e que dia a dia augmenta o numero dos seus comparsas”¹⁰⁰.

Reclamando mais uma vez contra a inércia com a qual no Brasil se estava tratando o problema da infância abandonada e delinqüente, afirma pateticamente:

E é contra este lamentavel estado de cousas, contra a imperdoavel incuria dos responsaveis directos por tal situação, que se levanta a grita da imprensa bem orientada e o clamor dos homens de consciencia e de coração. E de outro assumpto eu não sei, com effeito, que mais possa apaixonar os espiritos de escol e exaltar as almas bem formadas. Preservar a infancia desprotegida dos miasmas contaminadores da corrupção arrancal-a do lodaçal do vicio em que se atasca, guial-a para o bem, com carinho e amor, reformar-lhe os habitos pela educação moral, literaria, e profissional, tornando-a apta para os nobres combates da lucta pela vida, é comesinho dever social a que se não podem furtar os dirigentes de boa vontade¹⁰¹.

98 Relatório Inspetor Antonio Francisco Nauffal, 1918. p. 56.

99 Relatório Chefe de Polícia, 1916. p. 8.

100 Relatório Chefe de Polícia, 1918. p. 21.

101 Relatório Chefe de Polícia, 1918, p. 21.

Finalmente, em 1920, relata aliviada a autoridade:

A quadrilha de gatunos precoces, que ha muito vinha alarmando a população desta cidade, pelas suas façanhas, e que já-se achava muito bem amestrada e aperfeiçoadas na arte de roubar, foi, graças a acertada orientação e benevolá intervenção de V. Exa., extincta, estando um dos mais audaciosos de seus membros cumprindo as penas que lhe foram impostas pelo juiz competente c os demais, reclusos no Patronato Agricola do Bachachery, que em bôa hora fôra criado, para gloria do Estado, instrucción e regeneração d'esses infelizes menores abandonados, cuja falta de bons conselhos e carinhos paternas, motivava a que andassem errantes e famintos pelas ruas desta Capital e commettessem toda a sorte de roubos e furtos¹⁰².

3. POLICIA E MISSAO

O discurso e a ação policial foram muitas vezes secundados pela imprensa, que por sua vez estava cumprindo seu papel de enfatizar a notícia policial pela qual “**torna aceitável o conjunto dos controles judiciários e policiais que vigiam a sociedade; conta dia a dia uma espécie de batalha interna contra o inimigo sem rosto; nessa guerra constitui o boletim cotidiano de alarme ou de vitória**”¹⁰³.

Nessa “batalha interna”, a inexistência da lei especial para punição dos pequenos delitos, constantemente reclamada pelas autoridades, deixa aberta a porta à violência policial.

Nos relatos oficiais, são raras as referências a atitude de policiais. Fala-se da necessidade de efetivos e da necessidade de “preparo” dos agentes quando se propõe a criação da Polícia de carreira ou a Escola de Polícia. No entanto, por diminutas, algumas notas chamam a atenção.

Uma delas, refere-se a um inquérito administrativo sobre a acusação feita, através da imprensa, a policiais carcereiros de terem provocado lesões em um dos detidos, vindo este a falecer¹⁰⁴.

102 Relatório Inspetor Antonio Francisco Nauffal, 1920. p. 311.

103 FOUCAULT, p. 251.

104 A conclusão a que chegou o inquérito, foi de que a morte do indivíduo se deveu a lesões provocadas por queda sob efeito epilético, isentando de culpa os policiais.

Outra nota se refere a elogios do Delegado de Polícia a seu corpo de guarda, ressaltando a ação de um praça que ao prender um “criminoso” que estava se evadindo, recusou-se a receber gratificação de populares, alegando estar “apenas cumprindo seu dever”.

Contudo, através da imprensa, podemos perceber o contra-discurso que deixa aparente a arbitrariedade e a violência policial.

Se bem que a própria sociedade, no interesse de ver coibidos com eficiência os desajustes que se apresentam referenda em determinado momento a violência policial alegando que: “ninguém poderá julgá-la violenta desde que ela procure agir no interesse de salvaguardar a moralidade pública e paz das famílias”¹⁰⁵, a regra geral é a imprensa servir de veículo às reclamações e denúncias à ação violenta e abusos da Polícia.

Durante todo o período, são publicados, a “pedidos” ou como relatos, depoimentos de cidadãos, “atacados em suas liberdades” pelos policiais sem terem dado motivo.

Uns presos como vagabundos, quando trabalhadores, outros por embriagados e desordeiros quando em “festas familiares” desrespeitosamente invadidas pela polícia; outros presos como suspeitos por estarem correndo à noite (iam à procura de um médico), e assim por diante, como por exemplo:

Ontem fui vítima do mais baixo e insólito atentado por parte da polícia, a qual sem motivo algum que motivasse esse seu ato, deu busca em minha casa, violando a minha residência de modo vandálico, e vergonhoso, tratando as pessoas de minha família como vulgares criminosos! Perante as autoridades competentes já lavrei o meu protesto, exigindo as satisfações que me são devidas. Ao público que me conhece e aos meus amigos em particular, escrevo estas linhas, como um desabafo a minha justa indignação contra um atentado tão indigno e vergonhoso, como esse de que fui vítima¹⁰⁶.

105 Diário da Tarde, Curitiba, 01 out. 1913.

106 Diário da Tarde, Curitiba, 20 abr. 1901.

Assim como a prisão arbitrária, era comum o espancamento dos presos, já desde o momento da detenção, demonstrando que, para esses policiais, bastavam as suspeitas para que se iniciasse a punição física, que muitas vezes continuava dentro da prisão.

O receio de ajuntamentos justifica, por sua vez, o combate à vagabundagem, quando se adota a prática do “sistema circulem”

... fica expressamente proibido o ajuntamento de pessoas desocupadas nas casas de negócios, bem como andarem em pé nas portas de casas comerciais e sentarem em grupos em frente às mesmas. Previne-se igualmente a todos os indivíduos sem ocupação, andarem em pé pelas esquinas, devendo os mesmos desta data em diante apresentarem-se licitamente empregados, sob pena de serem severamente corrígidos, os que não observarem a presente ordem¹⁰⁷.

Embora os Relatórios não façam referência, em algumas ocasiões se procediam a expulsões das fileiras do exército, de praças ebrias ou desordeiras. No entanto, essas medidas “saneadoras”, se de um lado “limpavam” o exército, de outro, deixavam esses elementos à deriva de entregarem-se à vadiagem, à bebedeira e de tornarem-se assassinos ou ladrões, no entender da imprensa.

Também os relatos sobre conflitos em bares ou em casas de tolerância incluíam sempre referências à presença de elementos que deviam olhar pela “defesa da honra e da moralidade pública”.

As reclamações, ou contradiscursos à ação policial, deixam claro a dificuldade que o aparelho policial tinha na prática em lidar com o legal/ilegal, lícito/ilícito, em diferenciar o trabalhador/vagabundo e principalmente de reconhecer no trabalhador pobre o cidadão que devia ser defendido.

No entanto, a defesa da ordem e moralidade pública, que informa a própria existência do aparelho repressor, no entender das classes hegemônicas, justifica a violência.

ACEITANDO E PRATICANDO A VIOLENCIA, O POLICIAL DESTA SOCIEDADE PODE SER COLOCADO EM POSIÇÃO QUASE QUE DIAMETRALMEN-

107 Diário da Tarde, Curitiba, 05 ago. 1909.

te oposta à do policial missionário, encontrado por Storch na Inglaterra Vitoriana.

Em suma:

A manutenção da “ordem”, na concepção liberal, pressupunha a vigilância e a conformação dos homens à imagem modelar dos países civilizados, e na perseguição de seu objetivo mais amplo — o desenvolvimento e prosperidade — o Estado acaba dependente de uma redefinição de justiça, moralidade e trabalho.

Em outras palavras, atingir o progresso significa a aceitação de uma “ordem social” sob a tutela da ação policial e penal.

A polícia torna-se então o instrumento do Estado que devia fazer “reinar a disciplina” e exerce a disciplinarização tanto através das prisões correcionais e cruzadas moralizadoras, como nos ambientes de seqüestro e confinamento, através de vigilância e do controle do tempo e da educação para o trabalho.

O exercício da vigilância trouxe em seu bojo, tanto reformulações do aparelhamento policial e formulações acerca da “civilização” das prisões, como também propiciou uma reelaboração da ordem urbana. Figuras penais, comportamentos e idéias se confundiam na objetivação que se fazia do controle social.

Nessa prática dispositivos técnicos mascaravam o exercício do poder num discurso que se apresentava como científico, racional e moderno. Assim se fez com o Gabinete de Identificação, que proporcionava à polícia informações minuciosas dos elementos que deveriam ser controlados — trabalhadores dos transportes, vendedores de bilhetes, mendigos, prostitutas..., os quais por sua vez interiorizavam a vigilância como meio de atingir a cidadania, anulando com esse procedimento seu potencial de resistência em se submeter às regras disciplinares. Assim também se fez a instalação de ambientes de seqüestro e confinamento, exemplificados pelas tentativas de localização do meretrício e pela criação de Instituto Disciplinares.

Classificando e seqüestrando comportamentos e gestos em vista da normalização, a polícia, na sua atuação cotidiana, institui seu próprio “*judiciário*” ao sancionar suas “relações muito íntimas com o direito de punir”¹⁰⁸. Tal violência é aceita e justificada pela elite privilegiada que “renuncia (...) a exorcizar o mal e aceita com ele conviver desde que esteja circunscrito e reprimido, portanto sob controle”¹⁰⁹.

O “mal” assim penalizado, ou seja, circunscrito e reprimido, realiza por sua vez a junção polícia/delinquência/ilegalidades. A forma de punição policial não apenas reprime as ilegalidades, mas as “diferenças”. Admite-se certa delinquência, inclusive no interior da própria polícia, onde se vê confundida a missão de salvaguardar a segurança dos cidadãos com a violência. Da mesma forma, institucionaliza-se sob diversas justificativas o ilícito organizado, como o jogo e a prostituição.

A construção da sociedade do trabalho passa pela atuação do instrumento controlador legitimado pelo Estado como agente de punição, e em última análise, pela punição, não a aplicação formal-jurídica de penas, mas aquela diluída no cotidiano, nas tramas do poder, materializadas no controle social ou vigilância.

REFERÉNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ARIES, Philippe: *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*. Paris, Seuil, 1960.
- 2 BRESCIANI, Maria Stella M. *Liberalismo: ideologia e controle social*. São Paulo, 1976. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.
- 3 DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 10 abr. 1899 - 15 out. 1919.
- 4 FAUSTO, Bóris. *Crime e cotidiano*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- 5 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- 6 MACEDO, Rafael V. G. *As meias, ligas e espartilhos que sufocaram nossos avós*. Boletim Casa da Memória. Fundação Cultural de Curitiba, s.d.
- 7 PARANÁ. Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. *Relatório*. Curitiba, 1894-1926. 23 v.

108 Convênio Policial Brasileiro, memória apresentada por Mário de Castro Nascimento, 1912. p. 25.

109 BRESCIANI, Maria Stella M. *Liberalismo: ideologia e controle social*. São Paulo, 1976. Tese, Doutorado. Universidade de São Paulo. p. 265.

- 8 PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Crime, violência e poder.** São Paulo, Brasiliense, 1983.
- 9 RAGO, L. M. **Sem fé, sem lei, sem rei; liberalismo e experiência anarquista na República.** Campinas, 1984. Dissertação, Mestrado, Unicamp.
- 10 RIBEIRO, L. C. **Memória, resistência e trabalho em Curitiba.** São Paulo, 1985. Dissertação, Mestrado, Universidade de São Paulo.
- 11 STORCH, Robert. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. **Revista Brasileira de História**, 5(8/9): 7-33, 1984/85.

A MEMÓRIA DO COTIDIANO NA HISTÓRIA DO TRABALHO

LUIZ CARLOS RIBEIRO

Técnico do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. Professor Assistente da Faculdade Católica de Administração e Economia - FAE.

RESUMO

O texto, a partir de algumas experiências e falas no cotidiano de Curitiba do início do século XX, procura discutir como a "memória do trabalho" tem sido recuperada pela historiografia, apontando alguns problemas e alternativas para este gênero de pesquisa.

1. A MEMORIA DO COTIDIANO NA CURITIBA DO INÍCIO DO SÉCULO

A cidade de Curitiba nas primeiras décadas do século XX passava por mudanças que pareciam encher de êxtase e agonia os seus mais conhecidos retratistas. Eram historiadores, articulistas, repórteres, médicos, políticos, chefes de polícia que viam a cidade modernizar-se, o que lhes causava orgulho mas, ao mesmo tempo, provocava-lhes um medo e uma insegurança das coisas novas que esse progresso trazia. O cotidiano das ruas parecia-lhes confuso.

Avenidas e praças se alargavam, deixando brotar às suas margens edificações modernas e limpas, no mais belo *art-nouveau*. Curitiba parecia uma Paris, nas palavras de dois ilustres homens das letras paranaenses:

A nossa capital é uma das mais belas, das mais opulentas e grandiosas do Sul. Quem viu aquela Curitiba, acanhada e sonolenta, de 1853, não reconhece a Curitiba suntuosa de hoje, com as suas grandes avenidas e "boulevards", as suas amplas ruas alegres, as suas praças, os seus jardins, os seus edifícios magníficos. A cidade é iluminada a luz elé-

trica. É servida por linhas de "bonds" entre o Batel e o Fontana e a estação da estrada de ferro, aproveitando a quase toda a área urbana. O tráfego diário conta, além do que fazem os "bonds", com mais de 1.000 veículos diversos. Há plena atividade, dentro do quadro urbano, mais de trezentas fábricas e oficinas e no município todo, perto de 600. Já se funde em Curitiba tão perfeitamente como no Rio. Já se grava e já se fazem, em suma, todos os trabalhos de impressão tão bem como os melhores da Europa. O movimento da cidade é extraordinário, e a vida de Curitiba, é já a vida afanosa de um grande centro. Existem mais de trinta sociedades, clubes e instituições de ordem popular. Contam-se seis colégios particulares, cinco livrarias, nove tipografias, muitas de primeira ordem, e uma litografia importantíssima¹.

Tem Curitiba edifícios públicos que seriam notáveis mesmo em cidades de maior importância, tais como os do Paço Municipal, Palácio do Congresso...

... serviços de assistência social beneméritos, como o Hospital de Caridade, o Hospício de N. S. da Luz, ... os asilos de órfãos do Cajuru e S. Luiz, o Albergue Noturno...

As associações educativas, beneméritas ou simplesmente recreativas, — os clubes, os grêmios, têm, alguns deles, instalações próprias magníficas e se estimulam na eficiência com que concorrem para a confraternização social do meio;

Tem hotéis excelentes... Passeio Público duas vezes maior que o Rio de Janeiro. Ruas e praças amplas, bem cuidadas... Todas as casas são servidas de água abundante, encanada das vertentes ocidentais da Serra do Mar, e bem assim de redes de esgoto...

A administração dos negócios públicos, tanto do Estado como do Município, prima pela sistematização da ordem e pelo incitamento das realizações progressistas e goza da consideração, da estima e do apoio da coletividade. As leis são liberais, visadoras do bem e do interesse público, e a justiça é, absolutamente, íntegra e se faz para todos. O povo exerce, por praxe tradicional, uma estreita aproximação moral com os atos da administração pública, e nenhum governo ainda deixou de ser acessível à voz da opinião dos seus concidadãos, ao ponto de o mais eminente estadista paranaense, que foi Vicente Machado, quan-

¹ ROCHA POMBO, José F. **O Paraná no centenário: 1500-1900.** 2.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1980. p. 141.

do eleito “Governador” que é a denominação que a Constituição Política do Paraná dá ao chefe do Poder Executivo, propor ao Congresso Legislativo do Estado a substituição desse qualificativo político para o de “Presidente” alegando que uma avançada democracia, como a sociedade paranaense, não se precisa “governar” — mas, simplesmente “presidir”².

Mas apesar desse espetáculo de opulência e felicidade que suas palavras nos repassam, a pobreza parecia insistir em também ocupar esse mesmo espaço, como uma contradição difícil de resolver. A pobreza habitava Curitiba como uma “romaria de cegos, aleijados, tísicos, etc., desfilando com seus farrapos, com suas chagas, com sua pungentíssima miséria”³.

A necessidade de urbanizar e desenvolver a sociedade curitibana demandava “braços baratos e abundantes” (Pombo, op. cit. p. 140) que muitas vezes ficavam ociosos na cidade, constituindo-se em um foco de criminalidade, colocando em risco a vida, a propriedade, e até mesmo o projeto modernizador e industrial das classes dirigentes.

Impor a urbanidade, alargando ruas, criando amplas praças, implicou expulsar e controlar toda uma forma de existência malcheirosa e miserável dos velhos casarões de madeira. Era preciso limpar a cidade de uma multidão, foco de marginalidade e agitação, composta de imigrantes pobres, negros, mestiços, desempregados ou desocupados. Era a massa inconstante dos desempregados da Estrada de Ferro, das fábricas de mate que faliam, das colônias de imigrantes que, abandonadas, enchiam a cidade de homens e mulheres famintos e doentios. Eram os “braços baratos e abundantes” transformados em meretrizes, jogadores, “caftens”, vendedores ambulantes, menores abandonados, carroceiros eventuais, enfim, toda uma gama de indivíduos que se “recusavam” ao trabalho honesto e permanente e a viverem com urbanidade.

Bares, hotéis, pensões, casas de jogos de azar, rinhas, sociedades operárias, por onde flauteavam os homens po-

2 MARTINS, Romário. *Curitiba de outrora e de hoje*. Curitiba, Gráfica Monteiro Lobato, 1922. p. 142-5.

3 DIARIO DA TARDE, Curitiba, 5 jun. 1909.

bres, precisavam ser eliminados do espaço urbano, higiênico e civilizado. Era necessário ao progresso esse saneamento, destruindo esses espaços de rebeldia. Por isso, como nem sempre era possível eliminar essa existência, pela própria necessidade que o progresso tinha de “braços baratos e abundantes” — e era essa talvez a contradição que atormentava Romário Martins e Rocha Pombo — parecia necessário disciplinar e recuperá-los, tornando-os úteis no mercado de trabalho.

Para que essa recuperação fosse possível, em princípio deveriam ser afastados do espaço urbano, lugar da sociedade e da civilização. Isolados, seriam reeducados para o trabalho e poderiam refletir sobre o mal que exerciam na sociedade. Para os mendigos e loucos foi criado em 1903 o Hospício “Nossa Senhora da Luz”; para os condenados por crime, a Penitenciária do Ahú (1909). Mas como essas instituições estavam sempre lotadas, a alternativa de enviar os desajustados para o “interior”, em contato com o trabalho na terra, tornou-se uma prática constante.

Como medidas de saneamento moral e com o intuito de cooperar para a intensificação do trabalho, tão necessário no momento histórico que atravessamos, em que todos os brasileiros devem aplicar à sua atividade em prol da nossa grandeza econômica e militar, ordenei fossem apreendidos e enviados para a zona agrícola do Norte do Estado, os muitos indivíduos desocupados, que perambulavam nas ruas e praças desta Capital e nas principais cidades do interior, fornecendo-lhes passagem de segunda classe e algum numerário, para socorrer às primeiras despesas, nos pontos de destino (...)

A grande maioria seguia contente e muitos houve que espontaneamente, se apresentavam para a viagem (...)

Hoje, é inegável, notamos a nossa *urbs* livre daqueles muitos tipos característicos das ruas, contumazes vagabundos que diariamente infestavam os xadrezes das detenções, ou aliás, tomavam por completo os bancos das praças, aguardando a passagem de caridosos transeuntes a quem estendiam a mão humilhada, suplicando uma esmola⁴.

4 PARANÁ. Chefia de Polícia. Relatório. Curitiba, 1917. p. 18-9.

A necessidade de disciplinar não se restringia apenas aos “desocupados”. Também no interior do trabalho a normatização e o controle eram fundamentais, alterando cada vez mais o perfil da cidade: fábricas, greves, polícia, massa de imigrantes, reformas urbanas e de costumes contribuíam para cada vez mais cristalizar um novo tempo e uma nova disciplina fundados na ética do trabalho produtivo. E a fábrica parecia ser o parâmetro dessa nova ordem. Assim, por exemplo, os bailes aos domingos à noite e que se estendiam pela madrugada, tradicionais principalmente entre os poloneses, passam no início do século a ser ostensivamente reprimidos pela polícia. Temístocles Linhares, comentando o regulamento da Ervateira Americana, de 1910, que punia a falta às segundas-feiras com 8 dias de suspensão e demissão em caso de reincidência, justifica a ação empresarial e da polícia da seguinte maneira:

A providência se justifica plenamente por ser quase hábito dos operários de então fazer da segunda-feira dia de ressaca. Assim, o domingo seria dia de farra, de bebedeira, a ser curtido na segunda-feira. Tornava-se, pois, preciso convencer o operário de que esse comportamento estava errado e o que ele fizesse no domingo não fosse motivo para lhe perturbar a normalidade do ofício. A continuidade do serviço só se assegurava com a observância dessa regra. Se o operário não cumpria, é porque lhe faltava a noção de responsabilidade e ruinosas consequências se refletiriam sobre a sua própria economia interna, sem falar na da organização⁵.

No mesmo sentido, a pesquisa de Jaime A. Cardoso e Sérgio O. Nadalin sobre “os meses e dias de casamento no Paraná”, aponta para o fato de que, até a metade do século XVIII, o dia preferido para os casamentos, entre a população curitibana, era a terça-feira. Justificam os autores essa preferência, tanto por questões de costume religioso, tanto porque “isto não parecia atrapalhar a vida econômica dos paroquianos, pois que suas atividades (economia de subsistência

⁵ LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro, J.Olympio, 1969. p. 344-5.

e extração) permitiam a interrupção do trabalho cotidiano para a celebração e participação de festas como a do casamento”⁶. Contudo, a partir da segunda metade do século XIX, a terça-feira começa a perder a preferência, passando o sábado a ser o escolhido pela população para a realização dos seus ritos e festas nupciais. Segundo a pesquisa, essas mudanças estariam sendo determinadas por uma transformação nas atividades econômicas de uma parte representativa da população, atividades que ocupavam mais racionalmente o seu tempo.

Esta normatização do espaço urbano/fabril, eleborada nesse momento singular do desenvolvimento capitalista no Paraná, parecia se constituir em uma forma de representação simbólica da sociedade, que procurava impor-se como um mecanismo de dominação e hegemonia. Mas é possível observarmos, pelo próprio discurso da dominação, a existência de outras falas, embora elas se encontrassem silenciadas. Em outras palavras, a própria necessidade de disciplinar, vigiar, hierarquizar, punir, significava que havia um espaço que a fala hegemônica, por mais racional e lógica que procurasse ser, não eliminava. Tornava-se uma contradição do próprio projeto “civilizador”. E é exatamente dentro desta lógica que é possível perceber que este projeto não é único, muito menos puro como algo construído exclusivamente pelas elites.

O que queremos dizer é que esta disciplina e esta moral do trabalho não são coisas que se impõem simplesmente sem que as massas trabalhadoras interfiram de algum modo. E a sua interferência vai se dar conforme se observa no cotidiano do trabalhador curitibano do início do século, tanto como resistência, tanto como colaboração.

Como resistência, organizada ou não, ela pode se explicar através da ação de várias instituições, como associações, sindicatos, partidos políticos; pelas greves gerais e parciais ou pelas mais diversas formas de “pequenas lutas”, como a demissão de um contra-mestre, a redução da jornada, pela ampliação do intervalo do almoço, por tabelas salariais, se-

⁶ CARDOSO, Jaime A. & NADALIN, Sérgio O. os meses e dias de casamento no Paraná; séculos XVIII, XIX e XX. *História: Questões & Debates*, 3(5):118-9, 1982.

gurança, higiene, etc. Até mesmo através de algo de difícil análise, mas que se encontra no cotidiano da experiência operária: a desobediência pelo ócio, pela embriaguez, etc.

Como colaboração, pode se expressar tanto como um mecanismo de preservação de seus interesses, como pela ampliação e conquista de novos espaços possibilitados pela modernização da sociedade.

De qualquer modo, a subjetividade determinada pelas intenções dos indivíduos no interior das relações de classes não nos permite pensar esta distinção como algo mecânico e evidente.

2. O COTIDIANO E A HISTORIOGRAFIA

Como podemos observar, a representação do social elaborada pelas elites não é nem única nem excludente, como, por exemplo, procura demonstrar o imaginário construído por Romário Martins e Rocha Pombo sobre Curitiba.

Esse discurso, como um exercício de poder, deixa um vazio; “não diz tudo”. Ao expressar-se deste modo excludente, ele procura eliminar a existência de outras falas que possam subverter a sua ordem, como a fala dos trabalhadores, por exemplo, fato que não nos permite denominá-lo de falso, simplesmente. E é essa memória silenciada da experiência do trabalho que a historiografia brasileira vem tentando resgatar e explicar.

Composta principalmente por uma literatura marxista⁷ — desde a fala das lideranças operárias do final do século passado até pesquisas acadêmicas mais recentes, — essa historiografia elaborou, durante quase um século, a recuperação desse conflito silenciado. Procurando entender neste processo a constituição de um proletariado e de uma sociedade industrial, esse tipo de literatura acabou produzindo uma “História do Trabalho”, como “a verdade histórica”, em oposição àquela “história falsa” da memória das elites.

A tese central desse “modelo explicativo” é que, com a formação de uma indústria no Brasil, pelo final do século

⁷ Vejam-se, por exemplo, os estudos de Leônio M.Rodrigues, José Albertino Rodrigues, José Honório Rodrigues, Edgar Rodrigues, Edgar Carone, Bóris Fausto, Everardo Dias, Azis Simão, Sheldon Maram, John W.Foster Dulles, entre outros.

XIX, teria se alterado a estrutura de produção e com ela toda a estrutura social.

Conforme tal corrente de pensamento, o comportamento das classes trabalhadoras fica determinado por essa estrutura social que, definida *a priori*, expressa o caráter da classe. O seu “ingresso” nessa estrutura, sem experiência política prévia porque de origem rural, teria facilitado “o processo de controle e cooptação da classe operária pelo Estado, processo esse que se cristaliza com a montagem da estrutura sindical (décadas de trinta e quarenta), de fácil manipulação política, atrelada ao Estado, permitindo assim o surgimento do projeto populista posteriormente”⁸.

A exceção a essa prática teria sido a radicalização anarquista que, com seu método de ação direta contra o Estado, teria exposto ao confronto uma classe frágil, provocando as derrotas do movimento operário, particularmente nas greves de 1917 e 1919.

Este “modelo”, ao privilegiar as lutas econômicas fixadas pelas relações de produções, nomeia a instituição sindical como o lugar da representação política da classe operária. Estática na resistência ao capital e ao Estado, a classe trabalhadora aparece como uma categoria concluída, não existindo, para a sua compreensão, espaço para a incerteza da prática empírica. É suficiente para a sua definição o atendimento a certas “condições básicas” que não passam de uma simplificada quantificação positivista para que ela exista: um certo número de trabalhadores, uma qualificação técnica, discriminação por idade ou sexo, nacionalidade, etc. Reduz-se, enfim, o trabalhador a um mero fator de produção⁹.

Do mesmo modo, tende-se a “ver” o trabalhador exclusivamente da ótica desses “seus” interesses econômicos imediatos. O trabalhador estaria interessado apenas em trabalhar menos horas, receber um salário maior, ou seja, ter uma melhor condição de se reproduzir no sistema. Via de

⁸ SILVA, Zália Lopes da. A greve dos tecelões em São Paulo: 1920. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO, 4., Araraquara, 1980. *Movimentos sociais*. São Paulo, ANPUH, 1980. p. 36.

⁹ MUNAKATA, Kazumi. O lugar do movimento operário. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO, p. 61-77.

conseqüência, há um privilegiamento das lutas econômicas explícitas, em detrimento a outras formas de comportamento, desprezadas pelo discurso tradicional, fundamentalmente aquelas no nível cultural. Desse economicismo resulta uma concepção de que o proletariado está preocupado apenas com as "questões imediatas", incapaz da percepção de "sua" missão histórica revolucionária. Limitado à ação "tradeunionista", somente quando diante de uma crise do sistema que o coloque em uma situação de miséria, impossibilitando a sua reprodução, é que o trabalhador será capaz de compreender a necessidade de uma ação política, através do Partido e de seu programa justo¹⁰. A leitura, portanto, do movimento operário passa a ser feita por quem "sabe ler" a luta de classes: a vanguarda marxista e o seu partido, que têm um modelo ideal de classe revolucionária, ao qual submetem toda luta de classes.

Essa visão permeia grande parte da historiografia marxista, seja aquela feita pelos militantes, ou por intelectuais vinculados a uma pesquisa mais acadêmica. Subordina-se o "fazer" histórico do proletariado à existência de uma vanguarda que determina, *a priori*, um estágio de "consciência revolucionária". Os que não atingem essa fase, não importando as suas condições reais, são definidos como uma "consciência atrasada".

Mas o estudo da constituição do trabalho no espaço urbano tem sofrido recentemente novas reflexões historiográficas¹¹. Redescoberta no processo da urbanização e industrialização, a "história do trabalho" adquire uma leitura em que se procura entendê-la não apenas como uma categoria objetiva, determinada pelas relações de produção, mas também sob outras variáveis, como os comportamentos da cultura, do cotidiano na fábrica, no lar, no lazer, etc.

Para esses autores, enfrentar o problema da constituição do trabalho como classe supõe entendê-la como uma categoria histórica, ou seja, derivada da observação, do processo

10 CASTORIADIS, C. *A experiência do movimento operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 53.

11 A partir do final da década de 70, iniciou-se uma revisão da história do "movimento operário" no Brasil. Ver, por exemplo, Edgar S. de Decca, Kazumi Munakata, Amnéris Maroni, Maria Célia Paoli, Margareth Rago, entre outros.

social ao longo do tempo¹², inseparável da noção de conflito de luta, porque é no interior deste processo que ela tem existência, não como algo definido e acabado, mas de uma forma heterogênea e dinâmica.

Nesse raciocínio, a própria idéia de classe ganha relatividade, pois torná-la uma e universal seria uma construção teórica simplificadora do fazer histórico dos indivíduos. Na verdade — se me permitem esse termo — classes sociais não existem como coisas definidas; são, isto sim, experiências históricas que, a partir de determinados discursos, ganham uma lógica que as homogeneiza e define, adquirindo esta forma de representação.

Resgatar o sentido das “classes” no interior dessas representações implica retomar a sua prática comum, o seu cotidiano, na dinâmica das relações sociais, como algo que se objetiva na experiência mas que nem por isso torna-se concluído como “classe”.

O principal problema com que nos defrontamos é o de reconhecer esse cotidiano. Ou, em outras palavras, quem falará pelas “classes”? Como podemos indicar na fala dos indivíduos uma identidade sem, com isso, corrermos o risco de cairmos no fortalecimento dessa representação como sendo a sua identidade? De fato, ela poderá não expressar a experiência concreta desses indivíduos.

Se pretendemos nos despojar das classes como uma construção *a priori*, que parâmetros poderemos ter para encontrar essa identidade? Despojados da idéia de “classe” como modelo e única referência, o que nos resta são em si vazios de origem (de classe) mas, ao mesmo tempo, resta-nos a concretude da consolidação do tecido social e dos espaços constituídos pela prática dos indivíduos. Destruída a “classe” como modelo de estratificação da sociedade, fica destruída a “fala pura” da “classe”, restando a fala concreta do indivíduo na relatividade da representação.

Boa parte da literatura sobre o movimento operário apresenta as experiências que se realizam fora da relação sindi-

12 THOMPSON, E.P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Grijalbo, 1979. p. 34-5.

cato/Estado como sendo o “espaço do desamparo e da fraqueza”¹³, sem condições para realizar o enfrentamento. Fora dessa relação a ação operária, no interior ou exterior do espaço fabril, seria tomada como “luta menor” e não determinada como lugar da política.

Contudo, essas “lutas menores” do mundo fabril, por exemplo, são fundamentais para a compreensão da história do trabalho. A constituição da classe trabalhadora passa por um processo de proletarização na medida da ampliação da jornada de trabalho e redução dos salários, com a carga de multas pelos mais diversos motivos, com a imposição de novos processos de trabalho aumentando uma dominação pela técnica, com as condições de insalubridade, com a falta de segurança, com a exploração do trabalho feminino e da criança, entre outros.

Fora do espaço fabril, desenvolve-se todo um processo de urbanização, ordenado pela lógica do capital, que busca, na modernização das cidades, novas formas de disciplinação e de dominação social. A modernização redimensiona o espaço urbano realocando a massa dos homens pobres a lugares definidos: os albergues, os hospícios, os presídios, as vilas operárias. Por sua vez, essa modernização tem um custo que é “socializado” entre toda a população: o custo de vida eleva-se mais do que o poder de barganha operário consegue em aumentos reais de salários; os espaços de lazer das classes pobres (bares, prostíbulos, campos de futebol, jogo do bicho, bailes, rinhos) são redimensionados sob um véu de controle moral e político.

Mas este projeto de controle social simplesmente não se realiza: “para realizar estas utopias reformadoras, as classes dominantes enfrentam as resistências tenazes de trabalhadores que preservam suas tradições, sistemas de valores e costumes, que valorizam sua atividade profissional, que cultuam seus santos, que possuem todo um código de representação”¹⁴.

13 PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. *Comunicação*, 7 out. 1982, p. 23.

14 RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar; a utopia da cidade disciplinar*: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p. 13.

E é nessa experiência de vida cotidiana que se realiza em todos os poros da sociedade, numa relação de conflito pela preservação e conquistas de novos espaços e sob a hegemonia da disciplina do capital, que se constitui o “mundo do trabalho” e se forma a classe proletária.

A grande questão é como recuperar esse momento empírico das práticas populares, esse seu cotidiano dentro e fora do espaço fabril, sem poder contar com o seu depoimento direto, silenciado que foi pela força do capital.

Diante desse impasse, o registro das experiências dos trabalhadores passa muito menos pela expressão direta e muito mais pela “fala dos outros”, no dizer de Maria S. Paoli. Aparece em documentos dos partidos políticos, tanto dos grandes partidos nacionais que se pretendiam porta-vozes de toda a população, quanto dos partidos operários, que pretendiam falar em nome da classe; em documentos de sociedades ou sindicatos operários que, imbuídos de um espírito de vanguarda iluminada, seja ela de qualquer matriz (anarco-sindicalista, socialista, trabalhista), acreditam ser a única expressão da vontade da massa trabalhadora; em textos de instituições e aparatos de Estado, desde mensagens de governo, relatórios de secretarias, passando pelo corpo de normas e leis, pelos relatórios médico-sanitários, policiais e presidiários, pela disciplina militar, pela ação dos albergues e hospícios, até os relatórios educacionais, codificando e disciplinando o mundo do trabalho, em documentos de agentes de Estados estrangeiros, preocupados em “ajudar” a polícia local a identificar e selecionar os “maus” elementos e proteger os “bons operários”; na grande imprensa, de situação ou oposição, onde “analistas” registram o comportamento dos homens pobres, quase sempre sob a ótica da preservação da ordem; em textos de empresários, que procuravam disciplinar e reproduzir a força de trabalho em nome do progresso e da felicidade de todos; ou, ainda, em textos de antigos militantes ou memorialistas que se propuseram a recuperar a “memória do trabalho”.

Como podemos observar, o volume de registros é amplo e diverso, fato que nos permite tirar algumas conclusões:

a) por não termos, na experiência brasileira, registros do cotidiano dos trabalhadores, como seu próprio, será no interior dessa “teia de fatos”¹⁵ que o “fazer” operário ganha sentido e coerência.

b) ao mesmo tempo, adotarmos esta postura não significa que a história do trabalhado encerra-se nessa fala heterogênea. Como nos diz Maria Célia Paoli, “há sempre um espaço entre o que todos disseram sobre o significado deste processo de proletarização (seja a respeito da vida cotidiana ou da presença política dos trabalhadores) e as representações que moldaram as elaborações, as escolhas, as estratégias e as opções destes trabalhadores perante aquele processo”¹⁶.

c) finalmente, o que boa parte da historiografia tem conceituado como “formação da classe trabalhadora” no Brasil, contém quase exclusivamente essa “fala vencedora” — seja a da vanguarda operária, seja a da burguesia — em detrimento à fala dos próprios sujeitos trabalhadores, relatando sua experiência. Com isso não estamos supondo ser possível uma fala exclusiva, pura, para uma história do trabalho. O que é preciso, isso sim, é em princípio destruir a bipolarização mecânica entre o discurso burguês e o discurso popular. Essas falas não têm universos opostos, simplesmente. Trata-se de ver até que ponto esses discursos, que se gestaram no interior do conflito, “poderiam falar além de sua própria dominação”. Trata-se de “fazer visível aquilo que se ocultou, de escutar o que foi emudecido, de entender a dominação como resposta a um interlocutor que pouco aparece porque suas atividades estão obscurecidas, anônimas, ou implícitas no texto que as registra...”¹⁷.

É nesse sentido que a prática operária emerge como contradição, porque gestada no interior de uma luta e porque retratada por óticas conflitantes. É uma experiência de “resistência” e “colaboração” que se manifesta como faces de uma mesma moeda. Assim, por exemplo, fazia parte da

15 VESENTINI, Carlos A. *A teia do fato*. São Paulo, 1982. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.

16 PAOLI, p. 21.

17 PAOLI, p. 22.

resistência proletária a luta pela preservação de seus valores e sua identidade, como observamos na greve dos sapateiros, de 1906, em Curitiba e outras cidades brasileiras. Nesta experiência evidenciou-se um confronto às modernizações no maquinário e na disciplina que punham em perigo a sobrevivência da autonomia do artífice que se considerava um artista e não um operário de fábrica¹⁸.

Vemos, portanto, como fica complicado o modelo que define a classe trabalhadora. Os artífices sapateiros recusam-se a perder a sua autonomia de artesão e a submeterem-se à disciplina da fábrica. Dentro daquele modelo explicativo, tanto da vanguarda operária quanto da literatura clássica, essa consciência operária significaria atraso, fragilidade, traição, etc., pois esta luta estaria realizando-se fora do “seu” lugar: o sindicato e a “classe”.

Quando a Prefeitura e a Polícia de Curitiba iniciam medidas saneadoras e de normatização do espaço urbano, pelo início do século, licenciando os carroceiros, estabelecendo registros em carteira aos empregados domésticos, criando leis trabalhistas que possibilitassem maior controle sobre a força de trabalho, os próprios profissionais aplaudem estas medidas; elas os protegiam dos maus patrões que não os reconheciam e da mão-de-obra não-qualificada e concorrente que desvalorizava os seus salários¹⁹.

Colocados como marginais porque enquadrados nas normas da urbanidade, reivindicavam ser reconhecidos nesse espaço através da regulamentação profissional, do registro (como documento de identidade) e assim ampliaram os seus direitos de cidadania, privilégio quase exclusivo dos que detinham propriedade.

Desse modo, vemos o “movimento operário” existindo em Curitiba, tanto através de um discurso da harmonia, da higiene, do progresso — que expulsava o trabalho para fora de espaço urbano e civilizado — como da ação policial, que procurava disciplinar e regular o trabalho dentro desse espaço e, quando não era possível, retirava o indivíduo trabalha-

18 RIBEIRO, Luiz C. *Memória, trabalho e resistência em Curitiba; 1890-1920*. São Paulo, 1985. P. 154-65. Dissertação, Mestrado, Universidade de São Paulo.

19 RIBEIRO, p. 61-134.

dor/marginal para sua recuperação no presídio. Finalmente, a mesma dinâmica da disciplina e normalização do trabalho, pelo interesse do capital, acontecia nas próprias experiências operárias, fosse na luta pela regulamentação profissional, fosse na organização partidária ou sindical para escapar da marginalização e, assim, ampliar seus direitos dentro da sociedade disciplinada e civilizada.

A conclusão, portanto, é que a dinâmica da constituição de uma sociedade fundada no livre comércio de mercadoria e trabalho é a mesma da disciplinação do trabalho útil hegemonicamente imposta pelo capital, não *a priori*, mas no momento mesmo da instituição desse social e, por isso mesmo, não linear. O processo de **expulsão e recuperação** do indivíduo pobre evidencia as dificuldades e contradições das classes dirigentes em conciliar concentração de riquezas e harmonia social.

Do mesmo modo, o processo de **resistência e ampliação da cidadania** foi um movimento dinâmico e contraditório dos trabalhadores na sua preservação como classe. O que estava em jogo, em última instância, era a redefinição da relação dos indivíduos sob a hegemonia do capital. Essa ordenação, portanto, não foi uma criação exclusiva e determinante das elites. Os homens pobres participaram dela quando resistiam, fosse na preservação de seus valores, fosse na conquista de maiores espaços nessa relação que se redefinia. É nesse sentido que as falas de Romário Martins e Rocha Pombo sobre a Curitiba do início do século XX, mesmo que sabidamente ideológicas porque representando memórias de classe, são por isso mesmo indissociáveis da História do Trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 CARDOSO, Jaime A. & NADALIN, Sérgio O. Os meses e dias de casamentos no Paraná; séculos XVIII, XIX e XX. *História: Questões & Debates*, 3(5):105-29, 1982.
- 2 CASTORIADIS, C. **A experiência do movimento operário**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- 3 DIARIO DA TARDE, Curitiba, 5 jun. 1909.
- 4 — ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO, 4., Araquara, 1980. **Movimentos sociais**. São Paulo, ANPUH, 1980.

- 5 LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate.** Rio de Janeiro, J. Olympio, 1969.
- 6 MARTINS, Romário. **Curitiba de outrora e de hoje.** Curitiba, Gráf. Monteiro Lobato, 1922.
- 7 PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. **Comunicação**, 7 out. 1982. p. 23.
- 8 PARANÁ. Chefia de Polícia. **Relatório.** Curitiba, 1917.
- 9 RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar; a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- 10 RIBEIRO, Luiz C. **Memória, trabalho e resistência em Curitiba; 1890-1920.** São Paulo, 1985. Dissertação, Mestrado, Universidade de São Paulo.
- 11 ROCHA POMBO, José F. **O Paraná no centenário: 1500-1900.** 2.ª ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1980.
- 12 THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y conciencia de classe.** Barcelona, Grijalbo, 1979.
- 13 VESENTINI, Carlos A. **A teia do fato.** São Paulo, 1982. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.

A SOCIEDADE PARANAENSE EM REFLEXÃO:

ensaios

DISCIPLINARIZAÇÃO E TRABALHO: CURITIBA, FINS DO SÉCULO XVIII, INÍCIOS DO SÉCULO XIX

ANA MARIA DE OLIVEIRA BURMESTER
Departamento de História da UFPR.

RESUMO

O presente artigo procura analisar a problemática da população, no período do século XVIII a inícios do século XIX, tendo como referência a instituição da ordem burguesa.

Considerando as importantes modificações ocorridas nos conceitos e práticas referentes ao Estado, governo, família e população, e ainda a valorização do trabalho enquanto atividade fundadora dessa sociedade, busca-se, através da documentação da época, as práticas detectadas especialmente em Curitiba.

A revisão da literatura, especialmente no que se refere à História da família, tal como abordada por alguns autores: Ariés, Flandrin, Shorter, entre outros, e também as colocações de Foucault, nos chamam a atenção pela ênfase dada ao século XVIII, sobretudo na segunda metade, como momento de profundas mutações na sociedade¹.

Esses autores apontam para a própria constituição da sociedade burguesa, enquanto modo de vida particular, onde hábitos como o da privacidade, o “rester chez soi”, a norma e o controle do social caracterizam-se enquanto projeto desta sociedade.

O elemento fundador desse projeto encontra-se na valorização do trabalho, atividade que passa ao primeiro plano

¹ ARIES, Phillippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris, Seuil, 1973; FLANDRIN, Jean Louis. *Parenté, maisonnée, sexualité dans l'ancienne société*. Paris, Hachette, 1976; SHORTER, Edward. *Naissance de la famille moderne*. Paris, Seuil, 1977; FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1977; ———. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979; ———. *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

das preocupações sociais. A valorização do trabalho leva à busca de novos projetos para a população; a população disciplinada, tornada apta para o desempenho da função do trabalho.

A idéia de enquadrar, disciplinar, organizar, remete à uma instância que passa, ela também, a adquirir novos contornos: a instância de poder. Poder este que não se limita ao Estado, enquanto *locus* privilegiado de emanação. Enquanto classe hegemônica, a burguesia comprehende perfeitamente que uma nova legislação ou uma nova constituição não serão suficientes para garantir sua hegemonia; ela comprehende que deve inventar uma nova tecnologia que assegurará a irrigação dos efeitos do poder por todo o corpo social até mesmo em suas menores partículas. E foi assim que a burguesia fez não somente uma revolução política; ela soube instaurar uma hegemonia social que nunca mais perdeu².

Hegemonia social que tem o sistema capitalista como ordenador desta nova visão, conceituando-se capitalismo como sistema onde circulam não apenas mercadorias, mas também idéias. Neste sentido, projetos semelhantes podem ser detectados em regiões aparentemente tão dispare, como Europa (França, Inglaterra...) e Brasil.

Na Colônia...

O projeto da Metrópole em relação à Colônia adquire contornos nítidos a partir do século XVIII, sobretudo da sua segunda metade em diante, quando se torna clara a investida do Estado português em direção ao controle e disciplinização da população. O objetivo explicitamente definido é o da “modernização” do Estado inserido na conjuntura modernizante da época. O governo “esclarecido” do Marquês de Pombal passa a instrumentalizar esse projeto.

Nesta conjuntura, surge o problema específico da população, o que conduziu à questão do governo: relação entre segurança, população e governo³. Se governar significava, antes de tudo, ter como base o governo das famílias, modelo

² FOUCAULT, Michel. O olho do poder. In: _____. *Microfísica do poder*, p. 218.

³ FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: _____. *Microfísica do poder*, p. 277.

privilegiado da organização econômica, o avanço e posterior triunfo do capitalismo leva a repensar a arte de governar, não mais tendo a família como modelo referencial, mas a população. Assim, segundo Foucault, se deu o desbloqueio da arte de governar, para o que concorreram alguns processos gerais: “**expansão demográfica do século XVIII, ligada à abundância monetária e por sua vez ao aumento da produção agrícola através dos processos circulares que os historiadores conhecem bem**”⁴.

Ao se privilegiar a população, destaca-se a família, de modelo de governo, para instrumento essencial da arte de governar. Pensar a população, em termos genéricos, leva a considerar a estatística como “**o principal fator técnico, ou um dos principais fatores técnicos**”⁵, do desbloqueio da arte de governar.

No Brasil, altos funcionários da administração civil, como o Conde da Cunha, o Marquês de Lavradio, e no caso específico de Curitiba, o Ouvidor Geral Raphael Pires Pardinho, através de medidas administrativas, relatórios, observações sobre o país e seus habitantes, mostram a leitura que passa a ser feita da sociedade local. A documentação reflete as preocupações com a população: número, modo de vida; a administração tenta organizar, enquadrar, disciplinar, tendo como referência esta nova organização da instância do poder, a que Foucault se refere.

Em Curitiba, a investida governamental é explicitada particularmente no documento “**Correções na Vila de Nossa Senhora da Luz — Curitiba**”, datado de 20 de janeiro de 1721. Nele, Raphael Pires Pardinho dá provimento às diversas questões envolvendo a sociedade curitibana. As correções chegam a minúcias: festejos religiosos, arruamento, normas para a construção das casas, para eleições dos “**homens bons**” para a Câmara, alistamento nas milícias, entre outras providências.

4 FOUCAULT, **Microfísica do poder**, p. 287-8.

5 FOUCAULT, **Microfísica do poder**, p.288. Hannah ARENDT também ressalta a importância da estatística: “É o mesmo conformismo, a suposição de que os homens se comportam ao invés de agir em relação uns aos outros que está na base da moderna ciência da economia e que, juntamente com seu principal instrumento, a estatística, se tornou a ciência social por exceléncia.” **A condição humana**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983. p. 51.

Dentre os vários itens que compõem o documento, salientamos algumas disposições que nos parecem indicar a amplitude que passam a ter as preocupações governamentais.

No que se refere ao alistamento para as Companhias de Ordenança, Pardinho constata a existência de duas Companhias em Curitiba, sendo uma de solteiros, e provê: “... E a Companhia dos Solteiros se comporá dos que houver em todo este distrito, e, ainda de moços casados que não tiverem filhos, ou tiverem um só...”⁶.

Família como instrumento, população como alvo: o recrutamento elege entre os habitantes da vila aqueles que, teoricamente, teriam menores encargos relativos a familiares, ao domicílio.

Esta população deve ser também controlada por outros meios. A moralização é tentada, pois se procura evitar o abuso de servirem como juízes ordinários os maus cidadãos “... vendo-se os criminosos, que devem ser lançados do comum da república servir os cargos honrosos dela, o que serve de mau exemplo aos bons”⁷.

A idéia de exemplo, partindo das camadas privilegiadas da população, é clara: serão eles que deverão servir de padrão de comportamento, e deles espera-se o bom exemplo. Este comportamento moralizado localiza-se no “comum da república”, tornando clara a intenção de simbiose Estado/Sociedade.

Mas, além do exemplo, é preciso construir o próprio local de castigo aos infratores, assim como o local onde o poder se institucionaliza. No item 44 do Termo de Correções, o Ouvidor Pardinho é explícito:

Proveu que os juízes e oficiais da Câmara disponham fazer-se o mais breve que puder casas para o conselho e cadeia, pois não é decente que esteja esta vila há já tantos anos e conservem outras mais sem as ter: para o que cortarão todos os gastos dos rendimentos do Conselho e vão repondo e juntando todo o dinheiro que puderem para haver com que se possa fazer a dita obra, o qual di-

⁶ CORREIÇÕES da Vila de Nossa Senhora da Luz, 20 de janeiro de 1721. Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, 1:14, 1906.

⁷ CORREIÇÕES..., p. 16.

nheiro porão em depósito onde esteja pronto para se fazer a dita obra em havendo ocasião, e não por mão de pessoas particulares e que se façam a malta, quando lho pedirem como já lhes sucedeu⁸.

Se não é “decente” permanecer a vila sem cadeia e sem o Conselho, a arte de governar exige também a presença do Estado: será ele a controlar os fundos necessários, e a dirigir a própria construção. A segunda metade do século XVIII confirma e acentua a tendência de controle e disciplinarização.

Durante o vice-reinado do Conde da Cunha (1763/1767), o problema da defesa e segurança da Colônia está presente, devido às ameaças de invasão do território brasileiro. O perigo está claramente definido: de um lado, o perigo externo (a ameaça constante de invasão), de outro lado: o perigo interno (população “revoltosa e inquieta”), incapaz de defender o domínio português. Os habitantes do país são “moles, doentes e frouxos”⁹.

O Marquês de Lavradio, Vice-Rei de 1769 a 1779, caracteriza assim o corpo militar da colônia: falta de disciplina, falta de homens¹⁰. A necessidade de disciplinarização da população coloca a figura do vadio no primeiro plano das preocupações oficiais. O vadio passa a ser percebido como perigo potencial e esta percepção converte sua disciplinarização em política, à luz dos interesses do Estado. O Marquês de Lavradio idealiza casas, com separação de sexos, para os vadíos se corrigirem, aprenderem um ofício e, depois, casarem, ganharem terras, moradia, gado e instrumento agrícola¹¹.

A investida moralizadora, disciplinadora, abrange também outras camadas da sociedade, não apenas o vadio. Aliás, como já se percebe nas Correções do Ouvidor Pardinho, pode-se acompanhar o projeto de controle a partir das camadas mais altas da população. Em 1766, uma ordem para o alistamento de todos os moradores da terra é explícita:

8 CORREIÇÕES..., p. 21.

9 MACHADO, Roberto et alii. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. São Paulo, Graal, 1978. p. 106-7.

10 MACHADO, p. 106-7.

11 MACHADO, p. 106-22. Estamos nos baseando na análise desenvolvida sob o título “Enquadrar um povo mole, doente e frouxo”.

“... quer sejam nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos”¹².

O Marquês de Lavradio, ao ordenar a confecção de “mapas de habitantes”, operacionaliza ainda mais o controle. Estes “mapas de habitantes” resumem, por assim dizer, a população das vilas e cidades, enquadrando a população segundo o projeto pré-estabelecido.

Ao recensear a população por domicílio (fogo), seguindo toda uma hierarquia social, e ao resumir as características desta população em “mapas” referentes à produção, ocupações, falecimentos, nascimentos e casamentos ocorridos a cada ano, estas fontes, riquíssimas, representam, afinal, a resposta concreta à conjuntura moralizadora.

O interesse que o Estado passa a ter em relação à população leva a recenseá-la também segundo suas ocupações. Como exemplo, transcrevemos o “Mapa das ocupações dos Habitantes da Paróquia de Curitiba no ano de 1798”.

OCUPAÇÃO	NÚMERO DE PESSOAS
Magistratura e empregos civis	12
Clero secular	7
Clero regular	1
Solicitador de causas	2
Agricultores	541
Negociantes	43
Mineradores	3
Artistas	53
Arrieiros	86
Assalariados	39
Jornaleiros	10
Caiadores	10
Escravos	602
Escravas	635
Vagabundos e mendigos	20
Soma	2.064

Fonte: *Mappa Geral dos Ordenanças da Villa de Curitiba, anno de 1798*. Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 206, T.C. População, Curitiba, Paraná.

12 INVASÃO da Província do Rio-Grande de S.Pedro pelos castelhanos em 1763. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, 31:294, 1868.

Nesta relação das ocupações dos moradores na Paróquia de Curitiba, em 1798, percebe-se através da própria ordenação a hierarquia social na vila. Além da constatação do grande número de agricultores, como a ocupação de maior representatividade entre os livres, alguns detalhes são extremamente significativos.

Em primeiro lugar, a presença de elementos recenseados como assalariados e jornaleiros, demonstrando a formação da categoria de mão-de-obra assalariada. Depois, os artistas, em número expressivo, representando o trabalhador autônomo. E, significativos também, não pela quantidade de representantes, os vagabundos e mendigos. São recenseados apenas 20 indivíduos nesta rubrica, mas o olhar vigilante do Estado já os controla, isolando-os quanto categoria.

Já em 1830, um outro mapa de população traz um demonstrativo das ocupações dos curitibanos.

OCUPAÇÃO	NÚMERO DE PESSOAS
Corpo militar	2
Clero secular	6
Magistratura e empregos civis	9
Lavradores	700
Negociantes	84
Artistas	33
Jornaleiros	272
Arrieiros	169
Escravos	859
Escravas	863
Pobres	673
Vadios e mendigos	27
 Soma	 3.697

Fonte: *Mappa Geral das Ordenanças da Villa de Curitiba, anno de 1830. Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 213, T.I., 1828-1830. População, Curitiba, Paraná. Citado por IANNI, Octávio. As metamorfoses do escravo. São Paulo, Difel, 1962.*

Comparando as duas relações de ocupações, percebe-se o grande aumento do número de pessoas recenseadas como jornaleiros, desapareceu a categoria assalariados, e entram em cena os pobres, em número altamente significativo. Os

vadios e mendigos permanecem, na mesma ordem do recenseamento, e o número deles quase não se altera.

Resistências...

Considerando o projeto como um dado, cabe também a questão: foi pacífica a sua implantação? Ou, através da tentativa de aproximação do quotidiano da época, podem ser detetadas resistências? Acreditamos que estas questões merecem respostas afirmativas.

Em Curitiba percebe-se, através da leitura das atas da Câmara, as reclamações da população quanto ao recrutamento forçado de homens, requisição de alimentos, de animais, para o aprovisionamento das tropas.

Em 1765, uma carta do Governador da Capitania de São Paulo, D. Luiz Antônio Botelho de Mamão, ameaça os moradores de Curitiba com prisão a ferros, visto a resistência apresentada aos recrutamentos: “... Por me ter presente que muitos moradores da vila de Curitiba, atendendo às conveniências de sua acomodação e por fugirem ao serviço de Sua Magestade, que Deus guarde, se tem ausentado delas para os matos”¹³.

E os recrutamentos se sucedem: em 1757, 1773, 1777 (“A Recruta Grande”), atendem às exigências das guerras no sul do Brasil, ameaçado pelos espanhóis de Buenos Aires. Em 1768, 1771, 1772, 1769 e 1779, organizaram-se expedições para o reconhecimento dos sertões de Tibagi e Guarapuava.

As formas de controle da população são explicitadas nestes recrutamentos. O valor do trabalho enquanto atividade moralizadora preside às formas de recrutamento e qualifica os indivíduos para o serviço nas milícias. Aconselha-se que sejam recrutados homens que vivam em concubinato, ou se dá nítida preferência pelo recrutamento de celibatários, ou ainda de homens de “pouco domicílio”, expressão utilizada no sentido de instalação recente na vila.

As Câmaras, não estando ausentes nesta conjuntura, são verdadeiros porta-vozes das queixas da população. E o Estado leva sua interferência até o reduto dos “homens bons”.

13 CARTAS, patentes e ordens, 1775 à 1777. Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, 16:17, 1925.

O Governador da Capitania de São Paulo dirige-se à Câmara de Paranaguá em termos diretos de poder: “... desvem V. Mercês em primeiro lugar aprender a obedecer antes de se intrometerem a aconselhar e assim sem embargo cumpram logo, sem dúvida alguma ou réplica, todos as ordens...”¹⁴.

Ainda o Governador da Capitania, em correspondência à Câmara de Santos, responde às queixas por terem sido recrutados até vereadores: “... fora das tropas não deixar de ficar bastante gente e velhos que não entraram e podem muito bem servir na Câmara, já que não servem para outra coisa...”¹⁵.

Se resistências podem ser amenizadas através da investida do Estado, elas podem ser reencontradas no quotidiano da população, no decorrer dos tempos.

Em 1820, quando Saint-Hilaire visita Curitiba e a região dos Campos Gerais, nos dá um testemunho interessante dos habitantes da região. Saint-Hilaire, botânico francês, lança um olhar europeu à comunidade que visita, facilmente aprendido pelos comentários que faz. A preocupação demonstrada com o meio físico e o clima leva-o a concluir pela excelência do meio, propício ao desenvolvimento social. Inserido nos saberes da época, quando o *habitat* natural é considerado elemento importante para a saúde e a produtividade dos homens, como que dá conta desta primeira condição.

Em nenhuma parte do Brasil encontrei tantos homens genuinamente brancos quanto no Distrito de Curitiba. Os habitantes pronunciam o português sem nenhuma das alterações que já mencionei no relato anterior... As mulheres têm as feições mais delicadas do que a de todas as outras regiões do país que visitei, elas são menos arredias e sua conversa é agradável¹⁶.

Apesar de brancos, de boa compleição, corados e de cabelos castanhos, comenta Saint-Hilaire que os Curitibanos

14 Citado por PINHEIRO MACHADO, Brasil. Problemática da cidade colonial brasileira. *História: Questões & Debates*, 6(10):21, jun. 1985.

15 PINHEIRO MACHADO, p. 21.

16 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. São Paulo, Itatiaia, 1978. p. 79.

são preguiçosos, mesmo considerando a amenidade do clima. “Ali não é o calor excessivo que causa preguiça nos homens, eles se tornam indolentes porque têm poucas necessidades e não se acham habituados ao luxo; além do mais, a fecundidade da terra, bem como a docura do clima, não exige deles grandes esforços”¹⁷.

A mortalidade parece ser elevada, o que Saint-Hilaire atribui ao gosto pela cachaça, ou pela larga difusão do “vírus venéreo”¹⁸.

Quanto às classes baixas, o viajante relata que os brasileiros não dispõem de qualquer instrução moral ou religiosa, não têm família, tendo sido criados por prostitutas que lhes ensinaram todos os vícios. O hábito de freqüentar as mulheres de má fama parece ter se espalhado mesmo nas menores vilas do Brasil¹⁹.

Faléncia do projeto moralizador? Antes pensariam em defasagem entre os tempos europeu e brasileiro. Se não são ainda encontrados exemplares perfeitos de *raça de trabalhadores*, talvez fosse necessário considerar que a obrigação do trabalho ainda não atinge toda a população, que pode assim também resistir pela recusa ao trabalho.

As resistências ao enquadramento parecem ter sido suficientemente fortes para garantirem a permanência de elementos não enquadrados no sistema projetado.

REFERÉNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.
- 2 ARIES, Phillippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris, Seuil, 1973.
- 3 BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. *Population du Curitiba au XVIII^e siècle*. Montréal, 1981. Ph. D. Dissertation, Université de Montréal.
- 4 CARTAS, patentes e ordens, 1755 a 1777. *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba*, 17:5-42, 1925.
- 5 CORREIÇÕES da Vila de Nossa Senhora da Luz, 20 de janeiro de 1721. *Boletim do Archivo Municipal de Curitiba*, 1:10-47, 1906.

17 SAINT-HILAIRE, p. 80.

18 SAINT-HILAIRE, p. 80.

19 SAINT-HILAIRE, p. 56.

- 6 FLANDRIN, Jean Louis. **Parenté, maisonnée, sexualité dans l'ancienne société.** Paris, Hachette, 1976.
- 7 FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- 8 _____. **O nascimento da clínica.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1977.
- 9 _____. **As palavras e as coisas.** São Paulo, Martins Fontes, 1981.
- 10 IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo.** São Paulo, Difel, 1962.
- 11 INVASÃO da Província do Rio-Grande de S. Pedro pelos castelhanos em 1763. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**, 31:280-310, 1868.
- 12 MACHADO, Roberto et alii. **Danação da norma; medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil.** Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- 13 PINHEIRO MACHADO, Brasil. Problemática da cidade colonial brasileira. **História: Questões & Debates**, 6(10):3-23, jun.1985.
- 14 SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina.** São Paulo, Itatiaia, 1878.
- 15 SHORTER, Edward. **Naissance de la famille moderne.** Paris, Seuil, 1977.

PARANISMO — NEO PARANISMO PÓS PARANISMO — PÓS MODERNISMO

AURÉLIO SANT'ANNA, FREDERICO RUTTRECHT
SILVA BOMPEIXE CARSTENS, MÁRIO JOSÉ COSTA
TENARO e ROSSANO LÚCIO FLEITH

Arquitetos.

ANTONIO JOSÉ GONÇALVES JÚNIOR

Estudante do Curso de Arquitetura da Universidade
Federal do Paraná*

RESUMO

Este texto busca avaliar a eminência do surgimento de novas propostas paranistas, principalmente na arquitetura, dentro de uma perspectiva histórica e numa análise do momento atual da arquitetura e da sociedade.

Aponta possíveis caminhos dentro das várias posturas paranistas, situando-as dentro do contexto pós-moderno, apontando as semelhanças com o movimento paranista do início do século.

GERMEN: Por obséquio, o senhor já ouviu falar em Paraná?

ENTREVISTADO: Já...

GERMEN: Que lhe faz lembrar o Paraná?

ENTREVISTADO: Bem... a Rua XV, os quiosques, Teatro
Guaíra, Expresso, Estrada Graciosa, Antonina, Ilha do Mel, Quentão, Pinhão.

O entrevistado não está se referindo a um Paraná geográfico ou à sua imagem absoluta. As analogias traçadas por cada um formam o conjunto de signos que delimitam uma idéia “Paraná”.

Dentre os muitos “Paranás” temos o “Paraná — celeiro do Brasil”, o “Paraná da terra-roxa”, “Curitiba — termômetro-cultural”, o “leite-quente-prá-dor-de-dente”, e outros, variando com o repertório e as relações de cada um. O entre-

* Integrantes do PROJETO GERMEN, grupo de estudo que pesquisa os novos rumos da arquitetura e da sociedade.

vistado refere-se ao “Paranismo Curitibano”, ou “Curitibanismo”.

Nos idos de 20 e 30, um grupo de pessoas que possuíam uma afinidade cultural e afetiva particular, encontrando-se pelos bares deste Paraná curitibano, em plena reestruturação da cultura a nível mundial, materializaram este sentimento na forma de um movimento cujo ápice foi a definição de símbolos que foram usados como instrumentos de veiculação de suas idéias.

Nomes como Turim Ghelfi, Lange e outros artistas considerados internacionalmente, batalharam por esse “estilo” e tomaram pinha-pinhão-pinheiro como símbolo, estampado pela Curitiba nas calçadas, quadros, paredes, inserindo um elemento singular na arquitetura, legitimando-a como paranaense. (Ver figuras 1, 2 e 3).

Vários fatores podem explicar o surgimento destas manifestações regionalistas. Nesta época o Paraná resumia-se a poucas cidades de relevância a nível nacional, sendo a região formada por Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa, a mais significativa. Aí se concentrava a cultura e o poder do Estado, enquanto o interior mal começava a se desenvolver. Politicamente, a Revolução de 30, resultou numa nova conjugação de forças na vida pública nacional. Por um lado a política “café-com-leite”, isto é, a hegemonia mineiro-paulista foi quebrada. Por outro, estados do nordeste e do sul passaram a ter um novo peso político, inclusive passando a ocupar a Presidência da República. Tais questões criaram novas expectativas políticas nos estados até então excluídos do processo decisório nacional como, por exemplo, o Paraná. Para viabilizar essa participação seria inevitável o desenvolvimento e a ocupação do resto do estado. Isto, de uma forma ou de outra, levaria a uma nova relação de cultura e poder, a partir do processo de interiorização do estado, onde o privilégio do Paraná ser representado pela tradição “Curitibanista” enfraqueceria. Paralelamente a meta do Estado Novo de integração nacional, buscando eliminar as diferenças regionais em prol de uma identidade nacional, também ameaçava estas tradições. Isto fica claro quando vemos que surgiram

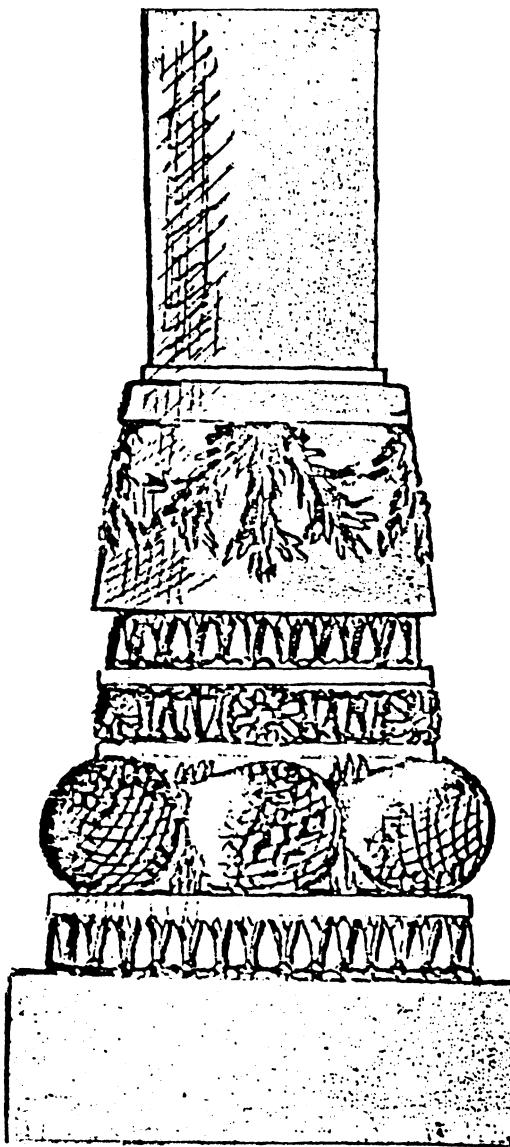


FIGURA 1 — Estilização do motivo pinheiro, aplicada em capitel de coluna (J. Turim).

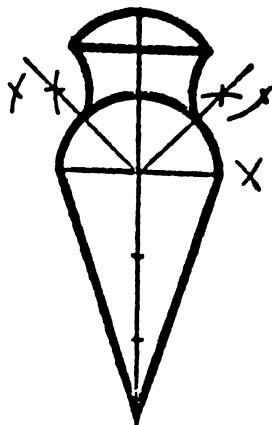


FIGURA 2 — Geometrização do pinhão (Frederico Lange de Morretes).



FIGURA 3 — Ilustração de inspiração paranista (A...Nisio).

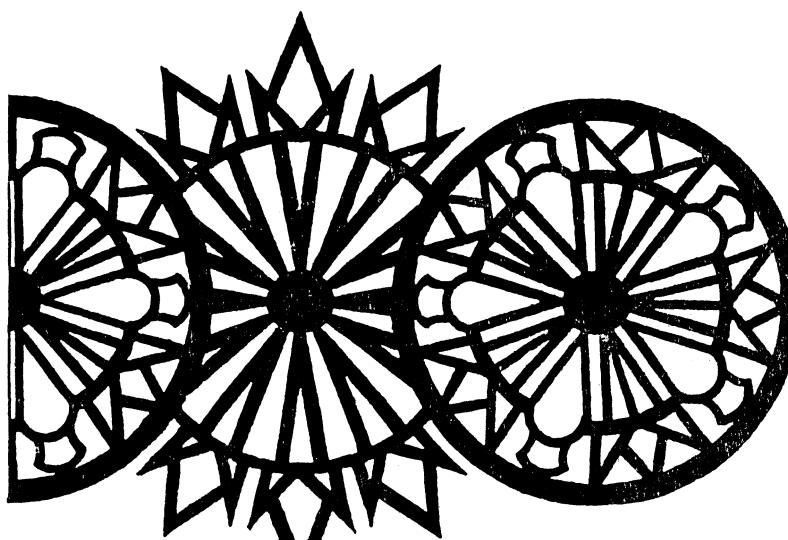
manifestações semelhantes em outros estados, como o “verde-amarelismo”, o “pau-brasil” e o “antropofagismo”. As manifestações regionalistas, então, encerram em si um caráter de preservação da cultura de um Paraná: por um lado para ter força e identidade a nível nacional, resguardando seus valores dentro do plano nacional de integração, e por outro para difundir estes símbolos perante um Paraná (o

interior do estado) que surgia distante e ameaçado pelas tradições de outros estados.

Numa macro-análise havia também a perspectiva de uma internacionalização veiculada pelo movimento moderno. O mundo deveria pulsar todo num mesmo ritmo, padronizado pela estrutura industrial; nem as artes nem a arquitetura escapariam desta maré gigante. O movimento moderno pode ser sintetizado por uma frase do arquiteto Mies Van Der Rohe "Less is More" (menos é mais), ou seja, as diferenças são excluídas. Estabelece-se um homem-tipo, com necessidades-padrão, que em qualquer lugar do mundo consumirá a cultura e os produtos também padronizados, desconsiderando as diferenças regionais. Este paranismo nasceu como reação ao internacionalismo do estilo moderno e por ele foi esmagado.

Foi um movimento pálido. Não teve a consistência de um manifesto, de uma escola, muito menos uma grande estruturação teórica ou acadêmica. Foi, sim, um sentimento que se manifestou em algumas pessoas sensíveis à atmosfera da época preocupadas em preservar sua identidade cultural. A passagem dos símbolos que criou para a arquitetura teve como suporte a estrutura do movimento eclético. Apesar da efemeridade desta manifestação paranista, seus símbolos perpetuaram-na. A grande força deste movimento foi a participação póstuma de seu acervo arquitetônico no cotidiano dos curitibanos durante as décadas seguintes (Figuras 4 e 5).

Paralelamente o desenvolvimento do Paraná, injetando novos elementos, reciclou o repertório cultural oferecendo hoje uma multiplicidade de temas paranistas, que variam dentro das peculiaridades de cada região do estado. Politicamente o projeto de afirmação nacional do Paraná ainda não se concretizou, e sua identidade cultural ainda está longe da maturidade. A nível mundial, os grandes relatos modernistas estão sendo negados, abrindo espaço à estruturação de grupos onde a força não está no gigantismo ou no consenso mas em suas particularidades culturais. O homem que era "tipo" resgata a individualidade, assim como a produção cultural e de bens perde seu caráter massificador.



FIGURAS 4 e 5: Estilização e composição com pinhas e sua aplicação nas calçadas de Curitiba.



O estado pós-moderno¹ da cultura atual, negando os grandes relatos modernistas, abre espaço à estruturação de grupos onde a força não está no gigantismo ou consenso, mas em suas particularidades culturais.

Essas peculiaridades que sempre existiram na arquitetura, embora ofuscadas pelo clarão modernista, encontram espaço dentro da arquitetura pós-moderna, como na redescoberta do vernacular na arquitetura, na revisão da história da arquitetura, com a reutilização de elementos numa linguagem atual, o uso do ornamento buscando uma funcionalidade estético-simbólica.

Com a tensão gerada por esse turbilhão de idéias fica eminente o surgimento de novas posturas paranistas na arquitetura.

Temos numa proposta paranista o “grande lance” de jogar um pós-moderno próprio, novo, numa fusão de idéias do momento com a força de uma tradição. As maneiras de se materializar essa arquitetura vão desde a utilização da pinha-pinhão-pinheiro como símbolos, seja numa reinterpretação do período eclético, ou com novas interpretações, até a busca de outros símbolos ou referências que se tornaram representativos de uma cultura paranista.

Símbolos que podem assumir caracteres diferenciados como: históricos, que tiveram sua força assegurada ao longo dos anos (pinha, pinhão, pinheiro, gralha azul — apesar de sua quase completa aniquilação); funcionais, que por sua eficiência tornaram-se modelos (plano urbanístico de Curitiba); econômicos, sistema de geração de riqueza baseado na agricultura (arquitetura rural); ecológicos, doloroso símbolo da devastação da mata atlântica e do interior (ocupação do espaço ecologicamente)²; estéticos, que por sua aceitação popular, imprimem seu valor social (casa de madeira, lambrequim, telha de barro); curitibanistas, próprias da região do extremo leste do estado (litoral, calçadão, quiosques, luminárias da XV, expresso).

1 Ver: LYOTARD, Jean François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1986. PROJETO GERMEN. Pós-moderno: uma discussão menor. *Revista Projeto* 91:40, 1986.

2 Ecológicamente, relativo à eficiência da relação custo/benefício sobre o ecossistema.

Este paranismo não deve ter a pretensão de ser a verdadeira arquitetura, mas sim uma arquitetura verdadeira. Não pode ser encarado como a fórmula da arquitetura, porém não pode ser desprezado como forma de arquitetura. Esta arquitetura tem sua força no equacionamento destes símbolos, formando uma rede de idéias dinâmica, seja como ponto de partida ou forma de linguagem (Figura 6)

Se o paranismo dos idos de 20 e 30 teve o movimento eclético apenas como suporte, um paranismo hoje tem no pós-moderno muito mais que isso — a perspectiva de uma reinterpretação cultural onde brilham os valores regionais.

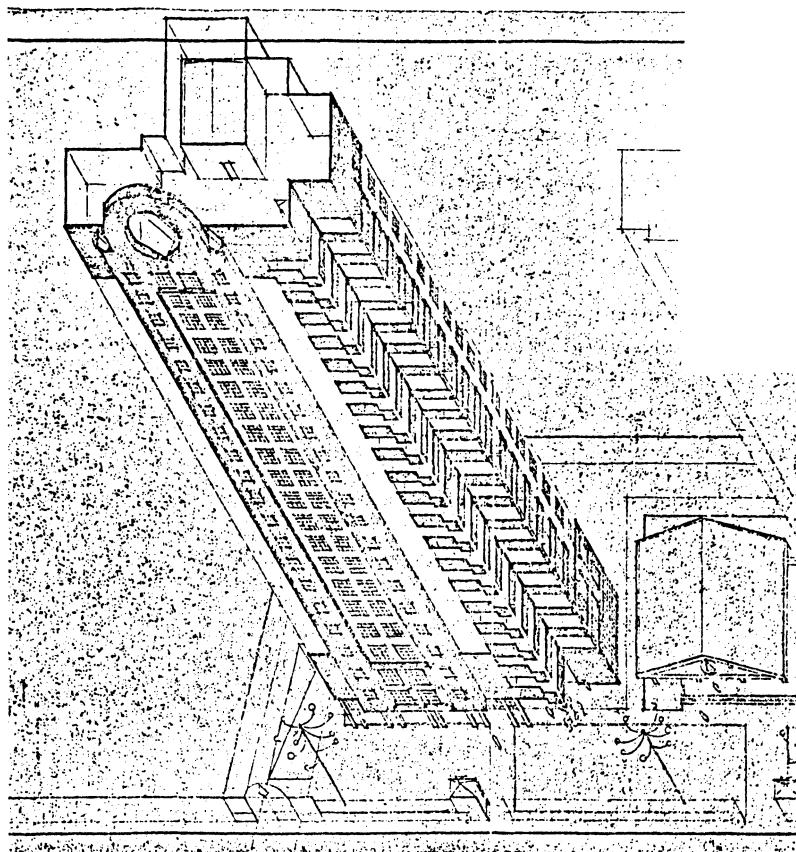


FIGURA 6 — Proposta pós-paranista na arquitetura, tendo o pinhão como elemento central no seu coroamento, 1986.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- 1 LYOTARD, Jean François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1986.
- 2 PROJETO GERMEN. Germen e a nova arquitetura. *Revista AU*, 8:96-7, 1986.
- 3 _____. Pós-moderno: uma discussão menor. *Revista Projeto*, 91:40, 1986.
- 4 TOFFLER, A. *A terceira onda*. Rio de Janeiro, Record, 1980.

UMA COMUNIDADE DE ORIGEM GERMANICA EM CURITIBA; DEMOGRAFIA E SOCIEDADE (PESQUISA EM CURSO)

SERGIO ODILON NADALIN

Professor Adjunto do Departamento de História da
Universidade Federal do Paraná.

A Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba tem sido o alvo de minhas preocupações científicas desde que decidi, em 1968, inventariar o acervo do arquivo desta comunidade religiosa de origem germânica, constatando a existência de séries completas de registros de batismos, casamentos e óbitos entre a documentação levantada. De lá para cá, o estudo do grupo permitiu-me elaborar e defender duas dissertações (de mestrado e doutorado), a redação de vários artigos, individualmente ou em colaboração¹, bem como a produção de quase uma dezena de relatórios técnicos, como bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico².

Não se trata aqui de repetir a história da imigração alemã e dos luteranos em Curitiba, pois o tempo desta comunicação é limitado. A minha intenção é a de dar uma satisfação à comunidade acadêmica do estado atual da problemática da minha pesquisa; dizendo melhor, problemática onde as questões básicas foram já traduzidas sob a forma de objetivos da investigação.

I. OS OBJETIVOS DA PESQUISA

Eu distinguiria, primeiramente, o estudo de um grupo caracterizado por uma unidade social “acompanhada por uma consciência comum e por uma certa coesão na ação”³:

1 Ver as Referências Bibliográficas.

2 Desde 1.º de julho de 1979.

3 GOLFIN, jean. **Vocabulário essencial da sociologia; temas e problemas.** Lisboa, Moraes, 1973. p. 94.

uma consciência étnica original, germânica (**Deutschstum — germanidade**), a prática da **Muttersprache** (língua-mãe), a tradição de um “associativismo” tipicamente alemão. O luteranismo daria feição especial ao agrupamento, completando o seu caráter mental e ideológico, seus interesses e objetivos, e de modo não menos importante que os fatores anteriores; aliás, constituindo mesmo parte da germanidade.

O grupo é uma “unidade social dotada de certa duração”⁴, o que na população em questão evidenciar-se-ia também pelo fato de permanecer **imigrante** por um certo tempo, não só em função do fluxo relativamente constante de novos membros imigrantes no seio da paróquia, mas principalmente pela identificação durante mais de uma geração com a sociedade emissora, identificação essa que se mantinha, que durava no tempo enquanto permanecia a **corrente social**⁵ que conservava vivos e idealizados os laços com a mãe-pátria.

Duração, permanências e, evidentemente, as mudanças, as rupturas, ou melhor ainda, as **mutações**: especifica-se o meu interesse de historiador. Trata-se do estudo de um determinado grupo social **no tempo**. Num tempo concreto, vivenciado pela comunidade a partir de 1866, até o presente.

É na perspectiva do tempo, objeto formal do historiador, que me permito construir um amplo quadro teórico referencial. Hipóteses de trabalho, e nada mais do que isso, e que naturalmente deverão ser testadas.

A história do grupo é também uma história de contatos culturais, de **aculturação**⁶. Com efeito, a coesão do grupo é influenciada pela identificação que dele faz a sociedade curitibana, completando-se o quadro de uma dinâmica de conflito. Assim, sua história deve considerar os ritmos temporais da unidade interna da comunidade, combinado com os ritmos definidores da história da sociedade curitibana. Em outros termos, trata-se de temporalidades formadas pela contradição dos contatos culturais, em níveis diversos, con-

⁴ BIROU, Alain. **Dicionário das ciências sociais**. Lisboa, D.Quixote, 1973, p. 180.

⁵ HALBWACHS, Maurício. **Morfologia social**. São Paulo, Academia, 1941, p. 100. O problema foi tratado de maneira mais detalhada no artigo NADALIN, S.O. **Imigrantes alemães e descendentes em Curitiba: caracterização de um grupo social**. **História: Questões & Debates**, 2(2):23-35, jun. 1981.

⁶ WACHTEL, Nathan. A aculturação. In: LE GOFF, J & NORA, P. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro, F.Alves, 1976. p.113 e 118.

tatos que, de um lado, articulavam as forças “comunitárias” do grupo com forças que poderiam ser desagregadoras; por outro lado, forças impostas pela urbanização da sociedade curitibana, o que poderia levar à **assimilação** ou à **integração** dos elementos do grupo⁷.

Ainda hipoteticamente, a dinâmica da integração-desagregação cultural do grupo, imposta pela sua inserção na sociedade curitibana, supõe, primeiramente, numa perspectiva de longa duração, que a “modernização” da sociedade circundante interferia no grupo, tornando-o mais complexo: criavam-se gradativamente conflitos internos, que devem ter contribuído para diminuir a união da comunidade. Em segundo lugar, as pressões externas, ao contrário, poderiam explicar o fortalecimento da unidade do grupo em certos períodos mais críticos da sua história. Deste modo, deve-se contrapor a uma perspectiva **macro** que evidenciava uma tendência à integração ou assimilação dos indivíduos que se congregam na paróquia, uma perspectiva conjuntural que permite verificar contradições na tendência geral.

Condições sociais e ideológicas devem ter alimentado toda uma gama de preconceitos que se desenvolveram naturalmente de lado a lado como parte do processo de aculturação. Estas incompreensões mútuas adquiriram contornos mais nítidos em períodos de crise, mormente na conjuntura dos anos trinta. Melhor dizendo, duas datas marcam a história recente da comunidade, datas que balizam uma conjuntura de profundas transformações na sociedade brasileira: 1930 e 1945. Entre os imigrantes, principalmente alemães luteranos, aceleraram-se nestes quinze anos os acontecimentos que levaram, traumáticamente, ao abalo na continuidade das gerações, abalo esse que parece, finalmente, definir uma mutação. Assim, primeiramente, entre 1930 e 1937, o fim da “Grande Imigração” (1850/70 a 1930) e a regulamentação de uma imigração por “quotas”; em segundo lugar, a sucessão de acontecimentos tornados possíveis a partir de 1937, com o Estado Novo: um maior desenvolvimento de ambiente ideológico desfavorável à cultura imigrante e à

⁷ WACHTEL, p. 113, 118.

imigração estrangeira. Tal fato é exteriorizado, por exemplo, em conceitos de aculturação como sinônimo de assimilação, no conceito de “quisto étnico”, e assim por diante. Enfim, uma ditadura que permitia ou estimulava pressões da intimidação policial e que consentiu, dado o clima geral do momento, na exacerbação das paixões populares e nas pressões do “quebra-quebra” contra as comunidades imigrantes. Com a declaração de guerra à Alemanha em 1942, têm fim as atividades contraditórias do governo brasileiro. Pelo menos, do ponto de vista da política internacional, o país decidia tomar partido. Se a sociedade imigrante já sofria anteriormente as características nacionalistas do regime, é evidente que a situação radicalizou-se: a língua alemã era colocada fora-da-lei.

E, finalmente, 1945, o abalo final: terminara a guerra e redemocratizava-se o país. A identidade teuto-brasileira, colocada em questão já a partir dos fatos anteriores ao conflito mundial, entraria mais profundamente em crise. A meu ver, este problema não resultou somente da derrota alemã na guerra (a Alemanha já tinha sido vencida em 1918, sem maiores repercussões no grupo). A minha hipótese radica-se na desmistificação do nacional-socialismo, em conjunto com a cruel revelação da natureza genocida do nazismo. É possível mesmo supor, numa perspectiva mais ampla, a destruição de um mito incrustado no inconsciente coletivo dos alemães, o mito da germanidade, o mito do *Reich*, do “pan-germanismo”, exteriorizado entre os imigrantes alemães por uma frase reveladora: “Nós queremos ser e permanecer homens alemães, (e) honestos e bons cidadãos brasileiros”⁸.

Rompeu-se a corrente social, a denominação “teuto-brasileira” para os membros da comunidade não tem mais sentido. Em quinze anos! Desta maneira, além da perspectiva da longa duração, é preciso salientar no interior das conjunturas o papel do acontecimento como catalizador de mutações estruturais⁹ que parecem marcar pelo menos esta fase da história da comunidade.

8 *Der Kompass*, Curitiba, n. 87, 1937. Citado por WILLEMS, Emílio. **Assimilação e populações marginais no Brasil**. São Paulo, Nacional, 1940. p.152-5.

9 A esse respeito ver LADURIE, Emmanuel le Roy. *Évenement et longue durée dans l'histoire sociale*. In: _____. *Le territoire de l'historien*. Paris, Gallimard, 1973. p.169-86.

2. AS BALIZAS CRONOLOGICAS

Apesar de toda a sua complexidade, este tempo torna-se concreto principalmente quando é utilizado um "código", instrumento de medida do historiador e definição da singularidade do fenômeno histórico; em outros termos, uma cronologia.

A data baliza inicial, 1866, insere-se na conjuntura de enclave¹⁰ — ou que levaria rapidamente a um enclave — característica da instalação dos alemães em Curitiba a partir da década de 1850.

O presente, principalmente o presente do historiador, marcado pelas circunstâncias em que está sendo elaborada esta problemática, constitui o "fecho" da observação, pelo menos teoricamente. Do ponto de vista da análise, ou melhor, dos estudos mais específicos que estão sendo realizados, em virtude de algumas questões que envolvem a pesquisa e sua natureza, e também em função de problemas técnicos ligados a metodologia, é necessário, pelo menos por enquanto, fixar mais atrás a data que limita a observação do grupo.

A fixação desta data baliza considera, em princípio, que a história do grupo se desenvolve em torno não mais de uma Igreja luterana que constitui traço cultural imigrante germânico, mas uma Igreja de caráter "missionário", como outras. Trata-se, no fundo, de um indicador de um processo de mutação que provavelmente deve ter ocorrido na conjuntura determinada pelos eventos que vão de 1930 a 1945, como já expliquei anteriormente. Se fosse possível precisar, salientaria 1937-1945. A baliza provisória a ser guardada é, assim, o ano de 1939. Como complementação, definiram-se grandes fases na história do grupo, mais ou menos delimitadas pelas datas de 1866-1894, 1895-1919, 1920-1939 45, e 1946 até o presente.

3. A METODOLOGIA

A metodologia origina-se diretamente da problemática. Desta forma, teríamos:

¹⁰ NADALIN, p. 26.

3.1. O grupo social

Considere-se, inicialmente, a “Comunidade do Paraná tradicional”, estruturada na polarização **senhor x escravo**. Considere-se também que, numa situação marginal, organizavam-se os grupos que, em conflito, tentavam penetrar no eixo central da sociedade¹¹. Citando o Professor Brasil Pinheiro Machado: “morfologicamente, as comunidades históricas brasileiras são compostas, horizontalmente, de grupos sociais e, verticalmente, de camadas sociais”¹².

Nestas “comunidades históricas”, entre outros agrupamentos, evidenciavam-se aqueles constituídos de recém-vindos e seus descendentes: creio ter ficado evidente a importância dessa noção, considerada a partir de uma homogeneidade, “horizontal”, na população enfocada. No seu sentido mais amplo, a mesma não permite visualizar as contradições internas do grupo, passíveis de serem parcialmente definidas pelas relações entre as “camadas” sociais. Além disso, a complexidade dessas contradições, tanto “horizontais” quanto “verticais”, varia no tempo. Desta forma, é óbvio que a comunidade dos evangélicos luteranos é uma, na conjuntura da instalação da Igreja, bem diferenciada daquela do final do século XIX, e assim sucessivamente. Absolutizando esta categoria, estariamos igualando coisas diferentes.

Penso ter deixado claro na problemática esboçada, que a perspectiva macro (longa duração) é “nuancada” pelos cortes transversais que permitem definir certas coerências conjunturais na história do grupo. Este é o primeiro passo para dar conta da questão levantada há pouco. Articulado com essa perspectiva, será adotado um recurso metodológico privilegiado pela demografia histórica, qual seja, a centralização da observação na família, portanto numa perspectiva micro, utilizando-se o “corte” do **ciclo vital** e a temporalidade que lhe é característica. É evidente que, especialmente para

11 CARDOSO, Jayme Antonio. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. *História: Questões & Debates*, 2(2):10-3, jun. 1981.

12 PINHEIRO MACHADO, Brasil. O estudo da história regional; uma nota prévia. *História: Questões & Debates*, 2(3):104, dez. 1981.

esta perspectiva de análise, os saltos entre o “quantitativo” e o “qualitativo” deverão ser largamente utilizados.

Outro recurso seria o de considerar na análise as camadas sociais no grupo, em função principalmente das atividades sócio-profissionais exercidas pelos seus membros. Para isso será necessário coletar outros testemunhos, fazer convergir fontes, uma vez que aquelas guardadas no acervo da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba trazem poucas informações a esse respeito.

Classificar as famílias em função das atividades sócio-profissionais implica num outro problema, que é o da “pulverização” do universo de análise em quantidades muito pequenas, impossíveis de serem tratadas pelos métodos paramétricos da estatística; para tanto, será necessário utilizar técnicas estatísticas especiais.

3.2. O tempo

Voltando à questão do tempo, foi colocada na problemática a complexidade do choque cultural resultante do contato entre a sociedade “imigrante” e a sociedade “receptora”: verifica-se em níveis diversos, cada qual com sua própria duração, com sua própria individualidade histórica e portanto relativamente independente. Ao mesmo tempo, cada nível guarda uma interdependência com outros, numa relação dialética, compondo uma coerência, uma estrutura. As relativas sincronias na dinâmica da estrutura permite por sua vez vislumbrar coerências conjunturais, tempos médios. Enfim, trata-se de **n** durações, **n** ritmos, **n** coerências, **n** contradições. Definem-se em vários sub-sistemas que, como as diversas durações, são abstraídos da realidade. Um destes sub-sistemas é por mim privilegiado como recurso metodológico, composto basicamente pelas variáveis demográficas (natalidade, fecundidade, migração, nupcialidade e mortalidade). Desta forma, as estruturas demográficas, além de constituírem especificamente um objeto de conhecimento, são um nível de análise que possibilita levantar indicadores acerca das atitudes e comportamentos sociais que nos levam naturalmente a uma concepção mais ampla do grupo. Acre-

dito, e considero isso um recurso metodologicamente importante, que a problematização deve fazer parte principalmente do curso das investigações. Em outras palavras, propõe-se problematizar a partir de uma análise demográfica, para se chegar a uma história mais total do grupo.

CONCLUSÃO

Ficou evidente que um corpo de questões definem o quadro geral da pesquisa que desenvolvo. Por outro lado, um conjunto de investigações desenvolvidas desde 1969, quando terminei o levantamento do Arquivo da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba, tem-me permitido colecionar uma série de dados, cujas análises tendem a atingir a problemática ampla da pesquisa mas que, mais especificamente, limitam-se ao quadro geral da Demografia histórica. Como diz Jacques Dupâquier, reportando-se a 1963 quando iniciava seus estudos nessa disciplina: então, a demografia histórica me parecia como a antecâmara da história social. Antecâmara imensa: dezessete anos mais tarde, não consegui ainda sair dela¹³! Conhecendo Dupâquier, considero esta observação otimista, e não negativa; como ele, conheço as virtualidades da demografia histórica, porém ficam algumas questões finais, e que são metodológicas: considerando a existência de culturas em contato, como se reflete esta dinâmica nas estruturas demográficas? Ou, de outra maneira, como as estruturas demográficas indicam, caracterizam e se articulam com a situação de contato cultural em que se encontra a comunidade?

Para responder a estas questões metodológicas, que tratam de uma história demográfica da aculturação, estou convicto que é também preciso não só inovar, mas também ousar metodologicamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BALHANA, Altiva Pilatti & NADALIN, Sérgio Odilon. Análise do ciclo vital a partir da reconstituição de famílias: estudos em demografia histórica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSO-

13 DUPÂQUIER, Jacques. *Pour la démographie historique*. Paris, PUF, 1984, p. 17.

- CIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2., Águas de São Pedro, 1981. Anais. São Paulo, ABEP, 1981. p. 645-63.
- 2 ————— et alii. Estudos de demografia histórica no Paraná. In: CONGRESSO INTERNAZIONALE DEGLI AMERICANISTI, 40., Roma, 7219. Gênova, Tilgher, 1972. p. 331-53. Também publicada em Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, 20:5-48, 1973.
- 3 BIROU, Alain. Dicionário das ciências sociais. Lisboa, D. Quixote, 1973. 454 p.
- 4 CARDOSO, Jayme Antonio. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. *História: Questões & Debates*, 2(2):5-13, jun.1981.
- 5 DUPÁQUIER, Jacques. Pour la démographie historique. Paris, PUF, 1984.
- 6 GOLFIN, Jean. Vocabulário essencial da sociologia; temas e problemas. Lisboa, Moraes, 1973. 213 p.
- 7 HALBWACHS, Maurício. Morfologia social. São Paulo, Academia, 1941. 218 p.
- 8 LADURIE, Emmanuel le Roy. Le territoire de l'historien. Paris, Gallimard, 1973. 542 p.
- 9 LE GOFF, J. & NORA, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.
- 10 NADALIN, Sérgio Odilon. Os alemães no Paraná e a Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba: estudo de grupos imigrantes e descendentes a partir dos registros paroquiais, 1866-1969. *Estudos Brasileiros*, 7(12):5-36, dez.1981.
- 11 —————. Arquivo da Comuna Evangélica de Curitiba. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, 9:19-43, 1969. Também publicado em *Revista de História*, 2:261-81, 1971.
- 12 —————. A colonização alemã e os luteranos em Curitiba. In: CÍCLO DO PENSAMENTO CURITIBANO, 1., Curitiba, 1984. I Círculo do Pensamento Curitibano. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 1984. p. 47-53.
- 13 —————. Dinâmica da população evangélica luterana em Curitiba a partir de 1866: alguns aspectos sobre a fecundidade. *História: Questões & Debates*, 3(5):195-204, dez. 1982.
- 14 —————. Fecundidade das famílias de confissão luterana em Curitiba, 1920-1939. *Revista Brasileira de História*, 2:175-84, set. 1981.
- 15 —————. Imigrantes alemães e descendentes em Curitiba; caracterização de um grupo social. *História: Questões & Debates*, 2(2):23-35, jun. 1981.

- 16 _____. **A origem dos noivos nos registros de casamento da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba; 1870-1969.** Curitiba, 1974. 341 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- 17 _____. **Une paroisse d'origine germanique au Brésil; la communauté evangélique luthérienne à Curitiba entre 1866 et 1969.** Paris, 1978. 555 p. Thèse, Doctorat du 3^e cycle, École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- 18 PINHEIRO MACHADO, Brasil. O estudo da história regional; uma nota prévia. **História: Questões & Debates**, 2(3):103-8, dez. 1981.
- 19 WILLEMS, Emilio. **Assimilação e populações marginais no Brasil.** São Paulo, Nacional, 1940. 343 p.

A HISTORIOGRAFIA PARANAENSE EM DEBATE:

notas de leitura

MOVIMENTO CAMPONÊS DO SUDOESTE DO PARANÁ: ASPECTOS POLÊMICOS

MARIA CRISTINA COLNAGHI*

RESUMO

Neste artigo discutem-se questões fundamentais do movimento camponês ocorrido em 1957 no Sudoeste do Paraná, visando estimular o debate na historiografia paranaense.

A partir da compreensão do processo de tomada de posição dos colonos no plano econômico e político das relações sociais, centra-se a discussão, em resposta às críticas feitas por Iria Zanoni Gomes ao trabalho "Colonos e Poder; a luta pela terra no Sudoeste do Paraná", no papel dos fatores e/ou agentes externos na condução dos acontecimentos, notadamente os políticos-partidários, o policial). Procura-se, assim, avaliar o peso dos sistemas de alianças na organização política dos colonos.

Quando no início dos anos 80 escolhi como tema de Dissertação de Mestrado o processo de luta pela terra que culminou no levante de colonos ocorrido em 1957 no Sudoeste do Paraná¹, sabia ter pela frente uma tarefa difícil. O tema não sendo inédito, impunha a necessidade de avanço no conhecimento da realidade, de modo a buscar uma identidade própria para meu trabalho.

Assim, se no trabalho de Rubem Murilo Leão Rego percebi a determinação do fator econômico, expressa na percepção do campesinato sudoestino enquanto categoria social

* Socióloga, Mestre em História do Brasil pela UFPR.

¹ COLNAGHI, Maria Cristina. *Colonos e poder; a luta pela terra no Sudoeste do Paraná*. Curitiba, 1984. 234 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

e econômica, se reproduzindo na relação com o processo de acumulação de capital²; no trabalho de Joseph Wallace Foweraker percebi a determinação do político, expressa no jogo de interesses político-partidários permeando a luta pela terra³.

A partir da junção dos pressupostos contidos nessas duas análises, procurei avançar no conhecimento do processo de luta pela terra no Sudoeste do Paraná, tanto em sua configuração empírica, quanto teórica. Elegi, assim, como marco teórico referencial a preocupação em demonstrar os mecanismos de dominação/subordinação⁴ que inseriram a terra na trama das classes sociais.

A compreensão do processo de tomada de posição dos colonos do Sudoeste do Paraná, no plano econômico e político das relações sociais, exigiu uma configuração analítica bastante problemática, traduzida na dificuldade do uso de categorias marxistas, por um lado, depuradas de sua "praxis" revolucionária e, por outro, aplicadas ao universo camponês. Ou ainda, na dificuldade de se analisar a ação de atores sociais historicamente desprovidos de ação; de se analisar uma luta de contestação, ao mesmo tempo que uma luta subordinada. Contestação essa não à apropriação privada da terra, mas ao monopólio da terra e ao poder que ele engendra, na medida em que esse monopólio compromete a reprodução camponesa. Subordinada pelo fato da identidade política do campesinato não sobreviver a ponto de fazer frente tanto à exploração das diferentes formas do capital, como à sua exclusão do pacto político⁵.

Não obstante o conhecimento de todas essas dificuldades, assumi o desafio e os riscos subjacentes à necessidade de elaboração de recontextualizações de determinados con-

2 REGO, Rubem Murilo Leão. *Terra e violência; estudo sobre a luta pela terra no Sudoeste do Paraná*. 123 p. Dissertação, Mestrado, Universidade de São Paulo.

3 FOWERAKER, Joseph Wallace. *The frontier in the South-West of Paraná; from 1940*. Oxford, 1971. 100 p. B. Phil. thesis, Oxford University.

4 Para tanto, elaboramos uma recontextualização do conceito de dominação de classe, através da junção da noção de Marx — subordinada à exploração econômica — e de Gramsci — subordinada à coerção manifesta na detenção do aparelho de Estado. Entendemos, assim, por mecanismos de dominação/subordinação de classe, aqueles que dizem respeito à submissão no plano social e pouático dada pela exploração econômica. Ou ainda, aqueles que legitimam e sustentam através da coerção (física ou não) as desigualdades sociais.

5 Ver MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981. 185 p.

ceitos, procurando dar conta do difícil exercício de interação entre realidade e teoria. Para tanto, procurei não perder de vista o fio condutor de meus pressupostos teórico-metodológicos, de forma a buscar uma análise mais clara e cristalina, onde a explicitude tem lugar privilegiado.

A atenção que Iria Zanoni Gomes em recente estudo⁶ dedica ao meu trabalho indica que consegui realizar o trabalho marcante e polêmico que pretendia, de modo a estimular o debate na historiografia paranaense. A autora, além de dirigir-me algumas críticas, presta-me uma "homenagem" ao se apropriar do meu arranjo metodológico, manifesto na mesma seleção, ordenação e encadeamento analítico dos fatos⁷. O arranjo metodológico não brota da realidade empírica, mas justamente da seleção e interpretação do investigador. É, portanto, uma resultante subjetiva e irredutível, passível somente de apropriação explícita.

Excessivamente preocupada em ganhar espaço no debate, via ataques ao meu trabalho, a autora esqueceu-se de firmar a identidade de seu próprio trabalho, marcando sua contribuição à historiografia paranaense. O que se tem é um estudo que, do ponto de vista empírico, não agrupa praticamente nada ao que já conhecemos sobre a temática, e, do ponto de vista teórico, retrocede, dada a superficialidade e evasivas com que trata dessa questão.

Iria afirma que não se preocupou com as questões estruturais que envolvem o processo de luta pela terra, dizendo tomar essas questões apenas como ponto de partida. Enfatiza que sua preocupação foi "centralizar a análise nos aspectos subjetivos internos do movimento" (p. 12)⁸. Surpreende-me, no entanto, que em momento algum a autora discuta o que seriam esses "aspectos subjetivos". Como de resto, não discute, nem mesmo indica, aspectos metodológicos essenciais como suas hipóteses de trabalho, seus objetivos e suas conclusões.

⁶ GOMES, Iria Zanoni. 1957: a revolta dos posseiros. São Paulo, 1986. São Paulo, 1986. Dissertação, Mestrado, Universidade de São Paulo. Trabalho publicado por Edições Círiar, Curitiba, 1986. 124 p.

⁷ Esta ordenação metodológica não é, de forma alguma, resultante natural da temática, pois deu-me muito trabalho a sua elaboração, e não é observada em nenhum dos trabalhos anteriores.

⁸ Todas as indicações de número de páginas referem-se ao trabalho publicado.

Não há, também, qualquer discussão que defina se a reação dos colonos do Sudoeste foi uma manifestação de classe, enquanto tal⁹. O que percebemos é um tratamento tangencial e escamoteador da questão que, sem qualquer justificativa conceitual, ora fala em “grupos sociais”¹⁰ com “interesses contraditórios e antagônicos” (p. 6); ora em “elaboração da consciência social que vai impulsivar o homem do campo a se organizar para resistir...” (p. 6). Numa única ocasião a autora “escorrega” ao afirmar que “... (os colonos) aprenderam que a união, a força, a aliança com outros elementos que não são os de sua classe, mas identificados com seus interesses, era fundamental”. (p. 74).

Trata-se, sem dúvida, de questão delicada que, antes de mais nada, remete à dúvida de até que ponto pode-se falar do campesinato como classe social?

Não havendo dentro do campesinato separação entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção não há antagonismos dentro do processo produtivo; consequentemente não se justifica o emprego do conceito marxista de classe social. Entretanto, entendemos que as lutas camponesas são o espaço em que os trabalhadores do campo historicamente têm usado para fazer valer seus interesses coletivos. São por isso movimentos de caráter político, na medida em que opõem os camponeses a outras classes sociais, acentuando a separação entre camponeses e não camponeses¹¹.

A relevância dessa questão decorre, sem dúvida, da dificuldade do campesinato organizar-se enquanto classe, o que tende a aumentar na medida em que as relações que mantém com as outras classes acentua o processo de dominação/subordinação de classe, acentuando sua própria heterogeneidade.

⁹ Dado fundamental na análise da organização política que dá sustentação ao movimento; principalmente quando percebemos a importância que a autora atribui a essa organização política em torno de interesses comuns.

¹⁰ Os grifos são meus.

¹¹ Neste sentido, percebo o campesinato sudoestino como classe política, entendendo-o como categoria histórica, ligada a formações sócio-econômicas específicas, que emerge e atua como força social, numa conjugação de condições para fazer valer seus interesses coletivos. Ver VELHO, Otávio Guiuherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo, Difel, 1976. HOBSBAWM, Eric J. Os camponeses e a política. *Ensaio de Opinião*, 8:42-56, 1978.

A luta pela terra no Sudoeste do Paraná resultou num movimento regional de dimensões consideráveis que reuniu milhares de campões, subvertendo a ordem estabelecida, através da tomada das cidades de Santo Antônio do Sudoeste, Capanema, Pato Branco e Francisco Beltrão e da destituição temporária das autoridades públicas. Tudo isso em nome do direito dos colonos permanecerem na terra, da qual estavam sendo expulsos pela ação violenta e coatora das companhias privadas de colonização¹², vinculadas ao então Governador do Estado, Sr. Moysés Lupion.

Não se trata, no entanto, de um movimento camponês revolucionário, em busca de uma nova ordem econômico-social e um novo sistema de propriedade, mas de uma luta que transformou-se em canal de confrontação política que ampliou o âmbito de sua organização e ressonância, fazendo chegar ao Estado e à opinião pública suas reivindicações, intervindo na constituição e dinâmica do poder político.

Os campões sudestinos efetivamente mostraram que ser subalterno não significa ser ausente de poder. Poder esse que nasceu da solidariedade, mobilização e organização em torno de interesses comuns.

Entendendo que o problema do camponês não é ser passivo ou ativo, mas como e quando passar de um estado para outro¹³, procurei mapear as relações sociais fundamentais para a eclosão do conflito. Relações essas que se estabeleceram numa conjuntura nítida de intervenção do Estado no sentido de expansão da fronteira agrícola com os excedentes populacionais oriundos das zonas de colonização antiga — Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A partir da análise das duas economias em interação — exploração agrícola e exploração florestal — foi possível detectar duas classes sociais antagônicas na estrutura social

12 Trata-se da Clevelandia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA) — mais tarde também a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda. e a Imobiliária Apucarana Ltda. — que através de uma negociação investe-se no direito de comercializar as terras das glebas Missões e parte de Chopim, objetos de antigo litígio entre o Estado do Paraná e a União Federal.

13 HOBSBAWM, p. 51.

do Sudoeste do Paraná: o colono (pequeno proprietário e o posseiro) e o latifundiário (grande proprietário e/ou madeireiro que transforma-se em colonizador)¹⁴.

A propriedade da terra significava para o colono a manutenção de sua autonomia e reprodução, uma vez que possibilitava-lhe controlar o processo produtivo, em oposição à sujeição a um patrão. Já para a grande propriedade (cias. imobiliárias) a terra era um meio de negócio, determinante de reserva de valor, para gerar lucro. É a partir desse antagonismo que camponeses e companhias ligam-se por relações de dependência e exploração.

O contrato de compra e venda das terras litigiosas que as companhias queriam impor aos colonos, além de exigir uma renda-dinheiro que não existia de imediato, preservava o monopólio de classe sobre a exploração florestal. Havia, assim, um pacto desigual na sociedade sudoestina que configurava uma divisão social do trabalho regional, pois se, de um lado, plantar era atividade específica para o colono ligado à terra; de outro, a exploração econômica das reservas florestais vinculava-se a agentes urbanos.

O processo de luta pela terra que marcou a ocupação do Sudoeste do Paraná refere-se, assim, a uma frente de expansão cuja especificidade — disponibilidade de terras livres, porém litigiosas, com fertilidade natural e valiosa reserva florestal — gerou uma pressão demográfica sobre a terra, agravada pela transformação da terra em mercadoria¹⁵, pelo monopólio de classe sobre a exploração florestal e, consequentemente, pela criação de um espaço de violência e exploração camponesa na região.

A configuração desse espaço de violência e exploração camponesa conduz à identificação de questões conjunturais próximas ao cotidiano dos colonos, tais como: o não-reco-

14 Não se trata de classes no sentido clássico de antagonismos dentro do processo produtivo, muito menos de agrupamentos definidos segundo a extensão da propriedade — e que representariam apenas estratos sócio-económicos, mas de duas categorias que existem em relação uma de outra, representando forças económicas e sociais antagonicas específicas dentro de uma estrutura social historicamente dada.

15 Este conceito exige também uma recontextualização, no sentido de que os colonos em momento algum contestaram o surgimento da mercantilização da terra, mas sim dos meios abusivos e ilícitos dos quais se valeram as companhias colonizadoras.

nhecimento dos direitos das companhias sobre a posse das terras disputadas; o alto preço das terras e o curto prazo para pagamento das mesmas; a insegurança dos colonos diante da ação coatora e violenta das companhias, através do uso de jagunços; as estratégias camponésas de resistência; a interferência de fatores e/ou agentes externos, notadamente os políticos-partidários — tanto a nível parlamentar como a nível de lideranças urbanas regionais, — a participação do exército, e a ação do aparelho repressivo de Estado (judiciário e policial).

É justamente em relação a interferência externa que Iria Zanoni Gomes dirige suas críticas, às quais procurarei responder-lhe.

A autora afirma que existe uma contradição entre minha fundamentação teórica e a importância que dou à interferência de fatores externos na condução dos acontecimentos. E, ainda, que a minha versão dos fatos baseia-se no grave pressuposto de ver as classes subalternas como incapazes de fazer história sem que alguém de fora intervenha (p. 105).

Antes de mais nada, quero lembrar que o levante camponês do Sudoeste do Paraná teve uma longa maturação — a Companhia Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA) começa a operar na região em 1950, — atingindo seu ponto nevrálgico no início do ano de 1957, quando duas novas companhias vêm somar-se à CITLA na venda das terras. O conflito latente transforma-se, assim, manifesto, por um lado, pela intensificação da coação e violência dos jagunços das companhias; por outro, pelo surgimento de estratégias de resistência dos colonos, que vão desde a negativa de assinarem os contratos com as companhias, até a organização de emboscadas e tocaias contra representantes das mesmas. Estas ocorreram, particularmente, na primeira quinzena de setembro de 1957 e, juntamente com seus desdobramentos e consequências, configuraram o que chamamos de *primeiro tempo*¹⁶ no levante camponês do Sudoeste do Paraná.

16 Mobilização dos colonos de Capanema e Santo Antônio, culminando na tomada temporária de Capanema e expulsão dos funcionários e jagunços das Companhias Apucarana e Comercial, que foram concentrar suas operações na região de Pato Branco e Francisco Beltrão.

ná; seguido de uma breve trégua, que aconteceu o que seria o confronto decisivo¹⁷.

O período de trégua marca o acirramento do conflito político-partidário. Os políticos situacionistas do Partido Social Democrático — PDS — defendiam os direitos das companhias de terras, negavam o envolvimento do Governador nos negócios das mesmas e minimizavam a gravidade da situação no Sudoeste. Os políticos de oposição, ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro — PTB — e União Democrática Nacional — UDN — esqueceram seu ódio histórico e uniram-se na defesa dos interesses dos colonos, visando acima de tudo à intervenção federal no Estado e/ou *impeachment* do Governador do Estado.

A interferência explícita de grupos aliados, de ambos os lados, se dá nesse momento, no clímax da luta, e não na emergência das estratégias de resistência dos colonos. Essas estratégias se desenvolveram no interior do processo de luta pela terra, resultantes — aqui está o fundamental — da emergência da organização coletiva em torno de interesses comuns. O que só foi possível pela existência de um contexto de perda de eficácia dos mecanismos políticos de dominação/subordinação de classe que tornou as contradições mais explícitas e desenvolveu a solidariedade interna, tornando secundária a diferenciação no interior do campesinato. Nesta ocasião, tanto os colonos como os grupos que os oprimiam reaglutinaram-se segundo seus interesses de classe, configurando essas classes como classes políticas e antagônicas.

Entendo que a existência de sistemas de alianças serve muito mais para reforçar o conflito de classe essencial do que negá-lo. A configuração desse conflito manifestava-se, por um lado, num campesinato fortalecido e unido em torno de seus interesses comuns, buscando não só o apoio de lideranças urbanas de oposição (políticos, comerciantes e profissionais liberais)¹⁸, mas também uma mobilização e orga-

17 Movimento regional que se inicia com a tomada de Pato Branco e Francisco Beltrão e culmina com o encerramento das atividades das companhias, através do fechamento definitivo dos seus escritórios e expulsão dos jagunços.

18 Embora o exército se inclua neste sistema de aliança, não o cito aqui porque a especificidade de sua ingênuica requer uma análise mais detalhada, que será feita mais adiante.

nização mais intensa do movimento. Por outro lado, manifestava-se no poder econômico e político de comerciantes de terras acuados pela busca de lucro a qualquer preço, em estreito vínculo com o Governador do Estado e seus representantes políticos; contando com a parcialidade e omissão do aparelho repressivo de Estado (judiciário e policial).

Os colonos do Sudoeste, portanto, já estavam fazendo história quando surge a intervenção de agentes externos.

Exatamente por isto procuro desmistificar, jamais negar, a participação no movimento do Dr. Walter Pécoits — médico, então Vereador pelo PTB que assume a liderança do movimento em Francisco Beltrão.

A versão oficial, da qual Iria levanta o estandarte, atribui-lhe papel decisivo e determinante no levante dos colonos. Isto se deve, em parte, pelo fato de terem elegido o Dr. Walter o porta-voz oficial do movimento; condição que ele assumiu e realimenta. Não sendo raro atribuírem-lhe a liderança regional do movimento; o que é um grande equívoco, uma vez que sua participação se restringe a Francisco Beltrão.

A própria reconstituição feita por Iria da trajetória do envolvimento do Dr. Walter no movimento indica passos ambíguos; decisivos somente quando passa a ser evidente para que lado penderia a balança¹⁹.

Percebendo estas evidências, Iria procura justificá-las, afirmando que a participação do Dr. Walter foi se transformando à medida que as pressões contra os colonos aumentaram, e que quando assumiu a defesa dos colonos ele o fez totalmente. Negar isso, diz ela, seria negar a própria história. For fim diz: “**É lógico que tal fato não elimina que, em outras circunstâncias, o mesmo assuma posições que defendam interesses diversos**” (p. 105).

Com relação à participação do exército no movimento minha pesquisa resgatou um dado novo para a história regional: o exército não cumpriu no Sudoeste do Paraná a

19 Dr. Walter Pécoits era um dos proprietários da rádio local e autor de editais, num primeiro momento, francamente favoráveis às companhias: “... A CITLA procura provar, com documentação apresentada, e mesmo irradiada através deste microfone, a sua legítima propriedade, objeto que não pode sofrer qualquer dúvida.” (GOMES, p. 52). Este editorial é de fevereiro de 1957. Somente quando é iminente a decisão judicial contrária aos interesses da CITLA, o Dr. Walter assume, através da rádio, posição francamente favorável aos colonos.

tradição de confronto direto e de acomodação dos movimentos camponeses — a exemplo de Canudos, Contestado, Araguaia-Tocantins e outros, — muito pelo contrário, esteve ao lado dos camponeses e numa ação-relâmpago, mais tarde cercada de sigilo, garantiu a tomada da cidade de Francisco Beltrão²⁰ pelos colonos; retirando-se em seguida para seu acantonamento. Daí para frente, assume uma postura de neutralidade.

Através de uma argumentação confusa e equívoca, Iria contesta essa versão. Num primeiro momento, reafirma a versão oficial de que o exército naquela ocasião, como de costume, apenas patrulhou a cidade. Sem qualquer amparo documental²¹, vê-se vencida pela sua própria contra-argumentação, concluindo que: “... pode-se afirmar que os interesses do Exército coincidiram, naquele momento, com os interesses dos colonos. E, mais do que ficar ao lado desses, o Exército defendeu seus próprios interesses, em detrimento dos interesses das companhias imobiliárias e seus aliados” (p. 106).

Considerando que o projeto privado de colonização das companhias conflitava com o projeto oficial da CANGO; considerando que a grande maioria dos colonos foram atraídos para a região pela CANGO; e, considerando que o exército estava na região para defender a CANGO; fica fácil perceber em que sentido os interesses do exército e os dos colonos coincidiam.

Prosseguindo em sua contestação, nega a validade comprobatória de uma sequência de fotos que apresento. Afirma que sendo imagens colhidas dentro da área da CANGO, nas proximidades da área militar, essas fotos ao invés de comprovar a participação do exército, comprovam que o mesmo estava defendendo seu acantonamento. Ora, defendendo de quem? As fotos que mostram soldados do exército, colonos

20 A presença do exército se dava apenas em Francisco Beltrão, porque era lá que se sediava a Colônia Agrícola Nacional General Osório — CANGO. Esta, representando os interesses federais na região, desenvolvia, desde sua criação em 1943 — muito antes da CITLA aparecer na região —, projeto oficial de colonização.

21 A sua única fonte comprobatória é a seguinte: “Várias pessoas que moravam em Francisco Beltrão, na época, afirmaram isso inclusive Walter Pécoits e Luiz Prolo, que eram da comissão” (p. 104). Isto é tudo o que ela conseguiu reunir de prova nos dois anos e meio que separam nossos trabalhos. Surpreendentemente este é o único fato ao qual ela não invoca textualmente o depoimento do Dr. Walter Pécoits.

e alguns populares, são bastante elucidativas do relacionamento amistoso entre as partes. A caracterização do cenário das fotos como área militar, muito mais do que provar a “neutralidade” do exército, prova a sua parcialidade em relação aos colonos, pois somente esses são vistos em livre trânsito no local.

Quando trato das razões pelas quais na época a ação do exército foi mantida em sigilo, inicio fazendo um exercício probabilístico empírico, para, em seguida, entrar nas considerações políticas mais profundas desse encobrimento.

Lamentavelmente, Iria deturpou minhas reflexões, ao resgatar textualmente somente trechos referentes à sua parte inicial. Com isto ficou a impressão de que aquelas eram minhas únicas justificativas a respeito do sigilo que acobertou a intervenção do exército.

Aproveito o espaço para desfazer o equívoco, reiterando minhas reflexões quando entendem que, sem dúvida, existiam implicações políticas mais profundas para o exército mascarar sua intervenção em favor dos colonos. Foi a forma de o Governo Federal intervir sem prejudicar frontalmente outro governador de seu partido, o PSD, já que recentemente fora obrigado a intervir em Alagoas, também governada pelo PSD. O Governo Federal procurou, assim, satisfazer aos camponeses com a ação e à sociedade política com o silêncio.

Resta-me, ainda, prestar alguns esclarecimentos acerca da ação do aparelho repressivo do Estado diante da luta pela terra no Sudoeste do Paraná. A esse respeito Iria afirma que por ingenuidade chego “quase a desculpar a ação do aparelho repressivo de Estado, em particular a polícia” quando, segundo ela, justifico que a polícia “só não fez isso (apuração das responsabilidades das companhias de terra) pela falta de condições e pelo excesso de burocracia da Polícia Central” (p. 59).

Ao reconhecer a precariedade das condições materiais e humanas da polícia civil e militar na região, de forma alguma estou justificando a ação policial que, inclusive, classifico de ambígua por revelar-se em algumas ocasiões negligente e em outras compactuante com as companhias de terras. Os

depoimentos de dois delegados de polícia da época, vinculados ao PSD, aos quais a autora diz que devem ser vistos com cuidado, foram usados exclusivamente para mostrar a precariedade e falta de empenho nas investigações policiais, jamais para justificar tais atitudes.

Tanto isto é verdade que concluimos a análise afirmando que a ação do aparelho repressivo de Estado nos acontecimentos do Sudoeste do Paraná demonstra a gravidade e a extensão do aliciamento que as companhias imobiliárias empreenderam na região. Isso significa concretamente a subordinação da ordem pública à ordem privada. Significa que as relações sociais no Sudoeste do Paraná eram mediadas pelo trinômio violência-lei-burocracia e não pela ausência de lei.

A esse respeito a autora afirma: “**Do meu ponto de vista, o que permeava as relações sociais era o trinômio violência-lei-burocracia, só que a lei se expressava numa ausência da lei para o colono. Ausência da lei do direito, mas presença da lei do mais forte, a ‘lei do cão’, que era a lei das companhias de terra**” (60). Não percebo em que a autora está me contrapondo, se é justamente a argumentação que desenvolvo no decorrer do trabalho. Se assim não fosse, estaria comprometendo a espinha dorsal de meu estudo, que é a pressuposição de que a ação do aparelho repressivo de Estado (judiciário e policial) garantiu, tanto pela morosidade e inércia como pela parcialidade e omissão, o surgimento e manutenção de um espaço de violência e exploração camponesa na região. Esse detalhe de sobeja importância a autora não percebeu.

Finalizando, espero que as considerações levantadas possam ser úteis e esclarecedoras a todos aqueles que se interessam pela história dos movimentos sociais e acreditam na força da organização coletiva em torno de interesses comuns. Espero, também, que essas considerações não se esgotem em si mesmas, mas que sirvam de estímulo ao debate na historiografia paranaense.

REFERÉNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 COLNAGHI, Maria Cristina. **Colonos e poder; a luta pela terra no Sudoeste do Paraná.** Curitiba, 1984. 234 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- 2 FOWERAKER, Joseph Wallace. **The frontier in the South-West of Paraná; from 1940.** Oxford, 1971. 100 p. B. Phil. thesis, Oxford University.
- 3 GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros.** Curitiba, Criar, 1986. 124 p.
- 4 HOBSBAWM, Eric J. Os camponeses e a política. **Ensaios de Opinião**, 8:42-56, 1978.
- 5 MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1981. 185 p.
- 6 REGO, Rubem Murilo Leão. **Terra e violência; estudo sobre a luta pela terra no Sudoeste do Paraná.** São Paulo, 1979. 138 p. Dissertação, Mestrado, Universidade de São Paulo.
- 7 VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato; um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento.** São Paulo, Difel, 1976.

O PODER EM QUESTAO: VIGILANCIA E PUNIÇÃO EM CURITIBA

MARIA LUCIA CIDADE

Académica do Curso de História da Universidade Federal do Paraná. Estagiária no projeto "História Política do Paraná", do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES.

FRANCISCO MORAES PAZ

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá.

RESUMO

A criminalidade vem se constituindo num importante objeto de estudos voltados aos entendimentos da "construção" de uma nova sociedade. Através dessa abordagem, são evidenciados os recortes feitos na população, a partir de instituições, táticas e procedimentos disciplinares.

O texto em questão parte da tese de Doutorado de Maria Ignês Mancini de Boni, sobre a questão da vigilância e punição em Curitiba, na virada deste século, para refletir a questão do gerenciamento da população. As práticas de poder aparecem, pois, como o fio condutor do debate.

Em abril de 1903, o "Jornal do Commercio" publicava as notas da viagem de Tobias Monteiro ao Paraná. Nelas, Curitiba aparece como uma cidade de aspecto desolador: fraca iluminação pública, ruas por calçar, falta de um serviço de limpeza pública regular, passeios por construir e, para completar, muita lama. Nem mesmo o recente Passeio Público — "digno de qualquer cidade adiantada" — apresenta melhor estado: "tudo está estragado, pontes destruídas, árvores mal tratadas, alamedas esburacadas, e, ainda mais, sem muros nem cerca, apenas protegido da destruição dos animais, de um lado por um fosso, por outro pelo rio".

Salvo os comentários elogiosos sobre os imigrantes que povoam os arredores, poucas coisas causam boa impressão ao visitante. O rápido crescimento da cidade contrasta com

uma administração municipal descurada, incapaz de responder às exigências de habitação, saneamento, abastecimento de água, segurança ou limpeza.

As impressões de Tobias Monteiro certamente seriam mais sombrias se ele tivesse investigado os índices de criminalidade. Assim como a cidade crescia, impulsionada pelo “espírito laborioso” dos imigrantes, os relatórios dos chefes de polícia registravam um assustador e crescente número de crimes contra a vida. A embriaguez, a vadiagem, a jogatina e a prostituição, entre outras, são apontadas como causas de tais incidências. Preocupadas, as classes dirigentes investem sobre a população, tendo como instrumento os dispositivos de segurança. Seu discurso esquadriinha as “doenças” sociais; suas práticas visam uma sociedade higienizada e moralizada.

Tomando esse percurso, Maria Ignês Mancini de Boni desenvolve um belo estudo sobre a cidade de Curitiba, do final do século XIX ao início do século XX¹. Certamente o tema da criminalidade, prostituição ou vadiagem não é inédito. Da mesma forma, as pesquisas sobre os efeitos sociais da rápida urbanização, bem como das práticas de disciplinarização e modernização das cidades ou estratégias populares de sobrevivência a essa fúria avassaladora.

As reformas de Pereira Passos e Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro, por exemplo, foram objeto de análise de diversos estudos que evidenciaram, entre outras coisas, as formas de resistência, o aparecimento de “pequenas repúblicas” e o desenvolvimento de laços de solidariedade entre as camadas populares. Em torno do discurso da modernidade, um novo perfil urbano era construído; na defesa de uma sociedade moralizada, as classes dirigentes investiam sobre o cotidiano popular.

Reunidos, estes estudos passaram a representar uma importante renovação da historiografia brasileira, tanto temática, quanto epistemológica. Tomando W. Benjamin, H. Arendt, M. Foucault ou E. Thompson, os autores romperam

¹ BONI, Maria Inês Mancini de. **O espetáculo visto do alto; vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)**. São Paulo, 1985. 285 p. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.

com antigas e pesadas tradições, lançando-se a novas e frutíferas aventuras.

O espetáculo visto do alto..., voltemos ao trabalho de Maria Ignês: indiscutivelmente ele preenche uma lacuna na historiografia paranaense. Unindo Michel Foucault, Louis Chevalier e Robert Storch, a autora volta-se a Curitiba visitada por Tobias Monteiro, fazendo emergir um lado menos charmoso da sociedade — o mundo do crime. Ao mesmo tempo, nos leva a refletir sobre a produção de outras tantas relações.

Em suma, face à tradição dos estudos demográficos — respeitada a sua contribuição —, a pesquisa de Maria Ignês é no mínimo um sopro renovador muito bem-vindo à historiografia paranaense.

1 — REVENDO O ESPETACULO...

Maria Ignês inicia seu trabalho **reconstruindo o cenário** curitibano do final do século XIX e início do século XX, onde se produzem estratégias de controle social e punição. O grande surto imigratório para o Paraná, na década de 1870, traduz a intenção oficial de se caminhar para um novo desenvolvimento. Aos imigrantes caberia suprir a agricultura de abastecimento para os centros urbanos e mão-de-obra para os empreendimentos de infra-estrutura como a construção da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, construção de linhas telegráficas entre outras, paralelas às atividades econômicas tradicionais de extração do mate e comércio de gado.

A “pacata e ordeira” capital paranaense passa a viver sob o impacto de absorção de novos habitantes — imigrantes, principalmente italianos, alemães e poloneses. Ao mesmo tempo, as iniciativas modernizadoras começam a alterar sua fisionomia urbana — o alargamento das ruas principais, a construção de imponentes casarões, a inauguração do Passeio Público, a abertura de salões públicos, clubes e sociedades para entretenimento e promoções culturais. Modificam-se a rotina, os hábitos e a aparência da pequena Curitiba. Tal surto de crescimento somado à alteração étnica e de sua estrutura populacional começam a preocupar seus governantes.

Essas transformações implicam em novas práticas de governo — ou seja, gerenciar segundo novos recortes.

Ao lado dos progressos registrados, rumo à civilização (e à industrialização), tão aclamados nas descrições contemporâneas, Curitiba passa a conviver com uma população marcada pelas dificuldades de sobrevivência e moradia numa economia ainda precária. Aparecem nos relatos e descrições da época duas visões bem distintas da cidade; na primeira, historiadores e cronistas retratam-na como “(...) pacata e provinciana, (transformando-se) graças a ação benfazeja de seus governantes e à índole de seu povo, numa “urbs” moderna, higiênica e ordeira” (p. 19). Seu desenvolvimento foi harmônico e linear:

As “indústrias” foram-se estabelecendo, expandindo o mercado de trabalho: a cidade cresceu, teve ruas alargadas e calçadas, os edifícios públicos e parques a embelezaram, foi saneada e iluminada, os bondes e carros circularam com sempre crescente número de passageiros. Os pobres e necessitados eram atendidos pelas entidades assistenciais. Os estrangeiros contribuíram para o progresso através de seu trabalho, como também pelo congraçamento moral. A cidade possuía entidades educacionais importantes, jornais diários e um intenso movimento cultural. Seu povo, possuidor de espírito cívico, e suas leis, liberais (p. 19).

As contradições e dificuldades que perpassam essa sociedade em crescimento, em função de seu adensamento populacional, revelam-se nos relatórios de autoridades sanitárias e policiais, bem como na imprensa do período, de modo a compor a segunda visão referida pela autora. Na imprensa, por exemplo, evidenciam-se os problemas de uma Curitiba que passa a conviver com uma população marcada pela ca- restia e pelo desemprego, vivendo no limiar entre o trabalho e o crime, sujeita à violência policial, ao despotismo sanitário e ao preconceito vivido principalmente pelos imigrantes.

A cidade está doente e precisa ser higienizada, o que implica em “ordenar o espaço urbano, disciplinar usos, controlar e regular hábitos” (p. 30). O saber médico detecta

grandes epidemias e mortalidade e o seu alvo torna-se principalmente a população imigrante, foco das mais variadas doenças e em contato direto com a “família curitibana”. Segundo a autora,

O fato é inusitado, como inusitada é a presença de imigrantes perambulando pelas ruas, malcheirosos e famintos, exibindo sua pobreza (p. 33).

Nas crônicas e relatos de autoridades sanitárias aparecem com riqueza de detalhes as condições de extrema promiscuidade, propícias à invasão pestosa, em que vivem essas pessoas. A polícia sanitarista esbarra porém na reação popular, difícil de transpor, “(...) pois a questão assumia a nível local como nacional contornos outros, dificilmente explicitados” (p. 40). A resistência popular a iniciativas modernizadoras, como a campanhas de vacinação ou a iniciativas urbanizadoras, reporta-nos a outros trabalhos historiográficos.

Ao saber médico-sanitário cabe gerir o espaço da população pobre, “foco de doenças, vícios, rebeldias”. Esta, além de disciplinada, mesmo no âmbito doméstico, é deslocada para longe do centro da cidade pela ação reurbanizadora. Tal reordenação do espaço também é feita no sentido de permitir maior controle e vigilância dessa população.

Assim, além dos casarões de residência coletiva, hotéis, pensões e bares de baixa categoria, são expulsos do centro da cidade; casas de jogos de azar e “pensões de mulheres” são fechadas, e os espaços de sociabilidade reprimidos (p. 49).

No desenrolar desse processo, o imigrante, a princípio retratado como a imagem do “trabalhador laborioso”, passa a ser representado como preguiçoso, anti-higiênico, doente, desordeiro e finalmente, quando já inserido no mercado de trabalho, co-subversivo e anarquista. Ele, junto aos brasileiros das camadas mais pobres da população, será alvo da vigilância policial.

Em a **vigilância em cena**, segundo capítulo de seu estudo, Maria Ignês reporta-se a trabalhos sobre classes perigosas, disciplina e policiamento das cidades a partir da segunda metade do século XVIII², explicitando a questão da redefinição da ordem social. Esta implica em reformas de leis penais, o nascimento da prisão com provas, em uma concepção abrangente de crime, investidas contra manifestações da cultura popular e, principalmente, na formação de um corpo de polícia cientificamente criado, como órgão fundamental à governamentalidade. Vê-se que o

Crime e (a) questão criminal passam a figurar no centro das preocupações das classes dirigentes, bem como, passam a ser tema de abundante literatura e de pesquisas de caráter social (p. 64).

Para a manutenção da paz e preservação da ordem, as “ameaças sociais” são reclassificadas e o delinquente, segundo Maria Ignês, passa a ser definido pelo que é e poderá fazer e não pelo que fez; a ênfase policial se volta à prevenção do crime e não apenas à sua repressão. Na reelaboração do saber policial, o aumento da criminalidade nessa população “tão laboriosa e ordeira” é justificado pelo consumo do álcool, pela falta de instrução ou desconhecimento das normas de direito.

A polícia é reaparelhada e racionalizada para “punir de pronto os **pequenos delitos**, tão comuns nos centros urbanos” (p. 78, grifo nosso). O agente policial, ao “desvendar o mundo do crime”, estabelece recortes precisos sobre essa população, diferenciando-a em cidadãos trabalhadores e desclassificados. A punição aos criminosos deve ser feita no sentido de sua reeducação à sociedade, pelo trabalho.

Essa nova prática policial, segundo a autora, implica na constante presença da polícia no dia-a-dia da cidade, vigiando e alertando a população para qualquer tipo de desvio. Cresce o número de prisões correcionais e de averiguações contra todo tipo de contravenção.

² A autora refere-se a CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses*. Paris, Libr. Générale e Française, 1978; FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1983; e STORCH, Robert. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. *Revista Brasileira de História*, 5(8/9):7-33, 1985.

Na análise dos diferentes recortes estabelecidos entre os contraventores, Maria Ignês ressalta as categorias mais encontradas nas estatísticas policiais. Em primeiro lugar, os **vadios e mendigos** cuja ociosidade é apontada como principal fator de criminalidade, o que implica num processo de identificação dos indivíduos e que, gradativamente, se estende a toda sociedade. Seguem-se os **bêbados e desordeiros**, recorte que abrange uma grande variedade de situações (inclusive as chamadas de “subversivas”), cujo percentual é o mais alto dentre as contravenções registradas; os **jogadores**, principalmente os indivíduos ligados ao “jogo do bixo”; e as **meretrizes**, cuja atividade é classificada como um “vício”. Finalmente, os **menores abandonados e delinqüentes**, objetos privilegiados pelo “olhar policial” no sentido de prevenir quanto a seu futuro criminoso e de reeducá-los (caso já contraventores) para o trabalho. Para a autora,

A disciplinarização foi exercida tanto através das prisões correcionais e cruzadas moralizadoras, como nos ambientes de seqüestro e confinamento, através da vigilância, do controle do tempo e da educação para o trabalho (p. 174).

No que concerne à ação policial, a imprensa do período é pontilhada por depoimentos de cidadãos “atacados em suas liberdades”, por ações violentas e arbitrárias de policiais. Ao mesmo tempo, tais ações justificam-se, pois os policiais estariam agindo “(...) no interesse de salvaguardar a moralidade pública e paz das famílias” (p. 151).

De resto, quanto à função policial na sociedade moderna, cabe ressaltar a menção sobre as notícias freqüentes de policiais bêbados provocando desordens, ou mesmo quanto ao abuso da violência praticada por agentes policiais. Esse fato demonstra as contradições e dificuldades presentes na formação mesma desse corpo policial “cientificamente” constituído.

Finalmente, em **o espetáculo visto do alto**, Maria Ignês retoma o processo de normalização e disciplinarização da sociedade moderna, o que implica em efetuar um deslocamento de atribuições policiais e mesmo jurídicas para o in-

terior da sociedade. Dessa forma, o cidadão introjeta normas e volta seu “olhar vigilante” para o meio; ao mesmo tempo, divide com os agentes oficiais o controle social.

Contudo, a justiça estatizada permaneceu a instância detentora, pelo direito formal, do poder de condenar, de reparar o dano causado à sociedade, que precisa ser legitimado (p. 173).

Assim, torna-se necessário periodicamente reviver o “espetáculo da justiça” através do rito teatral do júri, espetáculo este amplamente divulgado pela imprensa e debatido pela sociedade. O caso Abel, analisado pela autora, consubstancia-se como um processo que, “(...) da identificação aos julgamentos do réu, assumiu características de reafirmação da justiça, de positivação de noticiário policial, de reafirmação de sentimentos coletivos, de exemplo enfim” (p. 175).

Reconstituído através do noticiário policial da imprensa e de um “dossier” publicado pelo acusado em 1911, esse espetáculo é vivenciado exaustivamente e com riqueza de detalhes pela sociedade curitibana.

Ao examinar os mecanismos da instituição do espetáculo, Maria Ignês discute a constituição do júri, peça fundamental do julgamento. Extraído da sociedade e alheio à administração oficial da justiça, o corpo de jurados é alvo freqüente de críticas quanto ao seu despreparo para a função, à falta de “profissionalismo” e de espírito crítico dos seus componentes. O elevado grau de impunidade nos processos registrados é detectado como falha dos jurados. Nessa avaliação ressalta-se também a desproporção entre condenações a crimes contra a propriedade e contra a segurança pessoal. Os crimes contra a pessoa parecem ter mais atenuantes circunstanciais, enquanto que aqueles contra a propriedade são mais severamente punidos pela sociedade curitibana.

Quanto ao caso Abel, um simples crime de homicídio, em agosto de 1900, cujo autor e motor do crime foram de pronto identificados, acaba por assumir proporções inusitadas ao receber dos jornais a mais ampla cobertura. Durante

meses a imprensa noticia os vários desdobramentos do inquérito, do processo e dos julgamentos a que foi submetido Abel Hamvultando.

O caso suscita intermináveis debates na imprensa, explora e expõe fatos da vida da vítima e do acusado, envolve discordâncias policiais, despertando o interesse da população. Abel, antes respeitado e "caridoso" cidadão, torna-se agora um elemento ambíguo, um criminoso em potencial.

O espetáculo do julgamento desse "crime horroroso e bárbaro" que agita "nossa pacata capital", segundo a imprensa, transfigura-se numa grande encenação na qual o crime é exorcizado. O "espetáculo exemplar" cumpre suas funções e reafirma as relações de poder e a legitimidade da justiça.

2 — REPENSANDO O ESPETÁCULO...

Apresentado o trabalho de Maria Ignês, inicialmente há que se destacar que se o título aponta para um "espetáculo visto do alto", ele converge para o interior das tramas e representações sociais, captando-as em profundidade. Mais do que um estudo da criminalidade em Curitiba na virada do século, a autora recompõe as pulsações de uma sociedade recortada pelos dispositivos de segurança.

Para tanto, foram cruzados diversos discursos que visam produzir um efeito de verdade — seja o do chefe de polícia, alertando sobre a necessidade de ampliação do quadro policial; seja o da imprensa, relatando a indignação dos homens honrados diante das ocorrências de um crime. Neles, vigilância e punição evidenciam-se como táticas privilegiadas de gerenciamento da população.

A tese explicita com especial brilho e sensibilidade a teatralização da justiça, a comoção pública diante de um atentado à vida e o esquadrinhamento do mundo do crime e das perdições. Assim, buscando estabelecer um diálogo com a autora e refletir sobre seus pressupostos — de modo a pensar, também, naqueles adotados no projeto de pesquisa ao qual estamos atualmente vinculados³ e que em muito se aproximam, — tomamos a liberdade de fazer algumas pequenas considerações.

Primeiramente, gostaríamos de refletir sobre a existência de um “**projeto político** da classe dominante” (p. 65 e outras), referido pela autora ao discorrer sobre a redefinição da ordem pública. Em nosso ponto de vista acreditamos que a questão poderia ser abordada de uma outra forma, pois a referência a um projeto político das classes dominantes induz o leitor a pensar sobre um projeto definido, claro e prévio (ainda que não explicitado), levado a termo no propósito de estabelecimento de uma dada sociedade — a “sociedade do trabalho”.

Permanecendo nos pressupostos de Michel Foucault⁴, vemos que sua análise se orienta pela questão das **práticas de poder**, práticas essas que se desenvolvem segundo relações de saber/poder, que incidem positivamente sobre os indivíduos, disciplinando-os. Contudo, isto não pode ser tomado como uma invenção súbita, sim como decorrência de

(...) uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recortam, se repetem, ou se limitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. (FOUCAULT, 1983, p. 127).

Assim, ao contrário de um macro-projeto temos micro-relações de poder, as quais estabelecem contínuos e sucessivos recortes na população. Obviamente não estamos diante de um processo linear, sim de um poder exercido em associação a discursos capazes de produzir efeitos de verdade no interior do corpo social. Acreditamos que a noção de projeto possa ser tomada como um dado *a posteriori*, articulado a um discurso que busca estabelecer uma unidade a tais práticas — essas são pontuais; aquele, universalmente. Enfim, gerir uma população, significa geri-la no detalhe...

Em segundo lugar, gostaríamos de refletir sobre a questão da polícia enquanto um **aparelho estatal** (p. 174 e outras).

³ Referimo-nos ao projeto “História Política do Paraná”, desenvolvido no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES.

⁴ Ver FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo, Graal, 1982, e *Vigiar e punir*.

Seguindo o mesmo referencial teórico, o poder — isto é, as práticas de poder — não pode ser tomado como algo que alguém ou alguma instituição se apropria para submeter os demais. Se assim o fosse, como diz Foucault, bastaria acabar com o Estado para acabar com o poder. Esse, em verdade, é exercido em múltiplas direções, estando diluído em todo tecido social.

Considerando o princípio da governamentalidade — segundo o qual a população aparece como alvo; a economia política como principal forma de saber e os dispositivos de segurança como instrumentos técnicos essenciais — vê-se que o desbloqueio da arte de governar (ocorrido em torno do século XVIII) resultou num Estado de governo. Aqui, múltiplas práticas disciplinadoras recortam a população, buscando fazer emergir das massas desordenadas e desordeiras um indivíduo moralizado.

A polícia é, pois, um dos instrumentos tomados na arte de gerir uma população e não um aparelho de Estado. Enquanto tal, ela própria é ordenada, acabando por constituir-se — conforme acentua Robert Storch⁵ — num corpo estranho às camadas populares. A moderna polícia aparece como um “missionário doméstico” encarregado de coibir os excessos, tolerando as pequenas contravenções. O policial é visto como um intruso, optando mais por manter afastado dos bairros burgueses os indivíduos desordeiros, as prostitutas ou os mendigos.

Seu papel assemelha-se ao de um “divisor” de sujeitos e espaços sem chegar propriamente a interferir em profundidade nos “pequenos” delitos: ao invés de combater a prostituição, por exemplo, a polícia tratou de confiná-la dentro de certos limites. Por outro, suas intervenções mais ostensivas acabaram gerando diversas formas de resistência a ponto de o policial não se atrever a percorrer certos lugares antes de assegurar-se de que não estava sozinho.

João do Rio⁶, por exemplo, ao relatar uma batida policial numa pensão carioca no início do século, mostra que o

5 STORCH, p. 7-33.

6 Rio, João do. Sono calmo. In: —. *História da gente alegre; contos, crônicas e reportagens da “Belle Époque” carioca*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981. p. 22-7.

delegado se faz acompanhar de alguns agentes. Ainda, os trabalhos de Roberto Moura⁷ e José Murilo de Carvalho⁸ ilustram o mal-estar causado por tais batidas nos cortiços cariocas: elas chegam a ser tomadas como uma verdadeira ofensa pessoal pelos moradores, uma prova de desrespeito à sua existência. E mais, ofendidos e/ou pressionados pela polícia, o povo chega a subverter totalmente a ordem pública, como mostra Nicolau Sevcenko⁹ em estudos sobre a época da Revolta da Vacina.

Tais exemplos evidenciam os limites e perigos da intervenção policial no cotidiano das camadas populares. Menos do que um Estado policial, dotado de aparelhos repressivos, temos uma sociedade policiada, na qual se desenvolvem práticas de poder estruturadas segundo um princípio de positividade — isto é, um poder positivo “(...) que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo” (Machado, 1981, p. 193).

Isto posto, retomamos o trabalho de Maria Ignês: num texto ágil a autora analisa a vigilância e punição em Curitiba, com inegável competência. Mais do que isso; como se não bastasse a qualidade do trabalho em si, ele nos leva a refletir sobre a “produção” de uma sociedade ordenada e ordeira. Acreditamos não ser impróprio dizer que aqui está um dos maiores méritos da pesquisa — novos horizontes se colocam ao historiador desafiando-o (nos) a entendê-lo.

Ao tentar discutir “o espetáculo visto do alto”, pensamos dizer que esse não é um espetáculo a ser assistido com doses de indiferença... Cabe, pois, concluir reafirmando a validade desse sopro renovador na historiografia paranaense e os desafios lançados pela tese em questão.

7 MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Funarte, 1983.

8 CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

9 Ver SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão; tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1983. — . *A revolta da vacina; mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

REFERÉNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BONI, Maria Ignês Mancini de. **O espetáculo visto do alto; vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)**. São Paulo, 1985. 285 p. Tesc, Doutorado, Universidade de São Paulo.
- 2 CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- 3 CHEVALIER, Louis. **Classes laborieuses et classes dangereuses**. Paris, Libr. Générale Française, 1978.
- 4 FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo, Graal, 1982.
- 5 _____. **Vigiar e punir**. Petrópolis, Vozes, 1983.
- 6 MACHADO, Roberto. **Ciência e saber; a trajetória da arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- 7 MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Funarte, 1983.
- 8 RIO, João do. **Histórias da gente alegre; contos, crônicas e reportagens da "Belle Époque" carioca**. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981.
- 9 SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão; tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- 10 _____. **A revolta da vacina; mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- 11 STORCH, Robert D. **O policiamento cotidiano na cidade vitoriana**. *Revista Brasileira de História*, 5(8/9):7-33, 1985.

MESSIANISMO E REVOLUÇÃO

LUIZ CARLOS RIBEIRO

Técnico do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social IPARDES; Professor Assistente da Faculdade Católica de Administração e Economia - FAE.

RESUMO

Trata-se de uma nota de leitura do livro “1.º de Maio: cem anos de solidariedade (1886-1986)”, de Alcina de Lara CARDOSO e Sílvia Pereira ARAÚJO, onde se procura fazer uma análise crítica ao enfoque teórico dispensado à temática “movimento operário”, como também ao tratamento metodológico dado às fontes.

O tema “movimento operário” tem provado discussões ricas na historiografia brasileira dos últimos vinte anos, a ponto de haver colocado em xeque toda a análise sobre o nosso desenvolvimento, como sociedade industrial¹.

Apesar desta evolução, algumas publicações insistem no já cansado positivismo da neutralidade do fato histórico, fazendo uma história que, baseada em impressões pessoais, se diz científica. Estas publicações fundamentam suas conclusões no empirismo e na falta de consistência teórica.

O livro 1.º de Maio, de Alcina de Lara CARDOSO e Sílvia Pereira ARAÚJO², respectivamente professoras de História e Sociologia da Universidade Federal do Paraná, infelizmente está inscrito entre essas obras.

Iniciando por uma análise mais técnica, observamos que as autoras não fizeram referências bibliográficas históricas ou teóricas. Fato lamentável em se tratando de duas pesquisadoras e professoras universitárias, donde concluímos que

¹ Ver principalmente, Marilena Chauí, Maria Sylvia Carvalho Franco, Edgard S. de Decca, Deni Fenclon, Maria Stella Bresciani, Michael Hall, Paulo Sérgio Pinheiro, Francisco F. Hardman, Maria Célia Paoli, Amnérис Maroni, Margareth Rago, Sidney Chalhoub.

² CARDOSO, Alcina de Lara & ARAÚJO, Sílvia Pereira. 1.º de Maio; cem anos de solidariedade (1886-1986). Curitiba, Beija-Flor, 1986.

ou se basearam em suas experiências de vida — e são 100 anos de história! — ou copiaram e não citaram a fonte. De qualquer forma, o impressionismo é a marca registrada.

Há momentos em que o leitor não sabe se as autoras pretendiam fazer um manifesto revolucionário, parodiando Max, ou se um romance sobre a vida operária. A título de exemplo, vejamos duas passagens do livro:

Animados pelo esforço comum, tentados pelo calor da união solidária sentiam arder, dentro do peito, o fogo sagrado da liberdade (p. 13).

Ou ainda:

Repletos de entusiasmo, movidos por inflamados ideais, enlouquecidos de esperança e prisioneiros da miséria, os operários iam às ruas com as famílias, homens, mulheres e crianças orgulhosos de sua militância e prontos para qualquer sacrifício (p. 28).

O livro todo é carregado deste ufanismo. Repetidas vezes as autoras elaboraram apaixonadas retóricas em louvor aos mártires operários, o que reforça em nós a idéia de que de fato fizeram manifesto doutrinário e não uma história do 1º de Maio.

Os objetivos das autoras em contar a “verdadeira” história, e assim elevar o grau de consciência operária, definem-se nesta passagem:

É tempo de reconstruir a história do Brasil, não mais baseada em heróis fabricados, mas consubstanciada no quotidiano de milhares anônimos, corajosos e defensores de seus ideais. A memória popular reavivada aumenta a convicção nacional no trato de suas questões e no culto aos seus valores. Reconhecer-se em seu passado é escutar a própria fala, andar pelos próprios pés, reafirmar propósitos de vida (p. 11).

Caem, portanto, no macanicismo, muito próprio de um marxismo ingênuo, de contrapor o “verdadeiro”, da ótica operária, ao “falso” da memória das elites, como em uma história de mocinhos e bandidos.

O problema fica mais complicado quando procuramos entender qual o sentido desta “própria fala” operária. Há momentos em que as autoras se auto-atribuem porta-vozes da classe operária:

Recuperar o 1.º de maio é revelar que a data não é sinônimo de descanso, mas de luta e protesto pela exploração do trabalhador (p. 11).

Afinal, de que pressupostos partem para afirmar que o 1.º de maio não é sinônimo de descanso, senão os de suas próprias visões messiânicas de revolução e que procuram atribuir ao proletariado como um todo?

Com base nestes “suportes teóricos”, Alcina e Silvia assumem o papel de vanguarda operária e tecem críticas à prática histórica da classe operária:

Na sociedade atual o 1.º de maio adquiriu contornos de conformação e de lazer improdutivo (p. 11).

O que as autoras queriam que acontecesse? Que o 1.º de maio fosse extemporâneo, que não adquirisse contornos de uma ordem estabelecida no interior das relações de classe? Que o 1.º de maio não fosse aquilo que a ordem da luta de classes explicita, mas sim o que seus projetos ideais de um 1.º de maio estabelecem? E porque “lazer improdutivo”? O que pretendem que os trabalhadores “produzam” no 1.º de maio? A Revolução? De resto, que seita é essa que proíbe o lazer e o descanso no 1.º de maio?

Em outros momentos do texto, “a própria fala” operária resume-se ora no discurso de uma vanguarda operária, ora nos pronunciamentos da grande imprensa do Estado.

É evidente que a fala da vanguarda operária está comprometida com a prática operária, mas elas não podem ser confundidas; estão imbricadas, mas não são a mesma coisa³.

De qualquer modo, esta vanguarda não é algo simplesmente homogêneo, cujo discurso possa ser tratado de uma mesma forma. No texto, não há nenhuma preocupação em

³ CASTORIADIS, Cornelius. Introdução: a questão da história do movimento operário. In: —. A experiência do movimento operário. São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 11-78.

analisar o conteúdo das diferentes vanguardas que se apresentam ao longo dos cem anos estudados. Para as autoras, toda vanguarda operária é revolucionária, não importando se são anarco-sindicalistas, socialistas, trabalhistas ou integralistas. Determinados pelo “modelo da revolução”, todos devem querer o fim do capitalismo.

Também no tratamento da grande imprensa, como fonte para a pesquisa do movimento operário, não se estabeleceu nenhum critério: o **Diário da Tarde**, jornal da elite paranaense, é transformado em porta-voz operária, na sua “própria fala”. Ao comentarem uma citação do **Diário da Tarde**, que publica uma oração em louvor ao 1.º de maio, observam que “os discursos eloquentes transmitiam profunda crítica ao sistema capitalista e à mutação da data em lazer” (p. 46).

Imaginar que a elite paranaense pudesse ser porta-voz da vontade operária e que tivesse interesse em uma “profunda crítica ao sistema capitalista”, ou mesmo que criticasse os operários por terem transformado o 1.º de maio em dia de festa e não de revolução, é realmente algo muito complicado, para dizer o mínimo.

Através de uma leitura extremamente ingênua e apaixonada da prática operária no Paraná, as autoras não conseguem mais do que uma descrição cronológica e linear, retratando uma classe trabalhadora forte e coesa — porque dona de um projeto revolucionário — e, ao mesmo tempo, frágil e ingênua, porque explorada pela burguesia.

É uma pena que um tema como este, tão pouco estudado no Paraná, quando consegue ser publicado — também coisa rara —, receba tratamento tão pouco cuidadoso. Louvo as autoras pela pesquisa empírica das fontes, mas só boa vontade não é suficiente para fazer um bom texto de história; é preciso um mínimo de método e de aplicação teórica.

REFERÉNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 CARDOSO, Alcina de Lara & ARAÚJO, Sílvia Pereira. **1.º de Maio: cem anos de solidariedade (1886-1986)**. Curitiba, Beija-Flor, 1986.
- 2 CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

ESBOÇO DE UMA SINOPSE DA HISTÓRIA REGIONAL DO PARANÁ

BRASIL PINHEIRO MACHADO

Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Paraná.

NOTA DO EDITOR

Várias gerações de professores e estudantes de História têm utilizado a idéia de um **modelo explicativo da história regional**, tanto na investigação como no ensino da História do Paraná. Esta Revista já publicou textos que tratavam explicitamente da questão¹, além de artigos do próprio Professor **Brasil Pinheiro Machado**²; a referência a ele é constante em Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, e suas hipóteses fundamentais testadas obrigatoriamente em trabalhos que resultam de pesquisas sobre o Paraná Tradicional³. Portanto, quase quarenta anos após a sua primeira publicação⁴, seu conteúdo continua atual, além de sua importância para a historiografia paranaense. Desta forma, explica-se a decisão do Conselho Editorial em republicar o artigo, com a anuência do Autor, justificando também sua inserção na Revista como documento.

Nunca, em qualquer fase da vida do passado, o homem esteve tão compenetrado de que é um ser histórico, e nunca teve tanta certeza de que se encontra na fase culminante de uma dessas profundas transformações históricas.

1 CARDOSO, Jayme Antonio. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. *História: Questões & Debates*, 2(2):5-13, jun. 1981.

BREPOHL, Marionilde Dias. Acerca do modelo Pinheiro Machado: uma leitura sobre a história regional. *História: Questões & Debates*, 2(2):15-22, jun. 1981.

2 PINHEIRO MACHADO, Brasil. O estudo da história regional (uma nota prévia). *História: Questões & Debates*, 2(3):103-108, dez. 1981.

_____. Problematika da sociedade colonial brasileira. *História: Questões & Debates*, 6(10):3-23, jun. 1985.

3 Ver por exemplo MOTIM, Benilde Maria Lenzi. *Estrutura fundiária do Paraná tradicional — Castro; 1850-1900*. Curitiba, 1987. 182 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

4 PINHEIRO MACHADO, Brasil. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. Separata de: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba, 1951. 26 p.

Tendo a profunda consciência de que é um ser histórico, o homem moderno cada vez mais perde a atitude de venerador do passado para fazer de centro de suas aspirações vitais as esperanças no futuro, e se convencer, cada vez mais, de que a construção do futuro é uma libertação do passado, que depende de seu discernimento, de seu esforço, de sua ação e, consequentemente, da compreensão da própria história.

Assim o passado se lhe apresenta como uma experiência que é preciso superar.

É, pois, do passado, das experiências do passado, da sua compreensão e interpretação, que extraímos os valores nacionais que movem os dinamôs para o futuro.

A história nacional do Brasil é, antes de tudo, a história da formação de um povo, da transmissão de uma cultura, sobre a conquista de um território, pelo estender de uma posse contínua por quatro e meio séculos, e pelo contínuo adotar de uma cultura.

É um momento culminante da história brasileira, aquele em que os descendentes de europeus, africanos e indígenas, tomam a consciência de que não são mais nem europeus, nem africanos e nem índios, mas qualquer coisa de diferente deles todos.

Essa sensação da própria identidade vai-se formando aos poucos, durante os séculos coloniais, até que, muito antes da Independência, aparece clara na zona luminosa da consciência.

Os cronistas mal se aperceberam dessa lenta tomada de consciência. Nem podiam se aperceber. Viveram e sentiram de acordo com a época, e reagindo no diapasão da situação histórica, em que a cultura portuguesa era ainda viva e quente, isto é, quando os modos de vida eram ainda aqueles que marcavam as colônias das potências européias, a finalidade precípua de subordinar tudo ao ritmo do comércio ultramarino, como uma servidão.

Ao que pudemos saber, foi o sábio bávaro, Carlos Frederico von Martius, quem primeiro exprimiu, de maneira sistemática e clara, que a consciência histórica brasileira já estava constituída no final do último século colonial. Foi ele quem primeiro delineou para a história nacional o que chamou de “história filosófica” ou “história pragmática” do Brasil.

Von Martius lançou idéias fundamentais para a compreensão da história da formação brasileira, princípios que foram desenvolvidos, ampliados, aprofundados e atualizados, mais tarde, pelos grandes historiadores do Brasil.

Acentuava von Martius que ninguém compreenderia o cunho original da formação brasileira se perdesse de vista os “elementos que no Brasil concorreram para o desenvolvimento do homem”. Referia-se ao “encontro, mescla, relações mútuas e mudanças” das três raças de que se formou a população na época em que ele aqui esteve, isto é, nas primeiras décadas do século passado. Não via no Brasil daquele tempo uma simples superposição de camadas raciais, mas “colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga”.

Alvitrava Martius que, quanto à forma de se expor a história do Brasil, o historiador deveria dividi-la em épocas, para evitar a pura história regional ou local, própria dos cronistas e dos eruditos.

Essas épocas deveriam ser determinadas pela homogeneidade fisionômica dos traços históricos não dependentes das condições do desenvolvimento puramente local, mas das situações mundiais, ou como textualmente ele disse: “conforme com o que tenha de particular em suas relações com a mãe-pátria e as mais partes do mundo”.

Não obstante estar convencido de que perderia o seu sentido verdadeiro, se não compreendêssemos a história do Brasil como parte integrante da civilização ocidental, foi ainda Martius quem primeiro compreendeu que a **história do Brasil, como da formação de um povo e de uma nação, como história interna é formada de histórias regionais que, por justaposição, formaram a história geral da nacionalidade.**

Dizia ele: “convergem as histórias das províncias de São Paulo, Minas, Goiás e Mato-Grosso; a do Maranhão se liga a do Pará; e à roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo natural os do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Enfim, a história de Sergipe, Alagoas e Porto-Seguro, não será senão a da Baía”.

Aí se delineavam os focos de irradiação das histórias locais, então vivas demais, e predominando sobre a história nacional.

Martius, que percorreu todas essas regiões, justamente no momento em que o Brasil quebrava a sujeição colonial, ficou impressionado com a desunião das províncias, com os localismos exagerados, com o radicalismo das tendências, com as “idéias políticas imaturas”, com os “republicanos de todas as cores e ideólogos de todas as qualidades”, com as “discussões licenciosas dos negócios públicos por uma imprensa desenfreada, num país onde há um tão grande número de escravos”, com os “preconceitos entre as diversas províncias”.

E desse quadro de anarquia, de desunião, de perigo, Martius compreendeu que a história do Brasil deveria ser escrita por historiadores que não fossem parte nessa confusão, mas que, considerando o Brasil um todo unido, — “só agora começa o Brasil a sentir-se um todo unido”, dizia ele em 1843 —, pudesssem compreender as histórias locais ou regionais, como a história básica da formação nacional.

O insigne João Ribeiro foi o mais profundo continuador dessa diretriz. Sua pequena mas inestimável “História do Brasil” apareceu em 1900. Aí o historiador declara ser o “primeiro a escrever integralmente a nossa história segundo nova síntese”, que muito se distinguia dos precedentes autores, que não seguiam outro caminho sinão “o da cronologia e da sucessão de governadores, caminho seguro mas falso em um país cuja história se fazia ao mesmo tempo **por múltiplos estímulos em diferentes pontos**”.

Um dos grandes méritos de João Ribeiro foi o de estabelecer definitivamente as bases fundamentais da história interna no rumo delineado por Martius. Diz Ribeiro: “indiquei as células fundamentais que, **por multiplicação**, formaram

todo o tecido do Brasil antigo: o de Pernambuco, que gera os núcleos secundários da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas; o da Baía, que absorve Ilheos e Porto-Seguro e gera Sergipe; o de São Paulo, donde esvolve todo o oeste, com os bandeirantes, Goiaz, Minas e Mato-Grosso; o do Rio de Janeiro que, pelo elemento oficial em luta com os espanhóis, faz nascer e já tarde, as capitâncias do extremo sul; a do Maranhão, que gera as unidades administrativas do extremo norte".

Aí estão os fundamentos da história interna do Brasil, que é um conjunto de histórias regionais, isto é, história que se faz, ao mesmo tempo, em diferentes pontos do território, e por múltiplos estímulos.

O processo, em largos traços, é este: primeiro se fundam núcleos, de onde parte a expansão para o interior. São as células fundamentais. A expansão que daí parte, é a expansão natural de uma população que vai se assenhoreando das regiões geográficas mais próximas, num movimento natural de expansão demográfica, sem finalidade política, sem finalidade nenhuma, mesmo, a não ser a sua própria subsistência, na cultura da cana, na criação do gado, na procura do ouro, na caça ao índio. São os múltiplos estímulos a que se refere João Ribeiro. Essa expansão é espontânea, puramente popular, sem as peias nem as tiranias do longínquo e ausente governo e, por isso mesmo, é inteiramente brasileira. A vasta área geográfica conquistada por essa expansão espontânea e livre das coações governamentais, tem por eixo o rio São Francisco, e constitui aquela camada sediementar da nacionalidade que João Ribeiro chamou de "Brasil brasileiro".

Mas há uma outra expansão, que conquistou vastas zonas marginais a essa zona também vasta do povoamento espontâneo que se fez ao redor da larga bacia sanfranciscana.

Aquela expansão não é espontânea, mas obra delineada pelos estadistas portugueses, ministros do reino, vice-reis do Brasil e capitães-generais, impelindo a população a se distender, num plano político previamente traçado, para atingir as fronteiras naturais do Brasil que estavam na bacia do Prata-Paraná-Paraguai e na bacia do Amazonas.

Este movimento de povoamento político e oficial, com a coação do governo, acabou por conquistar, pela posse e pelos tratados diplomáticos, a extensa área distante do rio S. Francisco, e que é constituída pelo interior dos atuais Estados do Paraná, Santa Catarina, por todo o Rio Grande do Sul e, ao norte, pelo Estado do Amazonas e interior do Pará.

Esse é um Brasil que não é o “Brasil brasileiro”.

2 — As células fundamentais do povoamento estão indicadas. Delas parte vagarosamente o movimento demográfico de expansão que se assenhoreia de largos tratos do território. **O limite de cada vila ou comarca vai até onde vão os seus habitantes, que se conservam ligados ao núcleo inicial, de modo que a região constitui uma unidade homogênea de população, de interesses, de convívio, de parentesco mesmo.** Nessa expansão, pela imensidão do território ou por estímulos supervenientes, formam-se sub-núcleos, que, primeiro, estão socialmente subordinados ao núcleo inicial regional.

Aconteceu, porém, que outros estímulos, também supervenientes, criaram condições propícias à autonomização de muitos desses sub-núcleos, cuja população, então, a se expandir, criou regiões novas, com autonomia de fato em relação ao inicial núcleo regional.

Por esse processo, as grandes zonas históricas da história regional se fragmentaram e deram origem às atuais fronteiras estaduais, formando as províncias do Império e os Estados de República, que são formações históricas e não artificiais.

É o caso da formação do Paraná.

Primeiro, o atual território do Paraná estava compreendido nos rumos da expansão espontânea do núcleo paulista, por meio da qual se formaram os sub-núcleos do litoral, pelo estímulo do ouro de lavagem, e Curitiba, no seu início, pelo mesmo estímulo.

E pelo estímulo da caça ao índio, são rechaçados os jesuítas espanhóis do oeste.

A expansão espontânea dos paulistas em território hoje paranaense pára aí.

Vem logo, no século XVIII, o segundo grande processo de expansão, que é o oficial, e que leva a conquista, pela posse, até o domínio da bacia do Paraná-Paraguai.

É nessa fase que o pequeno sub-núcleo paulista de Curitiba adquire sua autonomia e se torna centro de irradiação da conquista de uma parte do território, que iria, afinal, constituir a Província e o Estado do Paraná.

3 — A história do Paraná é, pois, um capítulo da história regional do Brasil, e consiste na história da formação de uma comunidade que, como tal, adquiriu individualidade distinta, de qualquer forma, das outras comunidades regionais do Brasil.

Sua formação, em traços gerais, se processa do seguinte modo:

- a) pela formação de um centro social de irradiação, que se localizou em Curitiba;
- b) pela expansão dirigida desse centro, de onde resultou a conquista, pela posse, de determinado território;
- c) pela constante subordinação social e política dos núcleos resultantes da expansão ao centro social inicial de Curitiba, de modo a formar um conjunto.

4 — Observa Von Martius que a emigração portuguesa para o Brasil, no século XVI, que lançou os fundamentos do Brasil, nada tinha de semelhante com a imigração do século XIX, constituída de artífices e agricultores. As emigrações do século XVI “eram uma continuação dessas empresas afoitadas e grandiosas, dirigidas para a Índia, e executadas ao mesmo tempo por príncipes, nobres e povo”. Revestia-se desse cunho de aventura, de guerra e de pirataria que caracteriza o comércio mundial daquela época. Com esse mesmo espírito se caracterizava a expansão interna nos primeiros séculos, que é mero capítulo daquele comércio mundial de cupidez e pirataria.

De fato, remotamente, o sul do Brasil se desenvolve na competição entre portugueses e espanhóis, para o reconhecimento e conquista das riquezas de prata e ouro, em cuja existência se acreditava desde os primeiros conflitos do descobrimento do rio do Prata, em 1515.

Nesse esforço de conquista da prata e do ouro, cuja localização incerta não se sabia se estava em terras portuguesas ou espanholas, as costas de Santa Catarina, Paraná e São Paulo se enchem de aventureiros irregulares de Portugal e Espanha, que procuram no sul do continente o caminho das riquezas do Peru e, talvez, sua continuação meridional.

É a época das expedições de Aleixo Garcia, Sebastião Caboto, Diego Garcia, Francisco Chaves, Pedro Mendoza, Cabeza de Vaca.

Mas é, também, a época da fixação dos portugueses nas primeiras vilas que se fundam na costa sul e que visam a posse dos caminhos que levam ao país da prata e do ouro. E é, ao mesmo tempo, a época da fixação dos espanhóis em Buenos Aires e Assunção, no caminho do mesmo país.

Em conclusão desses fundamentos, parece-nos que o **primeiro capítulo da história do Paraná** deve ser aquele que trata dos primeiros estabelecimentos portugueses na costa sul do Brasil, visando o domínio dos caminhos que levavam à bacia do Paraná, e consequente exploração do ouro de lavagem que propiciou a fundação de Paranaguá e, mais tarde, transpondo a serra, a fundação de Curitiba.

5 — A história da formação do Paraná está intimamente ligada ao desenvolvimento do Império colonial espanhol da parte meridional da América do Sul, que tinha como centro de irradiação Buenos Aires e Assunção.

Ao mesmo tempo em que o Império colonial português, partindo das vilas do litoral e de São Paulo, se expandia para o oeste e para o sul, o Império colonial espanhol subia os rios Paraná, Paraguai e Uruguai para norte e leste, deixando cada vez menor a “terra de ninguém” que medejava entre ambos. Daí nasceram os contactos e os choques que caracterizam a história do sul do Brasil por quase dois séculos.

Parece-nos, assim, que o **segundo capítulo da história do Paraná** deve ser a história da expansão espanhola, tendo como centro Buenos Aires e Assunção e formação das províncias castelhanas e reduções jesuíticas, até aos ataques dos

bandeirantes paulistas e consequente guerra que findou em Mboreré em 1641.

6 — Após a restauração de Portugal de 1640, começa a se delinear, claramente, a política portuguesa de conquista, pela posse efetiva de toda a região do sul até o rio da Prata, e da região oeste, no vale do Paraná-Paraguai-Uruguai, até entestar com a posse efetiva dos castelhanos.

Até aí, tinha havido uma expansão espontânea da população luso-brasileira.

A mobilidade espontânea dessas populações para o oeste não era nem defensiva nem ofensiva, mas simples migração de nomadismo aproveitador de riquezas existentes, necessitando, para a afirmação da vida de pequena população, uma grande extensão de terra.

É a história de um povo consumidor de riquezas naturais que, por revivência cultural e pela influência da terra, aliou o nomadismo destruidor com os métodos imprevidentes do indígena, sob a orientação do lucro imediato que era a forma peninsular do capitalismo nascente.

Alberto Torres bem o compreendera: “o impulso que nasceu com o bandeirante, com o desbravador de florestas, com o donatário e seus sucessores, e, depois, com o fazendeiro, perpetuou-se pela história adeante, firmando as normas da aventura e do saque à natureza como estímulo à ação do homem sobre a terra”.

O colonizador aventureiro afamiliou-se no Brasil.

Realmente a família aparece no Brasil como a primeira realidade social, realidade concreta,ativa e absorvente.

As Câmaras Municipais, ou Senado da Câmara, que tiveram um papel tão saliente na governança dos primeiros tempos brasileiros, nada mais eram do que uma relação de vizinhança entre as instituições familiares. Ali se coordenavam, e não raro se chocavam, os interesses das famílias.

As Câmaras Municipais eram organizações de origem familiar. As suas preocupações não iam além da defesa da vida do grupo, das lutas do caciquismo doméstico, da conquista da terra como meio de conseguir subsistência. Tudo em orgulhoso alheamento das diretrizes do longínquo gover-

no do reino. Quando Portugal perdeu sua soberania, as Câmaras de nada se aperceberam. "Nada houve — diz Afonso Taunay — nos livros da Câmara de São Paulo, que fizesse refletir um pouco do cataclismo em que desapareceu a nacionalidade lusitana".

Não só em relação à longínqua metrópole, mas mesmo em relação aos núcleos vizinhos, havia uma atitude de fraca solidariedade nacional, manifestada pela indiferença das populações do planalto em face do banditismo praticado pelos piratas sobre as populações do litoral, e indiferença destas em relação ao perigo que corriam as populações de serra acima com as tribus indígenas revoltadas.

O final dessa vida familiar, livre e soberana, começa com a preocupação do Estado português em relação às fronteiras e, mais precisamente, em relação às fronteiras do sul.

Funda-se Laguna e a Colônia do Sacramento, e inicia-se a posse do Rio Grande do Sul, estes dois últimos fatos como execução do decreto de 12 de novembro de 1678, do rei Pedro II, que ordenava se tomasse posse de toda a região neutra que ia desde Laguna até às margens do Prata.

Abre-se daí em diante um período de mais ou menos 150 anos, em que o sul do Brasil é sacudido pela política da fronteira entre luso-brasileiros e castelhanos.

Nos primeiros tempos da história do Brasil, ela estava juridicamente estabelecida pelo meridiano de Tordesilhas.

Era um meridiano e uma hipótese. E uma hipótese que não preocupava aqueles homens rudes das Câmaras Municipais, muito preocupados em garantir sua própria subsistência na caça ao índio, ou na procura do ouro.

É que a família, como uma associação natural, sob a base da tradicional cultura portuguesa, se desenvolvia no Brasil ao léu dos fatores que surgiram do ambiente, ao sabor de suas necessidades imediatas, sem sentir a limitação coativa do Estado.

Na zona do açúcar, no nordeste e em grande parte do litoral, criou-se a grande família patriarcal, sob a economia do próprio açúcar, como um novo feudalismo, rural, e com autonomia social, religiosa, econômica e até política.

Assim aconteceu também na zona de criação de gado. As grandes distâncias faziam nascer nos currais, nas fazendas, nas estâncias, a família como um centro econômico, social e político.

De maneira que a organização familiar, com seu patriarcalismo, com seus interesses próprios e imediatos, com seus códigos de honra, com a sua expansão de economia apropriativa, precisando de muito espaço para pouca gente, enchia ralamente a vastidão do Brasil mal povoado, e só sentia o interesse humano da fronteira, quando na sua caminhada de nômade, indiferente aos tratados diplomáticos, entestava com os odiados espanhois.

A formação do Estado no Brasil não é uma etapa superior e continuativa dessa vida familiar livre e soberana. É uma antítese a ela.

Depois da Restauração de 1640, ao mesmo tempo em que se reconstituía o território português na península, negociava-se a demarcação das fronteiras portuguesas na América, sob o princípio do *uti-possidetis*.

Passam, daí em diante, os capitães-generais a promover o povoamento dirigido e a criar uma solidariedade nacional. E o faziam, sobrepondo a lei aos interesses familiares, e o rei longínquo ao poder do *paterfamilias*.

Até o século XVIII, os brasileiros viviam praticamente sem governo. As famílias se governavam por si próprias e as Câmaras Municipais a uniam. A história dos irmãos Leme, chefes de clã e bandidos, como que impõe aos outros uma lei sua, constitui boa amostra desse grupalismo familiar e caciquista.

“Nas repartições do sul do Brasil — diz um historiador — as Câmaras Municipais chegaram a embaralhar de tal forma a esfera da ação dos governadores, que muitos deles preferiam abdicar de sua autoridade e condescender com toda a casta de abusos a entrar em luta com elas.”

O conflito entre o Estado português e as Câmaras Municipais acaba por matar as liberdades locais, por vencer a liderança grupal e familiar, tudo no interesse da fronteira.

O violento Capitão-General Rodrigo Cesar de Menezes escrevia ao vice-rei, na terceira década do século XVIII: “No

Brasil vivem todos com a soltura que V. Excia. não ignora, e os Paulistas com mais liberdade que todos e esta não se destroi com outra coisa que com o poder".

O exercício desse poder deu origem a violentas oposições entre o governo e os grupos familiares, e às orgias do militarismo e do fisco que se desencadeam daí em diante. Tudo porém tinha um fim legítimo: a integração do sul ao território do Brasil.

Com os capitães-generais não há mais o bandeirismo, há expedições militares e povoadoras, organizadas, planejadas e comandadas para atingir uma finalidade: o povoamento, a ocupação continuada e fixa do território — a fronteira, enfim.

Embora o princípio do "uti possidetis" fosse uma vitória diplomática portuguesa, seria ela pulverizada sem a ocupação efetiva, dirigida pelos capitães-generais.

O processo consiste, primeiro, no esmagamento dos localismos e liberdades locais, depois o descobrimento dos lugares desabitados e seu povoamento compulsório, pela fundação de vilas e criação de fazendas e estâncias e pela construção de estradas de ligação dos vários núcleos.

A abertura de estradas toma, então, uma importância excepcional.

Nos princípios do século XVIII estabelecem-se os dois focos dos quais a história do Paraná é, em certa época, uma projeção: São Paulo, ligado às minerações de Minas, e ao Rio Grande do Sul, às voltas com as guerras espanholas.

Em 1731, o capitão-general mandou construir a estrada de Laguna, ligando esta vila com Curitiba, e daí a estrada seguia para São Paulo.

A construção dessa estrada é acontecimento relevante na história paranaense. Desliga Curitiba do ciclo litorâneo, distanciando-a socialmente de Paranaguá, e incorporando-a ao sistema histórico das guerras de fronteira, dando-lhe oportunidade de uma marcha para o sul, para o norte e para o oeste, de maneira que Curitiba passa a significar o caráter de toda a região que será a futura província.

Para a abertura da estrada, o capitão-general pedia o auxílio dos curitibanos, escrevendo nestes termos à Comarca

de Curitiba: "... não só pela utilidade comum, mas pela particular e própria de V. Mercês, se devem empenhar neste serviço de S. Magestade, considerando-se igualmente que abrir-se a estrada, e entrando gados e cavalgaduras, fazendas e pratas, com os mais gêneros que podem introduzir os castelhanos, virá a ser essa vila de Curitiba, a mais populosa e rica desta Capitania".

Mostram os Arquivos da Câmara de Curitiba o intenso comércio de gado procedente do Rio Grande. O tropeiro Cristovam Pereira de Abreu passou com uma tropa de 3.000 cabeças. Por essa estrada, passando do norte para o sul vinham as mercadorias de Sorocaba, principalmente o algodão. A própria população curitibana circulava por ela, nas grandes distâncias. Um documento de 1783, descrevendo a população da capitania diz: "... outros vão a Viamão buscar tropas de animais cavaleiros ou vacuns, e os vendem não só aos moradores da mesma cidade e seu continente, como também aos andantes de Minas-Gerais".

Documentos do "Arquivo Municipal de Curitiba" dos anos de 1730 a 1749, mostram a variedade dos traçados dos caminhos que vindo da estrada de Laguna passavam pela Lapa, Curitiba, Campo Largo, Castro, Piraí, Juaguaraiá, Itararé, rumo a Sorocaba. Os mesmos "Arquivos" de 1737 em diante revelam a existência de fazendas nos Campos Gerais, cujos criadores levavam seu gado, pela estrada do Iapó, Piraí, Jaguariaiva, Itararé, para São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais. E em 1777, quando o capitão-general consultava os vereadores de Curitiba sobre requisições para manter forças que, pela estrada, vinham de São Paulo para combater os espanhóis no sul, a Câmara de Curitiba informava: "os da Freguesia de S. Antônio da Lapa e dos Campos Gerais, porque as terras são mais férteis e porque abeiram a estrada que vem do Viamão para São Paulo por onde passam as tropas que gastam muitos mantimentos, fazem vida da lavoura pela utilidade que experimentam e por isso abundam demais quantidades delas... e acerca das cavalgaduras, não falando no distrito dos Campos Gerais em que pela distância de suas habitações e laboração das fazendas de gado precisam demais cópia de animais mansos e por isso os tem já".

Não só tropas, comércio e homens circulavam pela estrada, animando a vida rude e primitiva.

Por ela desciam, também, forças militares de São Paulo, que se afogava no militarismo feroz dos capitães-generais. E por ela, muitos curitibanos foram levados a povoar os territórios conquistados de Castilhos Grandes, sob o comando do tropeiro e coronel Cristovam Pereira de Abreu.

Como conclusão, pois, podemos estabelecer que:

a) **o terceiro capítulo da história do Paraná deve compreender a história diplomática da conquista das fronteiras do sul do Brasil, desde o decreto do rei português Pedro II, de 12 de novembro de 1678, até a final questão da Cisplatina.** E deve abranger as guerras que ocasionou no sul, que têm como início a fundação da Colônia do Sacramento e como resultado a conquista do Rio Grande do Sul.

b) **O quarto capítulo da história paranaense versará sobre as transformações políticas que tiveram início no século XVIII, desde o governo de Rodrigo Cesar de Menezes, que assinala a passagem do predomínio grupal e das Câmaras Municipais, para o domínio do capitão-general e da província e consequente predomínio do Estado organizado.**

c) **O quinto capítulo da história paranaense será o da transformação do Paraná com a abertura da estrada de Laguna, em 1731, que ligou as populações do Rio Grande às de São Paulo, através de Curitiba. É o tempo das tropas e tropeiros, do intenso comércio de gado e da intensa militarização da Capitania de São Paulo. É o tempo da expansão da população pelos Campos Gerais e da fundação das fazendas de criar. E é a ocasião de se estudar a figura de Cristovam Pereira de Abreu.**

7 — Restabelecida a Capitania de São Paulo em 1765, recebeu ela o seu capitão-general, D. Luiz Antônio Mourão, o Morgado do Mateus. Foi um admirável escritor de cartas e severo observador dos costumes brasileiros, carregou as cores do militarismo e do fisco, comprimiu ainda mais as liberdades locais, exigiu sacrifício de todos, mas se atirou com toda a energia e clarividência à empresa de povoar o sul do Brasil e de conquistar definitivamente suas fronteiras.

Perfeitamente integrado na nova política portuguesa de firmar o poder brasileiro até o Prata e o Paraguai, anunciou que vinha “com reais ordens de descobrir e povoar os sertões da Capitania, examinar a extensão de seu continente e a formação dos rios de sua fronteira...”

Com ele, realmente, os rios passam de uma importância puramente antropogeográfica para assumir um marcante relevo político. Primeiro, a pendência das fronteiras se travava ao redor dos rios da Prata e do Paraguai. Com ele, a conquista de todos os grandes rios representava a conquista de todo o território. O Tibagi, o Paranapanema, o Ivaí, o Piquiri, o Iguaçu são mobilizados para a conquista, na fase mais épica da história paranaense, porque cada rio tem o seu sertão. Chega a tratar os rios com carinho de camarada, ao Iguaçu diz numa das suas cartas: “aquele valente e precipitado rio...”, e antevia que, com a conquista dos rios e seus sertões se acrescentaria “mais uma ou duas Capitanias a este Estado e se facilita muito a demarcação dele pelo Rio da Prata”.

Afonso Botelho, executor daquela política no Paraná, iniciava, também, sua ação definindo o sertão a ser conquistado por um rio: “... pois deste rio Guaraúna para dentro já é sertão...”

Na formação das expedições de conquista, Afonso Botelho escolhia homens familiarizados com o sertão mas também com os rios: “... gente da mesma Vila e de Cananéia, que por ser gente que costuma andar embarcada e ter criação de matos e rios...”; “... gente de Paranaguá... por ter sido criada na borda do mar e ter uso de andar embarcada...”; ao comandante ordenava: “... vá pelo rio abaixo a comandar no sertão...”; “... gente de Curitiba, São José e Campos Gerais... toda esta gente é criada no caminho do sertão que vai dar ao rio Grande, e por estes matos (foram criados) a caça, o mel e o mais que aqui lá vão, e por isso fortes e robustos e próprios para o mato, aonde tem sido a sua criação...”

Entre Portugal e Espanha tinha-se conseguido um acordo, que parecia a todos provisório. As fronteiras seriam de-

marcadas por onde houvesse ocupação e posse. Era preciso, então, povoar. Distender as populações em mais vilas. Chegar antes que os espanhóis nas terras desabitadas. Tomar posse.

O Marquês de Pombal supervisionava todo o movimento.

Havia necessidade de se formar uma corrente ininterrupta de povoações e “estabelecimentos”, desde São Paulo ao rio da Prata e desde Curitiba à fronteira paraguaia.

Já se estava fazendo solidamente o movimento para o sul.

Mas havia a fronteira do oeste, e foram curitibanos e seus vizinhos, sob o comando de Afonso Botelho, que fizeram a marcha para o oeste, conquistando os grandes rios e, com eles, o sertão.

Tinha-se fundado o forte de Iguatemi em Mato Grosso, em terras contestadas pelos paraguaios.

Era preciso ligar Curitiba a essas terras.

Do rio Guaraúna para dentro começa o sertão, e Afonso Botelho acrescentava: “parece-me ser muito preciso chegar a ver o interior do sertão”.

Em 1770, a expedição curitibana, chefiada por Estevam Ribeiro Baião, entrou pelo sertão do Tibagi, atingiu as barrancas do Paraná seguindo pelo rio Ivaí, passou pelas Sete Quedas e atingiu a fronteira paraguaia, explorou o Piquiri, subiu o Paraná, desceu o Tietê e chegou a São Paulo depois de um ano e quatro meses de sertão.

Apesar da morte dos capitães, das deserções, das violências, dos sofrimentos da população, tinha-se encontrado o caminho entre Curitiba e a fronteira paraguaia. Mas não bastava, era preciso descer os grandes rios e tomar posse dos campos e matas.

Outra expedição comandada por Francisco Silveira Peixoto entrou pelo Iguaçu, “a explorar pelo lado direito o sertão para ver se podia achar vereda que facilitasse chegar ao fim do Iguaçu onde faz barra com o Paraná”. Nessa caminhada morreram homens afogados, ficaram em extrema penúria, andando nus e passando fome pelos matos, passaram pelo porto de Vitória, e o seu comandante chegou à foz, mas avançando penetrou no território das Missões argen-

tinas, foi preso pelos espanhóis e jogado nos calabouços de Buenos Aires.

Tenta-se então outro caminho. Numa marcha de onze meses, a expedição comandada por Francisco Martins Lustosa entrou pelo Guaraúna, atravessou o rio das Almas, atingiu a Serra da Esperança e saiu nos campos de Guarapuava. Mas os campos de Guarapuava não eram a finalidade. Buscava-se a conquista do Iguaçu. Atrás da desembocadura deste rio andaram os paranaenses, através da mataria, conseguindo, afinal, avistar os campos de Palmas.

Nessas duras caminhadas, sem armas muitas vezes e sem mantimentos mais do que conseguiam do próprio mato, as instruções eram de só parar onde encontrassem espanhóis. E se estes quisessem embaraçar a passagem e se fosse impossível a expedição continuar, “nesse caso, façam alto onde quer que se toparem, e não consintam que os espanhóis se adiantem para as nossas partes e nem a expedição voltará para trás”.

Em 1755, a Câmara Municipal de Curitiba informava o governo sobre os limites de Curitiba nestes termos: “...serve de balisa e termo o rio Itararé para a parte de Sorocaba, e para a parte do sul serve de balisa os Lages ficando por sua demarcação o rio das Pelotas e todo o sertão do Tibagi dentro do Termo desta vila.... passagem do rio Tibagi para dentro, não só das partes povoadas, mas também as que de novo se cultivam, e de todo o sertão que vai entestar com o Rio Grande onde faz barra o dito rio Tibagi, mediando entre eles o famoso sertão de Guarapuava, descoberto e continuamente versado pelos moradores deste distrito, ficando mais entre estes o celebrado Capivaruçu e suas vertentes Agudos e Apucarana....”

Três décadas depois, a conquista do sertão tinha alcanceamento, pelos rios, as barrancas do Paraná, a foz do Iguaçu e os campos de Palmas, e mais tarde, ainda, firmava-se o povoamento de Guarapuava, após a expedição de Diogo Pinto.

Delineava-se o Paraná como região individualizada sob o comando de Curitiba.

Em conclusão:

O sexto capítulo da história do Paraná deve compreender a época do governo do Morgado do Mateus e as diretrizes da política de fronteiras na segunda metade do século XVIII. Deve compreender a ação de Afonso Botelho na execução dessa política no Paraná e o estudo das expedições que entraram pelos rios e sertões nessa época, e seus resultados. E deve ser rematado pela expedição de Diogo Pinto ao sertão de Guarapuava de que resultou o definitivo povoamento desses campos.

8 — Uma das grandes contribuições de Capistrano de Abreu aos estudos e à compreensão da História do Brasil é uma combinação orgânica entre a história político-social e a geografia, que dá um tom de realidade palpável aos fatos.

Ele próprio reconhecia o caráter antropogeográfico de sua obra histórica quando, em carta a Afonso Taunay, observava que o fenômeno das bandeiras paulistas era antes um fenômeno geográfico do que histórico.

Num ensaio substancial a respeito, denominado “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, Capistrano estudou o traçado dos caminhos coloniais, por onde circulava o homem e a riqueza, ao redor dos quais se criaram povoações, e por meio das quais as regiões históricas com base geográfica se comunicavam e mantinham uma frouxa solidariedade humana.

Graças a esses caminhos, terrestres, marítimos ou fluviais, que resumem em si todo o movimento das populações, é que se constituem as grandes Capitanias do regime colonial, e pela dificuldade de comunicação das várias regiões, é que cresce o fenômeno do regionalismo no Brasil, e com ele os fermentos do separatismo.

A modificação desses caminhos, aproximando ou distanciando núcleos de população, ia dando em resultado a absorção de um núcleo por outro, ou a autonomização de núcleos, trazendo essas situações de fato as consequências legais de desmembramentos de capitania ou incorporações de umas às outras.

Capistrano pergunta: "pode reduzir-se o povoamento de nossa terra a algumas linhas principais, como num país as águas se somam em algumas bacias preponderantes?"

Depois de responder afirmativamente e de caracterizar os núcleos regionais históricos, sobre os quais se forma a história do Brasil, e depois de censurar a Varnhagem o ter escrito a história geral do Brasil com uma uniformidade de crítica que falseava a realidade, Capistrano termina seus "Capítulos" dizendo que os três séculos coloniais produziram "cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientais de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se presando, porém, uns aos outros de modo particular".

Embora separadas as regiões históricas, diz ele em outro trabalho que no princípio do século XIX "estava todo o país ligado imperfeitamente embora, por meio de vias terrestres e fluviais". E pergunta: "Chegar-se-ia a formar uma nacionalidade? O sistema colonial era a divergência, o particularismo; o centro ficava além-mar".

E termina como que sugerindo que a unidade política do Brasil é obra do Império.

As histórias regionais do Brasil são conjunto de fatos dotados de uma certa homogeneidade e se desenvolvendo numa determinada região geográfica.

A história do Paraná é, primeiro, uma continuação natural da história regional de São Paulo, com o centro de comando fora de seu território. Só adquire individualidade, ou melhor só se constitui em história regional, quando o centro de comando passa a agir dentro do seu próprio território.

A homogeneização dos fatos se condensa como a comunicabilidade da população ao longo de um território, e essa comunicabilidade tem sua base física nos caminhos e estradas.

No Paraná a história dos caminhos e estradas tem uma importância fundamental sobre a qual se baseia a unidade da

região e sob cuja deficiência se formam as zonas marginais. À vida das estradas e caminhos está ligado o nascimento, vida e morte das povoações, a solidariedade e a rivalidade de centros de povoamento.

Em conclusão:

O sétimo capítulo da história paranaense deve compreender o estudo dos primeiros caminhos naturais de penetração, e o desenvolvimento das estradas, suas direções e influências no desenvolvimento e variação das populações.

9 — A formação do povo brasileiro se desenvolve à base da grande família patriarcal que, pela ausência do poder organizado do governo português sempre longínquo, monopolizava todas as funções sociais, desde a política à economia. A expressão política se cristalizou, mais tarde, nas Câmaras Municipais, que eram o verdadeiro e único poder organizado, mas com caráter localista, brasileiro, anti-português.

No século XVIII, com nova orientação colonial do governo português, reorganizam-se as Capitanias com governadores mais poderosos, que iniciam a luta contra as liberdades municipais e familiares e contra o poder das Câmaras Municipais.

Os capitães-generais, ao mesmo tempo que agiam com despotismo nessa luta contra as Câmaras Municipais, exacerbavam o sentimento de liberdades locais e de anti-portuguesismo, que, se foi abafado à força, nunca foi extinto, ficando sempre como brasa dormida que reacenderia a fogueira no primeiro momento.

A mesma “vida livre” de que se queixavam os governadores em outros pontos do Brasil, notava-se nos habitantes de Paranaguá. D. Luiz Antônio encontrou resistência naquela gente em quase todos os seus intentos. É que o interesse do governo se chocava com o interesse particularista do poder familiar. Em carta escrita ao Conde de Oeiras, em 16 de janeiro de 1767, diz o Morgado do Mateus que a vila de Paranaguá era “governada pelos naturais e com orgulho, e fundados em um privilégio que alcançaram de S. Magestade

em ano de 1725, para lhe não poderem fazer soldados naquela Comarca, levaram muito a mal que eu ali instituisse Companhias, e ainda mais que para lá mandasse o dito Sargento-Mor, querendo viver sempre despóticos e absolutos, sem outro governo mais que o seu..." Queixava-se o Capitão-General de que a oposição do povo de Paranaguá fazia com que se frustrassem as diligências para a fundação de uma fortaleza na barra e para a fundação de uma povoação em Guaratuba. Na luta contra as liberdades locais, o Morgado mandou para Paranaguá o seu ajudante "Afonso Botelho... para castigar e coibir o orgulho..."

Esse orgulho das Câmaras Municipais, que nada mais eram do que o sentimento de autogoverno e de liberdades locais, foi despoticamente abafado em todo o Brasil, durante o século XVIII.

O final desse século, porém, assinala em todo o mundo ocidental o esgotamento dos processos históricos de uma determinada época que didaticamente chamamos a "idade moderna". E dentro desse sistema histórico está o sistema colonial de Portugal. "Tinhamos naquele momento — acenta Caio Prado Júnior — chegado a um ponto morto. O regime colonial realizára o que tinha para realizar. Sente-se que a obra da Metrópole estava acabada, e nada mais nos poderia trazer".

O descontentamento diante do marasmo da política portuguesa nesse final de século começa a se manifestar nas Câmaras Municipais, e tem um sentido de reconquista de autonomia, ora de autonomia local, ora de independência em relação a Portugal.

O espírito localista e anti-português, gerado nas Câmaras Municipais, volta a atuar com violência no período que vai da chegada de D. João VI à Independência. A nobreza territorial, observa Oliveira Viana, ou melhor, os seus representantes nas Câmaras Municipais "insinuam-se no paço, acercam-se do Rei e depois do Príncipe Regente. De tal maneira agem junto de um e outro, que, antes mesmo de proclamar-se a independência, já estão inteiramente senhores do poder nacional".

A campanha pela autonomia da Quinta Comarca está ligada a esse espírito. Começa nos princípios do século XIX, primeiro de acordo com o regime, reivindicando a criação de nova Capitania separada da Capitania de São Paulo e com sede em Paranaguá. Depois, de acordo com o novo regime, reivindicando a criação de nova Província, separada da Província de São Paulo.

As petições são primeiro da Câmara de Paranaguá, sede da Comarca, e depois se alastram pelas outras vilas.

Embora seja no seu início uma reivindicação da Câmara de Paranaguá em seu benefício, e o movimento tenha explicação original na revivência das liberdades locais espezinhadas pelos prepostos do centralismo português, a expansão da idéia se fortifica com outros acontecimentos, até que a revolução liberal de 1842 dá-lhe o grande momento da efetivação.

Em conclusão:

O oitavo capítulo da história do Paraná será o da história da idéia autonomista; sua origem, sua evolução, as razões de sua necessidade, os acontecimentos que a fortaleceram e tornaram-na possível. Útil será, também, o estudo comparativo com a forma pela qual se fez a autonomia de outras províncias que se desgarraram dos blocos regionais.

10 — As populações paranaenses do século XIX continuavam a ser rurais, predominantemente.

Sobre o sistema épico do bandeirismo do século XVII e da conquista militar do século XVIII, sobreveio no século XIX o movimento de ocupação das terras conquistadas para o seu aproveitamento econômico.

Diz Oliveira Viana: "Essa poderosa avançada sobre os sertões, esse deslocamento em massa da nossa população para o interior do planalto é um fenômeno geral que abrange a totalidade do país. Pode-se dizer que aquela maravilhosa irradiação dos sertanistas meridionais e criadores septentrionais dos três primeiros séculos não parou: prossegue, ao contrário, surda e quase imperceptível em muitos pontos, mas não menos incoercível e eficiente: o que lhe falta é

apenas o estrondo, o movimento, a teatralidade das antigas bandeiras conquistadoras".

Esse movimento de ocupação desordenado impressionou o governo, pelo estado caótico em que se encontrava a propriedade territorial no Brasil.

Ante enorme quantidade de simples posseiros, sem títulos, intrusados nas áreas das sesmarias, e tendo em vista reservar áreas para a colonização e regularizar as posses efetivadas, o governo imperial baixou a lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850, completada pelo regulamento de 1854, que é o fundamental Código de Terras do Brasil. "Respeitava — diz um jurista — a todo o custo a detenção que, sem título dominial em ordem, estivesse em contato com o solo brasileiro, com ocupação e respeito por dois requisitos absolutamente imprescindíveis: cultura efetiva e morada habitual". Era a volta do princípio do "*uti possidetis ita possideatis*", que do direito privado passará para o direito público internacional com o tratado de 1750.

Nota Nestor Duarte em "A Ordem Privada e a Organização Política Nacional": "O solo do país é conquistado, ocupado e povoado pelo **proprietário privado**". E a lei 601 foi uma revolução que consagrava "a vitória que o humilde posseiro conquistou sobre o orgulhoso sesmeiro".

Mas o Código de Terras de 1850 não teve completa execução conforme seus fins, perpetuando uma luta entre o governo e os proprietários privados.

Observa Oliveira Viana: "esse formidável assalto à floresta tem dois batedores originais: o 'bugreiro' e o 'grileiro'. Um e outro se completaram e são criações desse mesmo espírito de conquista a todo o transe, que caracteriza a nossa moderna expansão para o oeste. O bugreiro surge nas zonas de atrito do civilizado com a nossa selvageria remanescente: no Paraná, em Santa Catarina e, principalmente, no Paranapanema e no traçado da Nordeste... Nessa obra de conquista civilizadora da terra, o bugreiro vence o obstáculo material, que é o índio nômade, povoador infecundo da floresta fecunda. Há, porém, um outro obstáculo, o obstáculo jurídico, que é o direito de propriedade... É ao grileiro que cabe resolver esta dificuldade. Ele é que vai dar ao colonizador

progressista, cheio de ambição e capitais, o direito de explorar este tesouro infecundo. Para isto, cria, pela chicana e pela falsidade, o indispensável título de propriedade."

Em conclusão:

O nono capítulo da história do Paraná poderá ser o da conquista da terra pelo proprietário privado, a história geral do seu aproveitamento e do tipo de vida rural do século XIX.

11 — A autonomia da Província traz para o primeiro plano da história local a vida política. A vida política da Província do Paraná acompanha as vissicitudes da evolução das instituições políticas do Império. Um capítulo especial da história do Paraná deve fixar essa evolução, com as grandes diretrizes da administração pública; seu caráter, com as lutas partidárias e suas peculiaridades, com a organização de suas instituições de governo provincial e municipal.

Assim,

o décimo capítulo da história do Paraná deve ser a história da vida política da Província, dentro do conjunto da vida política do Império e com as peculiaridades que a caracterizam. A história e a evolução das instituições provinciais e municipais. As grandes diretrizes administrativas. As organizações partidárias e suas lutas eleitorais e programáticas.

12 — Num capítulo especial investigar-se-á a atitude da Província nas grandes questões internacionais do Império: a do tráfico de escravos, as questões platinas e a guerra do Paraguai.

Será esse o

décimo primeiro capítulo da história do Paraná.

13 — A organização do trabalho é base fundamental na história de um povo.

Dois traços substanciais caracterizam a vida econômico-social do Brasil, durante o período da colônia, e se prolongam pelo período imperial:

a) a economia colonial, isto é, subordinação de todo o sistema econômico à produção de mercadorias para exportação.

Caio Prado Júnior assim sintetiza: "... economia constituída na base da exploração, e exploração precipitada e extensiva de recursos naturais de um território virgem, para abastecer o comércio de alguns gêneros tropicais e metais preciosos de grande valor comercial. É esta, em última análise, a substância de nossa economia colonial, a própria explicação da obra colonizadora que Portugal aqui realizou".... "é este o eixo das atividades coloniais, eixo em torno do qual se agrupam todos os seus demais elementos. Em função dele, dispor-se-ão os outros setores acessórios do comércio da colônia, e que não tem outro fim que alimentar e amparar aquela corrente fundamental. O tráfico africano, em primeiro lugar, que fornece a mão de obra com que se produzem aqueles gêneros que a constituem; vem, depois, o abastecimento de produtos necessário à subsistência da população direta ou indiretamente aplicada na produção deles."

Parece que a economia do Paraná se caracterizava, mais, pelo segundo elemento: economia de subsistência.

b) trabalho baseado sobre o braço escravo.

Em conclusão:

O décimo segundo capítulo da história do Paraná poderá ser a história da estrutura econômica da população, com o sistema de produção sobre a escravidão. Deverá investigar o regime real de escravidão negra, sua origem, seu desenvolvimento e sua influência, e efeitos da abolição.

14 — Os últimos tempos do Império, no plano político, são caracterizados por uma agitação política de renovação, que poderia ser de uma renovação do regime parlamentarista, mas que desembocou na República. A agitação se traduz nas lutas parlamentares e partidárias, na questão religiosa, na questão militar, na propaganda de Federação e da República.

O sistema unitário do Império começava a se abalar.

Com a proclamação da República, a agitação não cessou, até que a grande revolução de 1893 agitou, fundo, os alicerces do regime e da sociedade.

Assim me parece que dois capítulos poderão estudar esses fatos:

o capítulo décimo terceiro poderá compreender a atitude do Paraná nas agitações políticas dos últimos anos do Império, da guerra do Paraguai em diante. Da proclamação da República e da instalação dos primeiros governos republicanos e suas atitudes em face das grandes dificuldades do momento.

E tendo em vista a importância que representa para a história do Paraná a revolução federalista de 1894, que trouxe profundas consequências na divisão da sociedade política, parece que a ela deve ser dedicado um capítulo especial.

Assim

o capítulo décimo quarto da história do Paraná deverá ser o da história da revolução de 1894, com seu desenvolvimento ideológico e suas consequências no campo político.

15 — A história da República tem, no seu desenvolvimento, um aspecto mais ou menos uniforme, desde a Consolidação, após o governo de Floriano, até a revolução de 1930.

Um exame mais acurado do regime na sua prática, nessa época, revela que a estabilidade do regime se baseava num sistema de chefias locais. É a política dos governadores, na sua fisionomia prática e não ideológica. Cada Estado tinha um “chefe político” que o dominava na política interna, pelo prestígio pessoal, pela força que lhe dava a chefia federal, e pela manipulação eleitoral; e que falava em nome do Estado na chefia federal. Esse sistema de chefia era sustentado pelos chefes municipais, que eram uma evolução dos “pater-famílias” da colônia, dos “barões” do Império e que se transformaram nos “coronéis” da República.

O sistema, no Paraná, começa com o domínio do governador, presidente Vicente Machado e, após a morte deste, depois de um interregno de governadores que não conseguiram consolidar a chefia, o presidente Afonso Camargo a exerce até a revolução de 1930.

Em conclusão:

o capítulo décimo quinto deve ser a história política do Paraná sob o regime da República constitucional de 1891, desde a Consolidação até à revolução de 1930. Seu sistema de chefias, estadual e municipal. Seus grandes rumos adminis-

trativos. O funcionamento prático de suas instituições estaduais e municipais.

16 — A questão dos limites estaduais com Santa Catarina agitou largo período da época republicana no Paraná e tem grande importância na história regional. Assim merece ser tratada em capítulo especial.

Donde:

o capítulo décimo sexto da história do Paraná versará sobre as questões de limites interestaduais, especialmente a questão do Contestado. Suas origens, desenvolvimento, solução e consequências históricas.

17 — A revolução de 1930 é, em todo o Brasil, um marco histórico que divide a história republicana em duas épocas. A primeira em que predominava o aspecto político e a segunda em que há a tendência do predomínio do social. Traz uma transformação radical nos quadros dirigentes, popularizando-os cada vez mais. Reforma as instituições e renova as classes dirigentes. Quebra o sistema das chefias e se encaminha para a libertação eleitoral.

Em conclusão:

o capítulo décimo sétimo da história do Paraná deve ser a história da revolução de 1930 no Estado. Suas origens presas ao desenvolvimento da política nacional e suas peculiaridades locais. Seus acontecimentos, a instalação dos governos das interventorias. Os reflexos da revolução paulista de 1932, a constitucionalização de 1935; o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937; o governo do "Estado Novo", o golpe de 29 de outubro de 1945.

18 — Voltando da história política para a história econômico-social, faz-se necessário um estudo de conjunto da evolução da vida econômica e social das populações nos seus vários ciclos que, parece, podem ser divididos da seguinte maneira:

- a) ciclo do ouro de lavagem do litoral;
- b) ciclo da criação de gado e das tropas do planalto;
- c) ciclo da erva-mate;

- d) ciclo da madeira;
- e) ciclo dos negócios de terras;
- f) ciclo do café.

Cada um desses ciclos exerce determinada influência na fisionomia social da população, estabelecendo situações históricas. O seu estudo, em caráter geral, deverá constituir um capítulo especial.

Donde:

o capítulo décimo oitavo da história do Paraná deverá compreender a evolução da vida econômico-social da população, nos seus vários ciclos, nas suas consequências históricas estabelecendo determinados tipos de vida e criando as “aristocracias” do ouro, do gado, da erva, da madeira, das terras e do café.

19 — Um dos modernos fatores da transformação histórica do sul do Brasil que modificou a velha estrutura luso-brasileira, acrescentando-lhe novos valores e revigorando-a — é a introdução de grandes correntes de imigração estrangeira, durante a maior parte do século XIX e no século XX.

Sem o estudo desse fato, em todos os seus aspectos, ficaria incompreensível a história do sul do Brasil, e com ela, do Paraná atual.

Assim,

o décimo nono capítulo da história do Paraná deverá versar sobre a reorganização do trabalho livre sobre o influxo da imigração estrangeira. Deverá estudar as origens das correntes imigratórias, sua localização no território; a experiência de sua adaptação; sua marginalidade inicial; seu crescimento e assimilação; sua influência sobre a velha sociedade luso-brasileira que ao seu contato se modificou. As grandes famílias que dela surgiram e a conquista da igualdade social entre luso-brasileiros e os descendentes dos antigos imigrantes.

20 — Incompleta e parcial ficaria a história do Paraná, se um capítulo especial não fosse dedicado ao desbravamento, posse e mobilização econômica do chamado “norte do Paraná”.

Constituindo uma população marginal em relação ao Paraná tradicional, é um dos centros nacionais mais visados pelas migrações internas, e uma das preocupações da administração pública é criar as condições pelas quais a população do Norte se integre na unidade da comunidade paranaense.

Assim,

o vigésimo capítulo da história do Paraná deve ser o da história do desbravamento do Norte do Paraná, fundação e desenvolvimento de suas cidades e de sua vida econômica e social.

21 — Se as migrações internas nacionais provenientes em sua maioria das regiões ao norte do Estado se concentram no “Norte do Paraná”, outras migrações provenientes das regiões ao sul do Estado estão nos últimos anos penetrando em massa nas regiões do sul oeste, onde fazem o desbravamento que vai caminhando para o norte até entrar em contato com os desbravadores do Norte.

É um capítulo novo, e em início, da história do Paraná, e é um dos fenômenos históricos de transformação do interior do Estado.

Assim,

o vigésimo primeiro capítulo da história do Paraná deverá ser a história da corrente migratória proveniente do sul do país que vai penetrando pelo sul-oeste do Estado e se espalhando em direção norte. Deverá estudar sua origem, seus precedentes, a fundação dos novos núcleos que tem produzido seu tipo de vida e trabalho e seu contato com as velhas populações.

22 — Afinal, como último capítulo, deverá o historiador do Paraná estudar, de maneira geral, a diretriz política e administrativa dos governos estaduais desde 1930, e a posição que o Paraná conquistou na Federação.

Curitiba, 21 de julho de 1951

v.7, n. 12-13, jun./dez. 1986

ALEMANHA

Empregadas domésticas, 12:3-40

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA, 12:109-12, 13:

Bonin, Anamaria Aimoré; Kersten, Márcia S. de Andrade; Ferreira, Angela Duarte Damasceno: Torrens, João Carlos

De sem-terra a colono: trajetórias e contradições de um projeto comunitário de vida (projeto de pesquisa), 12:65-70

Bottmann, Denise

RecensãoLadurie, E.R. *Événement et longue durée dans l'histoire sociale: l'exemple chouan*, 13:

Brepohl de Magalhães, Marionilde Dias & Savazzi, Wânia

RecensãoRago, L.M. *Do cabaré ao lar*, 12:97-108

Bresciani, Maria Stella

Século XIX: a elaboração de um mito literário, 13:

CAMPANELLA, T. A Cidade do Sol, 13:Carvalho, J.M. *Os bestializados* (recensão), 13:Chalhoub, S. *Trabalho, lar e botequim* (recensão), 12:87-97**CONQUES (FRANÇA)**

ICONOGRAFIA, 13:

COTIDIANO, 13:**CURITIBA**

MULHERES, 12:71-8

Decca, Maria Auxiliadora Guzzo de

Aspectos do controle sobre o cotidiano operário em São Paulo, 1920/1935, 13:

DIABO, 13:**DISCIPLINA, 13:****EDUCAÇÃO, 13:****EMPREGADAS DOMÉSTICAS, 12:3-40**

Ferreira, Angela Duarte Damasceno

ver Bonin, Anamaria Aimoré, colab.

FILOSOFIA, 13:

Floriani, Dimas

O sandinismo e os desafios da Nicarágua hoje, 12:57-64

Recensão

- Garcia Marquez, G. **L'aventura de Miguel Littín clandestino en Chile**, 13:
- Franco Júnior, Hilário
O diabo no ocidente feudal; a versão iconográfica de Conques, 13:
- Garcia Marquez, G. **L'aventura de Miguel Littín clandestino en Chile** (recensão), 13:
- Guerra Neto, Abílio da Silva
Recensão
- Spence, J.D. **O palácio da memória de Matteo Ricci**, 13:
- HISTÓRIA, 12:57-64, 71-8
- HISTÓRIA DAS MENTALIDADES, 13:
- HISTÓRIA E COTIDIANO, 12:3-40, 13:
- HISTÓRIA E LITERATURA, 13:
- HISTÓRIA POLÍTICA, 12:79-86
- HISTÓRIA SOCIAL, 12:3-40, 13:
- ICONOGRAFIA, 13:
- IDADE MÉDIA
- DIABO, 13:
- INQUISIÇÃO, 13:
- Kersten, Márcia S. de Andrade
ver Bonin, Anamaria Aimoré, colab.
- KUBO, Elvira Mary
História da educação no Paraná; pesquisa em andamento, 13:
- Ladurie, E.R. Événement et longue durée dans l'histoire sociale (recensão), 13:
- Lamounier, Maria Lúcia
Primeiras experiências com o trabalho livre: contratos, conflitos e leis. 13:
- Lenharo, Alcir
- Lenharo, Alcir
Recensão
- Moore Jr., B. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta**, 13:
- Martins, Ana Paula Vosne
A organização do movimento de mulheres em Curitiba de 1952 a 1982 (projeto de pesquisa), 12:71-8
- Martins, Wilson
Reflexões sobre a história política do Paraná nos anos 50, 12:79-86
- Mello e Souza, Laura
Notas sobre a vida quotidiana das degredadas da Inquisição no século XVII (pesquisa em andamento), 13:
- Moore Jr., B. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta** (recensão), 13:
- MULHERES, 12:71-B, 13:

- NICARAGUA
HISTÓRIA, 12:57-64
- OPERÁRIOS, 13:
- PARANÁ
EDUCAÇÃO, 13:
HISTÓRIA POLÍTICA, 12:79-86
- PARTIDOS POLÍTICOS, 12:79-86
- Paz, Francisco Moraes
Recensão
Carvalho, J.M. *Os bestializados*, 13:
Chalhoub, S. *Trabalho, lar e botequim*, 12:87-97
- POPULAÇÃO URBANA, 13:
- PRODUÇÃO CULTURAL, 13:
Rago, L.M. *Do cabaré ao lar* (recensão), 12:97-108
- Ramos, Cesar Augusto
A Cidade do Sol: a utopia metafísica de Campanella, 13:
- RECENSÕES
L'aventura de Miguel Littín clandestino en Chile, 13:
Os bestializados, 13:
50 anos em 5... a FIESP e o desenvolvimentismo, 13:
Do cabaré ao lar, 12:97-108
Événement et longue durée dans l'histoire sociale: l'exemple chouan, 13:
Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta, 13:
O palácio da memória de Matteo Ricci, 13:
Trabalho, lar e botequim, 12:87-97
- REFORMA AGRÁRIA, 12:65-70
- Ribeiro, Luiz Carlos
Recensão
Trovisan, M.J. 50 anos em 5... a FIESP e o desenvolvimento:
13:
- SANDINISMO, 12:57-64
- SÃO PAULO
OPERÁRIOS, 13:
Savazzi, Wânia
ver Brepolh de Magalhães, Marionilde, colab.
- SÉCULO XVII
MULHERES, 13:
- SÉCULO XIX
HISTÓRIA SOCIAL, 12:3-40, 13:
- SÉCULO XX
HISTÓRIA SOCIAL, 12:3-40
- SEM-TERRA, 12:65-70
- Spence, J.D. *O palácio da memória de Matteo Ricci* (recensão), 13:

Tenfelde, Klaus

A história das empregadas domésticas; aspectos estruturais nos séculos XIX e XX, 12:3-40

TEORIA DA HISTÓRIA, 12:41-55

Topolski, Jersy

O conteúdo temporal da narrativa histórica, 12:41-55

Terrenos, João Carlos

ver Bonin, Anamaria Aimoré, colab.

TRABALHO

ESCRIVO, 13:

LIVRE, 13:

Trevisan, M.J. 50 anos em 5... a FIESP e o desenvolvimentismo (re-censão), 13:

UTOPIA, 13:

GRÁFICA VICENTINA LTDA.

Alameda Cabral, 846

Fone: (041) 222-1057

80.410 — Curitiba — Paraná



AQUI COMEÇA O FUTURO.

Não é preciso bola de cristal para adivinhar o futuro de um estado dinâmico como o Paraná.

Basta ver o que o Badep está fazendo hoje.

Através de linhas especiais de crédito, o Badep financia grandes, médias, pequenas e microempresas com facilidades que nenhum outro banco oferece.

Além de apoiar e acreditar em idéias capazes de gerar novas fontes de renda e empregos.

Tudo isso, para garantir ao Paraná as condições necessárias à construção de seu futuro.

Um futuro com muito mais oportunidades para todos.

BADEP
Aqui começa o futuro.

 Alvaro Dias

História: Questões & Debates é uma revista preocupada com a História como conhecimento, com a História como pesquisa, com a História como instrumento de Educação; preocupada com as relações da História e as demais ciências humanas em particular, e com o valor que a sociedade lhe atribui.

Desta forma, a Revista está aberta não apenas aos associados da APAH e historiadores, mas também aos demais cientistas sociais, aos professores de Ensino Médio, aos que trabalham com a Educação e aos estudantes universitários.

Toda colaboração deverá:

- 1.º) — ser inédita;
- 2.º) — ser redigida preferencialmente em língua portuguesa; trabalhos em outros idiomas deverão obrigatoriamente incluir resumo em português;
- 3.º) — trazer título que corresponde, de modo claro e preciso, à idéia geral do trabalho;
- 4.º) — apresentar, em folha à parte devidamente numerada, um resumo de no máximo 250 palavras;
- 5.º) — trazer, quando elaborada sob orientação, o nome do Professor orientador;
- 6.º) — ser apresentada em três (3) vias datilografadas numa face em papel tamanho ofício, com margem de três (3) centímetros, espaço duplo e numeração no canto superior direito;
- 7.º) — apresentar, em folhas à parte devidamente numeradas, as notas de rodapés e as referências bibliográficas. Estas últimas deverão estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- 8.º) — trazer os gráficos e/ou ilustrações uma em cada folha, à parte, devidamente numeradas com o título claro, assinalando no texto o local em que deverão ser intercaladas.

Os originais deverão ser encaminhados à redação juntamente com carta anexa, autorizando sua publicação. A revisão das provas durante a impressão poderá ser feita pelo autor desde que assim o deseje. O Conselho Editorial somente apreciará os trabalhos que obedecam às normas estabelecidas.

Além de artigos, a revista poderá apresentar comunicações, notas prévias, notícias de pesquisas em desenvolvimento, resenhas bibliográficas, além de notícias da APAH.

Aos autores de artigos serão enviados cinco (5) exemplares do número que trouxer seu trabalho.

Os originais não publicados não serão devolvidos.

